



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 28

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 21 de junho de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos
(substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Agenda da Reunião:

- [Relatório no âmbito da Audição Parlamentar do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem os artigos 42.º n.º 2, alínea d\) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, e artigo 5.º n.º 5 dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, apresentado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.](#)

A apresentação do relatório foi feita pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, relatora da CAPAT.

Sobre este relatório usaram da palavra os/a Srs./a. Deputados/a José Andrade (*PSD*), Pedro Moura (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

- **Anteproposta de Lei n.º 3/X – “Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto e 2/2012, de 14 de Junho)”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação da Anteproposta de Lei pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, participaram no debate os/as Srs./as. Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Humberto Melo (*PSD*).

Submetida à votação, a Anteproposta de Lei foi aprovada por maioria.

- **Projeto de Resolução n.º 25/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que reintroduza a vacina pneumocócica no Plano Regional da Vacinação”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.**

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Francisco Silva, usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*CDS-PP*).

O Projeto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Francisco Silva (*CDS-PP*).

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 38/X – “Intempéries - Apoio aos Municípios de Angra do Heroísmo, Nordeste e Povoação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado António Ventura, usaram da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

Usou ainda da palavra para defesa da honra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*).

- **Pedido de urgência sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/X – “Regula para o ano de 2013, a calendarização do processamento do subsídio de férias e das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes”.**

Justificada a urgência pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Joaquim Machado (*PSD*) e José San-Bento (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – Anteproposta de Lei n.º 4/X - “Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM, o qual foi aprovado por unanimidade.

- **Anteproposta de Lei n.º 4/X - “Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM, aprovada por unanimidade na generalidade, na especialidade e em votação final global.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – Anteproposta de Lei n.º 5/X - “Estabelece o Regime do Referendo Regional”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM, também aprovado por unanimidade.

- **Anteproposta de Lei n.º 5/X - “Estabelece o Regime do Referendo Regional”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e

Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM, aprovada por unanimidade na generalidade, na especialidade e em votação final global.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão - Anteproposta de Lei n.º 6/X – “Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Justificado o pedido de urgência e a dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*), seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **[Anteproposta de Lei n.º 6/X - Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional](#)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), a quem coube a apresentação do diploma, Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*) e a Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*).

Submetida à votação, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

- **[Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão - Projeto de Resolução n.º 40/X - "Manutenção da maioria do Capital Social da Empresa de Eletricidade dos Açores - EDA na esfera pública"](#)**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão usaram da palavra os Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Pedro Moura (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e a dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Pedro Moura (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de junho,
a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 38 minutos.

Presidente: Bom dia a todos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.
Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Carlos Martins **Maciel**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Francisco José Ferreira **Silva**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 7 da Agenda da Reunião, Relatório no âmbito da Audição Parlamentar do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Para apresentação do relatório, tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão, a Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(Neste momento o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA AUDIÇÃO PARLAMENTAR DO DIRETOR DO CENTRO REGIONAL DOS AÇORES DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 42.º N.º 2, ALÍNEA D) DO ESTATUTO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI CONFERIDA PELA LEI 2/2009, DE 12 DE JANEIRO, E ARTIGO 5.º, N.º 5 DOS ESTATUTOS DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., APROVADOS PELA LEI 8/2007, DE 14 DE FEVEREIRO

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 6 de junho, na Delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a análise e votação do relatório no âmbito da audição parlamentar do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem ao artigos 42.º, n.º 2, alínea d), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 2 de Janeiro, e artigo 5.º, n.º 5, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro.

A audição decorreu no dia 11 de abril de 2013, na delegação da Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo. Na audição o Diretor do Centro Regional dos Açores da RTP, SA fez-se acompanhar do Subdiretor do mesmo Centro Regional.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A alínea d) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira revisão, aprovada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, e o artigo 5.º, n.º 5 dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, conferem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o direito de proceder à audição do diretor do Centro Regional dos Açores.

As matérias de comunicação social são da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro.

Capítulo III

SÍNTESE DA AUDIÇÃO

A transcrição da audição, efetuada pelo serviço competente da Assembleia Legislativa, é anexa ao presente relatório e dele faz parte integrante, pelo que aqui se apresenta apenas uma síntese das intervenções que tiveram lugar.

A audição decorreu de acordo com a seguinte metodologia:

- a) Exposição do enquadramento jurídico e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão;
- b) Intervenção inicial do Diretor do Centro;
- c) Intervenção do Subdiretor do Centro

d) Intervenções iniciais de cada um dos partidos e debate.

a) Exposição do enquadramento jurídico e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão

O Presidente da Comissão enquadrou a diligência no âmbito da Lei de Rádio e Televisão e relevou o aproveitamento da oportunidade de audição por parte do parlamento açoriano, num espírito de reconhecimento da importância do Serviço Público de Rádio e Televisão e da importância desse serviço público na sua componente regional, que é inquestionável que exista tal como configurado nessa lei.

Quanto ao serviço público de rádio e televisão nos Açores, destacou a sua importância especial ao nível do reforço da nossa coesão e da nossa identidade, quer ao nível interno, quer junto da nossa diáspora, considerando que é fundamental recordá-lo numa altura em que, quer ao nível teórico, quer ao nível da prática e, sobretudo, do anúncio de algumas intenções, designadamente por parte do Governo da República, esse serviço se encontra de algum modo posto em causa, ou pelo menos posto em crise.

b) Intervenção inicial do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., Dr. António Maurício

O Diretor do Centro referiu-se à situação da RTP como empresa pública reclassificada, incluída no perímetro do Orçamento de Estado, situação da qual advém todos os constrangimentos que têm a nível da gestão corrente.

Falou da redução das indemnizações compensatórias, das questões em torno do futuro da RTP e das respetivas receitas.

Mencionou a elaboração de um plano de modernização e reestruturação que permita tornar a RTP numa empresa sustentável e otimizada e que é neste enquadramento que surge o Plano de Desenvolvimento e Redimensionamento, que o Conselho de Administração pretende implementar para os anos de 2013 a 2015.

Segundo o Diretor, os Açores estão inseridos no Plano de Desenvolvimento e Redimensionamento, que tem um capítulo que fala sobre os Centros Regionais dos Açores e da Madeira, onde se refere a existência de diálogo com os respetivos governos regionais no sentido de analisar a forma da prestação do serviço público e do funcionamento futuro, garantindo a componente regional do serviço público. Acrescentou que já houve uma reunião entre o Conselho de Administração e o Presidente do Governo Regional dos Açores da qual surgiu a criação de um grupo de trabalho que é composto por elementos do Governo Regional e elementos da RTP, e que está a desenvolver trabalho para que muito brevemente haja uma reunião para se definir o que é que será o futuro do Centro Regional dos Açores e da RTP-Açores .

O Diretor referiu que estão a desenvolver um valor para a grelha no montante de 856 mil euros, o qual regista uma ligeira redução relativamente ao ano anterior.

Acrescentou que, relativamente aos outros custos, ainda não estão fixados os valores fixados, embora saibam que a nível das despesas com pessoal, necessitam de um orçamento à volta dos 6 milhões, com o subsídio de férias e com o subsídio de Natal.

Quanto ao redimensionamento, disse que já está em curso um plano de redução de saídas voluntárias na RTP e que na sua Direção existem 15 candidatos e falou sobre as implicações que o redimensionamento terá, nomeadamente, na delegação da Horta.

Concluiu a sua intervenção inicial referindo-se à grelha para 2013 e à existência de alguns programas em carteira para serem emitidos, bem como de negociações em curso.

c) Intervenção do Subdiretor do Centro, Senhor Sidónio Bettencourt

O Subdiretor começou a sua intervenção referindo-se ao enquadramento do Centro Regional dos Açores na televisão do Estado, sujeita às regras da empresa. Referiu que querem fazer televisão das ilhas para as ilhas, mas no

enquadramento empresarial e com os constrangimentos necessários às relações com o Governo acionista.

Para o Subdiretor, a RTP-Açores, enquanto tal, precisa de investimento tecnológico e em instalações e enfrenta um choque de gerações.

Lembrou que sempre defendeu a necessidade de um novo modelo de emissão e congratulou-se com a existência de um grupo de trabalho entre o Governo da República, representado pela Administração da RTP, e uma representação do Governo Regional e exortou os Deputados a não deixarem morrer a definição de um novo paradigma para a RTP-Açores.

Referiu que o plano de atividades foi elaborado atendendo ao novo modelo de emissão e ao enquadramento financeiro e que procuraram conferir maior identidade açoriana à RTP-Açores, numa dimensão que ultrapassasse o telejornal e que seja o reflexo das ilhas e dos locais.

Considerou que a rádio deve ter um olhar diferenciado pois, apesar da sua história, é absorvida pelos problemas empresa RTP. Segundo disse, a concentração de emissão teve por objetivo fazer mais e melhor informação, tentar fazer os diretos possíveis e tentar que houvesse programas complementares, identificados com as ilhas e que viessem de encontro ao entretenimento e à realidade de ilha.

Referiu que foram acentuadas as transmissões desportivas e discorreu sobre as dificuldades inerentes que decorrem das condições dos pavilhões, da dispersão geográfica e dos equipamentos.

Informou que o plano de atividades para o próximo ano está praticamente todo posto em andamento, havendo programas aos quais falta a pós-produção.

Falou dos inúmeros pedidos que recebem de instituições da diáspora e que obrigam a trabalho redobrado ao nível do arquivo.

Defendeu a refundição da identidade da RTP-Açores enquanto ao serviço dos Açores, na sua autonomia e na sua identidade humana, enquanto povo ou povos e a importância de dar a conhecer o arquivo da RTP.

Informou que a grelha é preenchida, das 5 horas até ao final da emissão, com programas regionais e que, portanto, o canal continua sob o seu controle.

Esclareceu que há repetições de programas, mas não “enlatados”, e considerou fundamentais essas repetições, quer por razões comerciais quer para servir o público.

Para o Subdiretor, não foi pelo facto da concentração do novo modelo de emissão que deixaram de fazer mais ou menos, mas a concentração foi necessária para conseguirem fazer aquilo que era possível, com o orçamento disponível.

No final da intervenção do Subdiretor, o **Diretor do Centro Regional dos Açores da RTP** informou que, em termos dos valores da execução, de 2011 para 2012, houve uma redução dos custos da RTP-Açores em 2 milhões e 400 mil euros e que em relação ao orçamento que estava previsto para 2012, a redução foi de 1 milhão e 50 mil euros, fruto da concentração e da redução de despesas com pessoal.

d) Intervenções iniciais de cada um dos partidos (PS, PSD, CDS/PP e PCP) e debate

À intervenção inicial do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., seguiu-se o debate que começou com as intervenções iniciais dos partidos, tendo usado da palavra, pela seguinte ordem, os Deputados Aníbal Pires, do PCP, José Andrade, do PSD, Francisco Coelho, do PS e Luis Silveira, do CDS-PP,

Na **intervenção inicial do PCP**, o Deputado **Anibal Pires** disse compreender que o Centro Regional faz parte de uma empresa e que, por isso, não tem a autonomia que deveria ter, mas que importa garantir o princípio da responsabilidade da prestação do serviço público na Região, que cabe ao Estado, independentemente de soluções que possam vir a ser encontradas e de um novo paradigma para a RTP-Açores.

O Deputado quis saber se a Direção do Centro Regional está do lado da empresa ou se do lado da RTP-Açores e daquilo que deve ser o canal regional.

Para o Deputado, a Direção está mais preocupada em aceitar aquilo que são as imposições vindas do Conselho de Administração, do que propriamente em demonstrar ao Conselho de Administração da RTP-Açores que o Centro Regional tem características muito próprias, que necessita de ter autonomia e que, sobretudo, presta um serviço público na Região Autónoma dos Açores e no país.

Na **intervenção inicial do PSD**, o Deputado **José Andrade** começou por referir os dois pressupostos estratégicos em que o PSD se posiciona para o debate: a defesa da manutenção do Serviço Público de Rádio e de Televisão na Região Autónoma dos Açores e a manutenção dos postos de trabalho da RTP-Açores.

Reconheceu o esforço que a Direção do Centro Regional tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos meses e referiu-se à audição realizada no ano de 2012, designadamente às declarações prestadas pelo Diretor sobre o novo modelo e otimização de recursos humanos e pediu um balanço do período da implementação desse novo modelo de emissão.

Na **intervenção inicial do PS**, o Deputado **Francisco Coelho**, Presidente da Comissão, pediu um ponto de situação sobre as novas sedes das delegações de Angra e Horta e, sobre o plano de redução de saídas voluntárias, quis saber qual o objetivo deste plano, ou seja, quantos trabalhadores pretendem efetivamente reduzir, em que áreas geográficas e em que áreas de trabalho. O Deputado quis saber com quantos trabalhadores pretende-se ficar e disse presumir que isso significará que neste momento há trabalhadores a mais e que a Administração da RTP-Açores andarà à procura de um número ideal ou pelo menos necessário.

Em resposta às questões colocadas ao **Diretor do Centro**, este começou por responder ao Deputado Aníbal Pires dizendo que o Centro Regional dos Açores em princípio defende o próprio Centro Regional e que a defesa perante a

Administração é constante e uma voz a favor dos Açores e não o contrário, ou seja, aceitar aquilo que vem de Lisboa.

Referindo-se ao facto de o plano para 2013 ter um valor orçamental muito superior àquele que veio a ser aprovado, considerou que o Centro Regional não tem possibilidade de fazer revoluções contra a Administração.

Esclareceu que o diretor financeiro do Centro Regional dos Açores é o diretor financeiro da RTP e que existem na empresa outras direções que têm também competências nos Açores e que limitam a ação do Centro de alguma maneira.

Referiu as condicionantes que advém da Lei dos Compromissos e da redução das indemnizações compensatórias e, em relação ao valor do orçamento de 2012 informou que houve menos fornecimento de serviço externo e menos horas extraordinárias.

Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Comissão, lembrou que o Plano de Desenvolvimento e Redimensionamento aponta para que no primeiro semestre se chegue a um acordo relativamente ao futuro da RTP-Açores e que é nesse contexto que está equacionado tudo o que é necessário: qual é o serviço público regional; se a RTP vai ter 3 polos; se esses polos têm autonomia editorial. Para o Diretor, sem haver esse acordo e sem estar definido o que é que vai ser da RTP no futuro, não podem dar seguimento à questão das instalações e farão apenas a gestão do plano de atividades.

Referindo-se às saídas de trabalhadores, considerou que são uma determinação do Conselho de Administração e que se puserem em causa as funções estratégicas da empresa, esses trabalhadores possivelmente hão-de ser substituídos por outras pessoas.

O Subdiretor do Centro Regional dos Açores da RTP, comentando a intervenção do Deputado Aníbal Pires, afirmou que está e sempre esteve do lado da sua empresa, da qual é funcionário há muitos anos. Porém, não renega nada da sua açorianidade enquanto profissional da empresa.

Esclareceu que o que lhe compete como Subdiretor da RTP-Açores dos meios e conteúdos é conceber o respeito pela linha editorial da RTP e que a empresa tem uma hierarquia.

Considera que o que está em cima da mesa hoje é uma definição política entre dois governos e também a administração da RTP, em que o acionista é o Estado e que é uma luta permanente para defender os Açores nesse contexto.

O Subdiretor esclareceu que as competências da Direção do Centro Regional são limitadas e que não participa das negociações em curso sobre a RTP-Açores.

O **Presidente da Comissão** usou da palavra para, em nome desta Comissão, esclarecer que esta tem um razoável conhecimento da Lei da Televisão e das competências da Direção do Centro Regional. Sabendo que as suas competências têm limites, a Comissão tem a esperança fundada de que, dentro dessa lealdade, quer funcional, quer de gestores, a Direção do Centro Regional terá a oportunidade de transmitir às suas chefias aquilo que é a opinião acerca do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores, dos representantes livremente eleitos pelo povo dos Açores.

Na **intervenção inicial do CDS-PP**, o Deputado **Luis Silveira** manifestou-se preocupado e considerou que o fim da ação da Direção não tem sido a defesa dos Açores, uma vez que se acha limitada a um Conselho de Administração e a uma empresa da qual fazem parte.

O Deputado manifestou o seu desagrado pelo facto de a cobertura das catástrofes não acontecer no todo regional e exemplificou com as derrocadas numa fajã de São Jorge e com o congresso, do CDS-PP na mesma ilha.

Segundo o Deputado, existe informação de que o Centro Regional, pede algumas dezenas de milhares de euros à organização para transmitir o SATA Rally Açores, pelo que pediu para ser esclarecido quanto a esta questão.

Em relação ao orçamento regional 2013, em comparação com 2012, e tendo em conta que o número de trabalhadores do Centro Regional, o Deputado quis saber se o montante de um milhão de euros é suficiente para pagar subsídios de férias e de Natal e se sobra alguma verba para fazer outro tipo de investimento,

uma vez que o Deputado não acredita que a média de um subsídio de férias ou de Natal de um trabalhador da RTP anda na ordem dos 3. 400 €.

Usou da palavra o Deputado **Francisco Coelho**, que se manifestou preocupado com a resposta dada à sua questão sobre a redução dos trabalhadores na medida em que coloca problemas gestionários e de manutenção sérios no próprio serviço público nos Açores, porque se esses trabalhadores saírem num número e em determinado tipo de áreas que façam efetivamente falta ao serviço, põem em causa a sua cobertura, nem que seja geográfica. Assim, o Deputado quis saber, dentro dos poderes que tem e com o conhecimento privilegiado que tem, o que é que a Direção da RTP-Açores pensa fazer se porventura isso acontecer.

O Deputado **José Andrade** considerou que aquilo que está em causa e a todos nos deve preocupar é o futuro da RTP-Açores no seu conjunto pelo que, nesse contexto, a presente audição se encontra de alguma forma prejudicada na sua oportunidade, face à indefinição presente e ao facto de tudo estar a seguir o seu caminho no âmbito de um grupo de trabalho que foi criado entre o Governo Regional e a administração nacional da empresa.

Para o Deputado, fica a ideia de que em relação aos Açores a “bola” está do lado do Governo Regional e em relação à RTP está do lado de Lisboa. Prosseguiu considerando que o Parlamento, designadamente através da CAPAT, não pode senão tomar a atitude política de ouvir o Governo Regional, porventura também a administração nacional da empresa para tentar influenciar enquanto é tempo, antes do final do primeiro semestre, uma solução conveniente para os Açores e vantajosa para a RTP-Açores.

Partindo do princípio de que essa é uma interpretação legítima da preocupação expressa pela Direção da RTP-Açores, de que vivemos hoje um momento decisivo e estamos perante uma decisão política, o Deputado, em nome do PSD, colocou à Comissão a possibilidade de ouvir, em tempo útil, o Governo Regional sobre essa matéria.

O **Presidente da Comissão** referiu-se à intervenção do Deputado José Andrade e lembrou que a audição presente foi combinada e deliberada pela Comissão na reunião de março, quando o grupo de trabalho já estava anunciado e era conhecido. Segundo o Presidente, a audição anual deve ter um caráter regular e tem sempre a ver, pelo menos, com o presente e com o futuro da RTP-Açores, sem prejuízo, como aconteceu o ano passado, de que sempre que for necessário a Comissão solicitar quer à administração da RTP a nível nacional, quer ao ministro da tutela, quer às entidades regionais e quer à administração regional, as diligências que entender por bem quando elas se justificarem.

O **Diretor do Centro Regional** usou da palavra para responder às questões colocadas pelos Deputados.

Relativamente à cobertura dos congressos dos partidos políticos, considerou que obedece a uma linha editorial da RTP que está definida e que a situação relatada pelo Deputado Luís Silveira não aconteceria com a atual Direção do Centro Regional.

Relativamente aos correspondentes, considerou que o Deputado, da maneira que coloca a questão, tem toda a razão e que a resolução da questão passa pela definição do que vai acontecer às ilhas que não têm delegações da RTP-Açores e que o ideal seria ter correspondentes em todas as ilhas, que tivessem um vínculo à empresa.

Relativamente à redução de trabalhadores disse que a empresa não pode coartar a pretensão e as candidaturas, mas tem assumido, nalguns casos, que a saída desses trabalhadores implica a admissão de um outro trabalhador, quer por mobilidade interna, quer por recrutamento externo.

Prosseguiu referindo que o debate e as reivindicações em torno dos planos e orçamentos decorreram no fim de 2012 e que o plano do Centro Regional era mais ambicioso do que aquele que foi aprovado. Quanto à grelha, a discussão foi feita no início do ano e, também nesta matéria, o Centro Regional tinha uma ambição muito maior em relação àquilo que foi aprovado. Acrescentou que o

valor de que o Centro Regional dispõe é para os ralis dos Açores e não apenas de S. Miguel.

O Deputado **Luis Silveira** reiterou os pedidos de esclarecimento sobre o valor médio dos subsídios de natal e de férias dos trabalhadores da RTP-Açores, designadamente se o valor médio é de 3.400 euros e, quanto ao rali, se está em causa a cobertura na íntegra e se é verdade que foi pedido à organização do SATA Rally Açores o pagamento de determinado montante.

Respondendo ao Deputado, o **Diretor do Centro Regional dos Açores da RTP** referiu que, relativamente ao SATA Rally Açores, iam fazer este ano o mesmo que nos anos anteriores, mas que a organização do Rally pediu à RTP equipamentos e meios de que o Centro Regional não dispõe e que foi necessário pedir à RTP no continente. Esclareceu que o Centro Regional tem verba para fazer o circuito citadino, mas não para corresponder ao Canal Eurosport. Perante as necessidades de meios técnicos e de recursos humanos, a RTP entendeu que não os poderia ceder a título gratuito. Informou que esta matéria não é competência do Centro Regional e que se fosse a RTP-Açores a pedir aqueles meios, teria que assumir os custos no seu orçamento.

O Deputado **Luís Silveira** pediu esclarecimentos sobre a transmissão da missa pascal, da Sé de Angra, referindo que a Comissão recebeu uma informação dando conta de que a RTP pediu dinheiro para fazer a transmissão, que acabou por não acontecer.

Respondendo ao Deputado, o **Diretor do Centro Regional dos Açores da RTP** referiu que nos anos anteriores a RTP não foi à Sé de Angra e que no orçamento para 2013 ninguém previu este valor.

O **Subdiretor do Centro Regional dos Açores da RTP** acrescentou que os custos com eletricidade eram de 400 euros, acrescentando a montagem e o

pagamento à EDA de duas baixadas e uma extensão. Prosseguiu explicando que entendeu, pessoalmente, que este ano, ao contrário dos anos anteriores, deviam transmitir a missa da Páscoa a partir da Sé de Angra. Segundo o Subdiretor, os custos com algumas coisas que fazem em Angra são 3 vezes mais. Suscitada a questão da transmissão, verificou-se que o orçamento ultrapassava em muito o que tinham previsto. Decidiram transmitir a primeira missa do Papa Francisco e esta decisão foi apenas uma opção de gestão.

O **Deputado Luís Silveira** usou da palavra para identificar uma contradição entre as declarações do Diretor e as do Subdiretor e que se prende com a orçamentação ou não da missa de páscoa.

O **Subdiretor do Centro Regional dos Açores da RTP** explicou que o Centro Regional tem um volume para eventos religiosos, sendo um desses componentes missas que, no entanto, não especifica quais as missas em particular.

O **Deputado Pedro Moura**, do PS, relevou a importância da audição e concordou que, face às limitações com que se debate a própria empresa, os Açores acabam por ter de se limitar a executar as ordens que vêm de Lisboa.

Para o Deputado, importa analisar os fatores que estão por trás de questões como a do rali e da missa e que se prendem com o centralismo desenfreado que se verifica na universidade, na RTP-Açores, em inúmeras instituições.

Reportando-se a uma carta do Clube Desportivo Comercial, o Deputado considerou que muito do apoio que é utilizado para a própria emissão da RTP-Açores, e comparou que a situação do rali da Madeira, para o qual, segundo referiu, a organização nada paga e tem transmissões nos vários canais da RTP.

O Deputado considerou, ainda, ridículo que a missa do Domingo de Páscoa dos Açores não seja transmitida por uma diferença de verba de mil euros e que se a televisão está limitada dessa maneira a questão é se essa televisão como existe vale a pena defender ou se vamos fazer uma outra nova.

Comentando a intervenção antecedente, o **Diretor do Centro Regional dos Açores da RTP** distinguiu a situação em que o Centro Regional tem os seus recursos e faz a cobertura do rally, da situação que o Clube Desportivo Comercial quer uma coisa superior ao que o Centro Regional pode dar.

Capítulo IV CONCLUSÕES

Atenta a natureza da audição realizada e face à omissão regimental, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à apreciação do presente relatório em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomendando à conferência o respetivo agendamento e eventual determinação de um período destinado à intervenção dos grupos e representações parlamentares.

Ponta Delgada, 6 de junho de 2013

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

(A transcrição da audição, referida no texto do presente relatório, poderá ser consultada no link http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI5868.pdf)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos abrir um período de inscrições.

Conforme foi decidido pela Conferência de Líderes, pode usar da palavra um representante de cada grupo e representação parlamentar, assim como o Governo. Dispõem de 10 minutos para intervir no debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Supostamente, estamos aqui a apreciar o Relatório da Audição do Parlamento dos Açores à Direção da RTP/Açores.

Ironicamente, o mais importante deste relatório é o que ele não diz!

Não por falha da sua relatora, mas por culpa da opção estratégica do PS.

O mais importante para o Parlamento dos Açores e para a RTP/Açores, neste momento, não é discutir porque foi preciso alugar mais uma câmara para cobrir o Rally de S. Miguel ou porque não foi possível transmitir a missa pascal a partir da Sé de Angra.

Neste momento, o mais importante para o Parlamento dos Açores e para a RTP/Açores é o futuro da própria televisão açoriana.

Sobre esta matéria, importa deixar aqui, como ponto prévio, os dois pressupostos que posicionam o PSD/Açores no debate que importa e que foram desde cedo assumidos pelo presidente Duarte Freitas.

Primeiro:

Sobre o futuro da RTP/Açores, o PSD não está nem contra nem a favor do Governo da Região ou do Governo da República. O PSD está só a favor dos Açores.

Segundo:

Para o PSD/Açores, o que é fundamental é manter o serviço público de televisão na Região e manter os postos de trabalho da RTP/Açores.

Este é o debate que importa fazer.

Mas, por muito incrível que a todos possa parecer, o futuro da televisão açoriana está a ser definido à margem do Parlamento dos Açores e nas costas da RTP/Açores.

Tudo passa, simplesmente, por um grupo de trabalho que foi constituído com dois colaboradores da Presidência do Governo e com três administradores da RTP/Nacional.

Não é o Governo da Região a negociar com o Governo da República nem é a direção regional a discutir com a administração nacional.

É um grupo de trabalho, que não é nem político nem técnico, de conversas cruzadas entre um governo regional e uma empresa nacional.

Mas isso, já sendo estranho, não é ainda o mais grave.

O que é grave, e politicamente inaceitável, é que o órgão máximo da Autonomia dos Açores, o órgão representativo da vontade dos açorianos, não tenha sequer uma palavra a dizer – no tempo certo e no espaço próprio – sobre o futuro da televisão açoriana.

Lembram-se do “Memorando de Entendimento”?...

Quando a própria direção da RTP/Açores admite e alerta que estamos a viver um momento que é decisivo e que estamos confrontados com uma decisão que é política, ninguém compreende, para além do PS, que o Governo decida sozinho sem dar cavaco ao Parlamento.

Lembram-se do “Memorando de Entendimento”?...

Este governo não está politicamente legitimado para decidir sozinho o futuro da televisão pública nos Açores.

Para isso, não tem legitimidade eleitoral e não tem legitimidade parlamentar.

Não tem legitimidade eleitoral, porque o programa eleitoral de governo que o PS submeteu aos açorianos nas eleições regionais de outubro não tinha uma única palavra sobre o presente ou sobre o futuro da televisão nos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não tem legitimidade parlamentar, porque o programa de governo que foi debatido e aprovado nesta Assembleia para os próximos quatro anos continuava sem ter uma palavra, uma ideia, um modelo sobre o futuro da RTP/Açores ou sobre a criação de qualquer outra entidade concessionária do serviço público de televisão na Região.

O PS não submeteu aos eleitores e o Governo não submeteu ao Parlamento uma proposta formal que legitime a sua atuação nesta matéria.

E, apesar disso, a Região tem um chefe de gabinete e um assessor a discutirem o futuro da Televisão dos Açores com o conselho de administração da RTP!

Tão grave como não estar mandatado para isso é o governo faltar à verdade perante o órgão de que depende.

A 15 de maio de 2013, o senhor Presidente do Governo afirmou categoricamente neste Parlamento o seguinte:

“Este Governo (esta maioria) tem um mandato e tem um programa. Desse programa constam propostas no caso da RTP”. Fim de citação.

Não é verdade, Senhor Presidente do Governo (neste caso, Sr. Vice-Presidente do Governo).

E até reforçou isso mesmo nos termos que passo a citar:

“O Governo, em relação à RTP, apresentou uma proposta que consta do seu manifesto eleitoral e que é da constituição de uma empresa pública”.

Fim de citação.

Isso não é verdade. O Senhor Presidente do Governo não disse a verdade.

A verdade é que o programa eleitoral do PS e o programa do XI Governo Regional não dizem nada sobre a RTP/Açores.

O PS vai lembrar que o candidato Vasco Cordeiro defendeu a “criação de uma empresa totalmente pública e regional” em declarações de pré-campanha à imprensa no dia 8 de junho de 2012.

Deputado José San-Bento (PS): Já tínhamos falado sobre isso!

O Orador: Mas uma matéria tao importante como a televisão pública dos Açores não se pode ficar por intensões verbais de pré-campanha.

Tem que ser formalizada junto do eleitorado e tem que ser legitimada perante o Parlamento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas isso não aconteceu, ao contrário do que aqui afirmou o Senhor Presidente do Governo.

Restava, portanto, ao governo uma única solução de recurso: envolver o Parlamento no processo negocial que define o modelo regional do serviço público de televisão e o futuro da RTP/Açores.

Tão simples e tão importante como isso.

Era uma questão de respeito pelos legítimos representantes do povo dos Açores – reconhecendo, considerando e valorizando a pluralidade partidária que resulta, democraticamente, da vontade expressa dos eleitores açorianos.

Como as negociações não levaram o rumo que deviam num plano verdadeiramente político e institucional, já nem se tratava, obviamente, de integrar o Parlamento num grupo de trabalho de natureza operacional.

Mas o mínimo que se exigia era que o Governo apresentasse no Parlamento, antes da constituição do grupo de trabalho e antes do início do processo de negociação, o projeto de televisão que defende para os Açores.

E que voltasse ao Parlamento no decorrer das negociações, sempre que necessário, fosse em sessão plenária ou em comissão competente, para prestar informações, recolher orientações e até ganhar assim maior poder negocial.

Foi isso que o PSD defendeu em reunião com a Subcomissão de Trabalhadores da RTP/Açores a 8 de janeiro.

Foi isso que o PSD propôs em reunião da comissão permanente dos Assuntos Parlamentares a 11 de abril.

Foi isso que o PSD reafirmou em reunião da mesma comissão a 16 de abril.

Foi nisso que o PSD insistiu já no plenário de 15 de maio.

Mas o PS chumbou em comissão a proposta do PSD para audição do governo sobre as negociações em curso.

E o Presidente do Governo declarou em plenário que as informações ao Parlamento não são dadas quando o Parlamento entender, mas sim quando o Governo quiser.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é boa!

O Orador: Fê-lo nos termos que passo a citar:

“Em relação ao cumprimento daquela que é a proposta apresentada aos açorianos e que este governo está a cumprir, quando houver alguma evolução sobre esse assunto cá estaremos. Estão a decorrer negociações? Estão! Cá estaremos para informar”. Fim de citação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é boa!

O Orador: A verdade é que as negociações supostamente decorrem e que o Governo nunca cá esteve para informar sobre isso o Parlamento.

Resultado: não se conhece nem o conteúdo nem a situação das negociações, mas também não se percebe o seu calendário.

A 23 de fevereiro, no final de uma reunião com o presidente da RTP, o Presidente do Governo anuncia à imprensa – à imprensa e não ao Parlamento – que ambas as partes acordaram indicar os respetivos interlocutores para constituição de um grupo de trabalho.

Na mesma ocasião, o presidente da RTP garante que a administração da empresa e o governo regional esperam concluir o Plano de Redimensionamento da RTP/Açores até 31 de março.

Na audição parlamentar de 6 de junho – e, portanto, no relatório que temos agora em apreciação – o diretor da RTP/Açores (abre aspas) “**lembrou que o Plano de Desenvolvimento e Redimensionamento aponta para que no primeiro semestre se chegue a um acordo relativamente ao futuro da RTP/Açores e que é nesse contexto que está equacionado tudo o que é necessário: qual é o serviço público regional, se a RTP vai ter 3 polos, se esses polos têm autonomia editorial**” (fecha aspas).

Presidente: Sr. Deputado, apelo à sua capacidade de síntese. Está a esgotar o seu tempo.

O Orador: Estou a terminar, Sra. Presidente.

Aqui está como tudo o que importa saber não está no relatório em apreciação.

Não resisto a fazer aqui uma analogia significativa:

Em matéria de debate sobre o futuro da RTP/Açores, para o Partido Socialista, o Governo fica com o “Parque das Nações” e o Parlamento entretém-se com o “Portugal dos Pequeninos”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para baralhar ainda mais este processo negocial de sucessivas incertezas, temos a última reunião da CAPAT a 6 de junho, em que o PS volta a chumbar uma proposta do PSD para audição de um membro do governo e, ao mesmo tempo, faz aprovar uma proposta do BE para audição de um chefe de gabinete.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não!

O Orador: Declarações de voto na reunião da comissão:

O PSD estranha a reviravolta do PS quando as negociações supostamente ainda decorrem,...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: ... porque há 2 meses defendia que o Governo só devia ser ouvido pelo Parlamento no final destas mesmas negociações.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está enganado, Sr. Deputado!

O Orador: O PS justifica que 2 meses depois já é tempo de ouvir o grupo de trabalho, porque... ou já concluiu ou está num impasse.

Moral da história (para terminar, Sra. Presidente):

O Governo Regional do Partido Socialista tem muito que explicar aos açorianos sobre o que anda a negociar, nas costas do Parlamento, para o futuro da televisão pública nos Açores.

E não é com um chefe de gabinete numa comissão parlamentar.

É com o Presidente do Governo no plenário do Parlamento.

Para grandes males, grandes remédios!

Estamos no momento certo e no lugar próprio.

Senhor Presidente do Governo (neste caso, Sr. Vice-Presidente do Governo),
somos todos ouvidos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado José Andrade fez aqui uma divagação sobre uma matéria que curiosamente omitiu uma parte essencial deste processo.

O Sr. Deputado José Andrade esqueceu-se de referir algo essencial nesta cronologia. Como com certeza se lembra, o interlocutor nesta matéria, por parte

do Governo da República, andou dois meses desaparecido, depois foi demitido (ou demitiu-se, ainda ninguém percebeu!) e foi substituído.

Portanto, houve aqui um acidente substancial nesta matéria em termos de interlocução do Governo da República.

Deputado José Andrade (PSD): Isso não serve de desculpa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a desculpa de Pilatos!

O Orador: Por isso mesmo neste processo, tendo em conta este incidente ou acidente,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a desculpa do costume!

O Orador: ... por parte do Governo da República, a Região ficou durante muito tempo sem interlocutor.

Deputado José Andrade (PSD): Isso não pode ser desculpa!

O Orador: Portanto, não pode assacar responsabilidades ao Governo Regional por a República ter ficado sem interlocutor.

Deputado José Andrade (PSD): Não foi a República, Sr. Deputado. Foram os Açores!

O Orador: Esta é uma questão essencial que o Sr. Deputado, com certeza, só por esquecimento, não referiu na sua alocação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o vosso programa eleitoral?

Deputado José Andrade (PSD): Não é isso que está em causa, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Em relação à posição do Governo Regional sobre esta matéria, o Sr. Deputado acabou por esclarecer a casa. A posição do Governo sobre esta matéria é a posição clara que foi expressa pelo então candidato a Presidente do Governo, no dia que até citou. Portanto, sobre esta matéria não há qualquer dúvida.

Deputado José Andrade (PSD): Isso vale o que vale, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: O Governo mantém exatamente essa mesma posição que, aliás, remeteu ao Governo da República em documentação que constituiu a primeira abordagem da Região nessa matéria e que incorporou também as conclusões do relatório aprovado por esta Assembleia.

Portanto, sobre a posição do Governo dos Açores e sobre a sua incorporação na posição transmitida ao Governo da República, estamos esclarecidos.

Deputado José Andrade (PSD): Não estamos!

O Orador: Aquilo que dissemos na campanha é exatamente aquilo que mantemos e a posição que tivemos antes é a posição que continuamos a defender e é a posição que queremos que seja concretizada.

Sobre esta matéria do desenvolvimento desses contatos, informo, para terminar, que tendo em conta este incidente ou acidente do ex-Ministro Miguel Relvas e a transposição de pasta para outro Membro do Governo, para dar continuidade a este processo com a maior rapidez possível, o Governo dos Açores solicitou audiência ao novo ministro que tem a tutela sobre este assunto, ao Ministro Poiares Maduro, e aguarda que seja marcada, por parte do Sr. Ministro, uma reunião para que possamos dar continuidade ao processo que foi interrompido pela demissão do Ministro Miguel Relvas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não está o grupo de trabalho a funcionar?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado José Andrade tinha pedido a palavra, mas já não dispõe de mais tempo para intervir no debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista e o Governo, ao contrário do que aqui foi dito pelo Deputado José Andrade, sabem muito bem o que é que querem em relação à RTP-Açores e ao serviço público de televisão nos Açores.

(Risos do Deputado Luís Maurício)

Propuseram-no antes das eleições e mantêm essa proposta: uma empresa 100% regional e com 100% de capitais públicos.

Deputado José Andrade (PSD): Onde é que isso está escrito?!

O Orador: Agora quando o nosso interlocutor não sabe o que é que quer em relação ao futuro da televisão,..

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... leva meses a decidir se vai privatizar, se vai concessionar, com divisões que todos conhecemos entre os dois partidos que sustentam a coligação do Governo central,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... é evidente que assim não podemos negociar com quem não sabe o que é que quer no futuro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Ministro Miguel Relvas é que sabia o que é que queria!

Deputado José Andrade (PSD): Até o anterior Ministro sabia o que é que queria!

O Orador: Para além do mais, e como aqui já foi referido, para além do nosso interlocutor não saber o que é que quer em relação ao futuro da RTP, esse próprio interlocutor já mudou e o atual Ministro já pediu tempo para estudar o *dossier*. Portanto, vai ser difícil negociarmos com alguém do Governo da República.

Mas o essencial da minha intervenção tem a ver com a audição ao diretor da RTP-Açores sobre a situação atual da RTP-Açores e o seu futuro.

Entendeu a CAPAT dar seguimento, como sempre aconteceu, à execução da lei da RTP SA que prevê a audição anual do diretor da RTP-Açores por parte deste Parlamento.

A atual direção da RTP A foi nomeada na situação – que consideramos excecional - da anunciada janela da programação da RTP-Açores e num cenário de eventual privatização da empresa, e defesa mais ou menos oficiosa da

desnecessidade dos centros regionais dos Açores e da Madeira, por alegada e tardia constatação, da inexistência de serviço público regional de rádio e televisão.

A atual direção começou por constatar o quadro de restrição orçamental em que a empresa vive, incluindo a anunciada decisão política que a partir de 2014 a RTP deixará de receber indemnizações compensatórias.

Neste contexto a RTP-Açores tem vindo a sofrer uma redução significativa do seu orçamento o foi abrangida pelo convite público aos seus trabalhadores de medidas de rescisão voluntária dos seus respetivos contratos.

Embora o diretor da RTP-Açores tenha admitido que esta política condicionasse apenas a delegação da Horta, o certo é que ela ameaça condicionar a atividade de toda a RTP-Açores, principalmente as delegações de Angra do Heroísmo e da cidade da Horta.

No caso do Faial está até já confirmada, e concretizada parcialmente, a saída de 3 operadores de imagem e um realizador, deixando a delegação sem meios para cumprir o serviço público.

Deputado Francisco César (PS): Graças ao Governo da República!

O Orador: Esta opção política que se está a alargar a toda a RTP-Açores, permite-nos concluir que também nesta matéria, o Governo da República viola descaradamente a lei em vigor, não dá meios para assegurar o funcionamento do serviço público regional de rádio e televisão e compromete verdadeiramente o seu funcionamento futuro.

O reiterado convite aos trabalhadores em geral para abandonarem a empresa numa lógica cega de redução de custos,...

Deputado Francisco César (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... compromete não só o futuro, como já o presente do serviço público de rádio e TV nos Açores.

O Governo da República persiste assim, numa lógica centralista e de desrespeito frontal pela lei e pelas mais elementares obrigações que o Estado tem na Região Autónoma dos Açores,...

Deputado José Andrade (PSD): E o Governo Regional?

O Orador: ... não só em relação ao serviço público de rádio e TV nos Açores como também em relação à universidade, às forças de segurança, aos tribunais e a todos os serviços da administração pública central, tentando mesmo de forma despudorada pôr as autonomias a pagar as obrigações do Estado.

Toda esta realidade de gradual e implacável asfixia financeira do serviço público de rádio e televisão, reflete-se naturalmente na quantidade e qualidade dos serviços de informação e programação da RTP-Açores, na abrangência da sua cobertura regional e mesmo no respeito pelos direitos dos seus trabalhadores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A conformada obediência funcional, da atual direção da RTP-Açores a esta realidade, leva-nos a concluir pela necessidade urgente dos Açores exigirem uma nova solução que simultaneamente exija e convoque a assunção pelo estado das suas responsabilidades,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... num novo modelo organizativo de uma empresa pública regional, tal como proposto pelo Partido Socialista no seu contrato eleitoral sufragado inequivocamente pelo Povo Açoriano.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Deputado José Andrade (PSD): Não é verdade!

O Orador: É verdade! Sabemos bem o que queremos.

Deputado José Andrade (PSD): Em que página é que isso está?

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor está a mentir!

O Orador: Propusemos, o povo açoriano sufragou e continuamos a concretizar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Em que página do Programa do Governo é que isso está?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Foi afirmado várias vezes em discursos e comícios!

O Orador: A impotência objetiva que transpareceu das declarações da direção da RTP-Açores, apressa a nossa urgência na reivindicação de um novo modelo,

temos a certeza, o Governo dos Açores já propôs à administração da RTP SA,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Deve ter um problema qualquer com a delegação da RTP-Açores!

O Orador: ... que garanta a sobrevivência revitalizada do serviço público de rádio e televisão ao serviço dos Açores com verdadeira abrangência regional, de meios técnicos e humanos, em informação e programas, sem janelas temporais, como as impostas pelo PSD, e com autonomia administrativa e editorial.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista confia plenamente que o Governo dos Açores, através dos seus representantes, saberá defender os interesses dos Açores no Grupo de Trabalho criado para definir o futuro modelo organizativo da RTP-Açores, e que será fiel – mais uma vez repito: esse modelo será fiel – ao contracto eleitoral celebrado nesta matéria entre o PS e os Açorianos.

Deputado José Andrade (PSD): Não é verdade!

O Orador: Mas também achamos que sobre esta matéria já é tempo de termos alguma informação, mais do que não seja, das verdadeiras razões porque ainda não houve informação.

Ficou ainda cristalino que relativamente ao atual Governo regional, nenhuma diligência foi feita de natureza formal ou informal, em espaço institucional ou social no sentido da RTP-Açores beneficiar da verba disponibilizada no Plano de 2012.

Tal displicência não pode, aliás, deixar de merecer adequada crítica por parte deste grupo parlamentar que aqui se reproduz.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Deputado José Andrade, é como a questão do petróleo do PSD! Também há contratos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente (o resto do Governo já desertou deste debate):

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não desertou!

Deputado Francisco Coelho (PS): Está enganado!

O Orador: Eu sabia! Eu já sabia que a culpa era do Relvas! A culpa é sempre do Relvas!

Não quer dizer, Srs. Deputados, que essa afirmação não esteja correta no passado, mas agora não podemos continuar a utilizar, indefinidamente, essa desculpa.

A verdade é que em relação à informação institucional que o Governo está a dar ao Parlamento, em relação às negociações em curso, esta informação deixa muito a desejar.

Eu já vi, até nesta sessão, o Governo Regional fazer uma comunicação a este Parlamento para dizer tudo e coisa nenhuma. Ou seja, a informar o Parlamento de factos que já eram conhecidos,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso vai provocar uma intervenção que eu não queria!

O Orador: ... tomadas de posição que já eram conhecidas, com muitas semanas de antecedência. Não trouxe novidade nenhuma a esta câmara e fez-nos perder tempo sobre uma comunicação que já era do conhecimento desta câmara.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, não faça essa palhaçada! É uma figura regimental.

O Orador: Sr. Deputado San-Bento, a figura regimental existe para trazer informação, não para fazer propaganda. É tão simples. Esta é a minha crítica política e eu tenho direito a fazê-la.

Cá está um caso em que o Governo devia utilizar as prerrogativas regimentais que tem para comunicar a esta câmara precisamente em que momento é que nós estamos nesta negociação.

Deputado Lizuarte Machado (PS): No âmbito das prerrogativas regimentais, o que estamos a debater não tem nada a ver com isso!

Deputado José San-Bento (PS): Quer também coordenar a agenda do Governo!

O Orador: Lembro-me, quando aqui provoquei um debate de urgência a respeito do Memorando de Entendimento, o Sr. Vice- Presidente, que continua sentado naquela bancada, exatamente no mesmo local e com as mesmas responsabilidades...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Tem mais!

O Orador: Mais responsabilidades, muitas mais responsabilidades, demasiadas para esta Região Autónoma dos Açores.

O Sr. Presidente do Governo Regional, nessa altura, veio dizer...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sra. Presidente, eu peço-lhe que a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista me deixe elaborar a minha intervenção.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Ventura, peça um intervalo regimental para ajudar o Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Oh!...

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Democracia significa que os senhores têm que ter capacidade de ouvir os outros. Cada vez que se tem um registo crítico não é possível.

Os senhores convivem mal com a Democracia e com o pluralismo.

Deixem-me terminar. Já tiveram oportunidade. Eu não fiz um único aparte. O Sr. Deputado do Partido Socialista fez a sua intervenção como muito bem entendeu. Deixem eu fazer a minha.

Sra. Presidente, desconte este tempo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que me foi retirado pela instabilidade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Em relação a esta matéria, devo dizer que o Governo Regional já tem maus antecedentes.

Quando se lhe pergunta: o que é que os senhores sabem sobre este assunto? O que é que há em relação à negociação?

Os senhores respondem sempre: “não há nada! Para já não há nada! Quando tivermos alguma coisa dizemos.”

E depois, quando é que dizem?

Quando já estiver feito e assinado o acordo.

O Parlamento sabe sempre, *a posteriori*, depois do Governo assinar o acordo.

Deputado José Andrade (PSD): O mal é esse!

O Orador: Normalmente a comunicação social e os jornais sabem antes do Parlamento.

Deputado José Andrade (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, em relação a este processo, é novamente a velha história do Governo que não sabe nada.

Há negociações!

Mas o que é que foi decidido até a este momento?

O que é que foi colocado em cima da mesa por parte do Governo Regional?

O que é que respondeu o Governo da República às questões que foram levantadas?

Quais foram os argumentos que foram aduzidos?

Toda esta informação, numa sociedade democrática, não é uma informação secreta.

São dois governos democráticos.

A informação deve ser absolutamente transparente.

Portanto, em relação a esta matéria o posicionamento do Governo deixa muito a desejar.

Eu espero (e termino a minha intervenção, Sra. Presidente) que o Governo Regional não esteja à espera de fazer a mesma coisa que fez o Governo Grego, ou seja, esteja à espera que a televisão, pura e simplesmente, o sistema televisivo, o canal que está em funcionamento, seja completamente desmantelado para começar do zero, utilizando depois como referência esse grande órgão de comunicação institucional...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto é a ação socialista!

O Orador: ... que é o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, que faz peças deste tipo.

Deputado Berto Messias (PS): É igual à peça da RTP!

O Orador: Eu pergunto-vos se o regime da Coreia do Norte não tem menos sectarismo do que a informação institucional que nós estamos neste momento a usufruir?

Presidente: Sr. Deputado, relembro que estamos a debater o relatório.

O Orador: Eu estou a dar um exemplo, Sra. Presidente.

Termino. Só 30 segundos.

«No final do debate, o Presidente do Governo lamentou que, após dois dias de discussão parlamentar, o PSD/Açores tenha acabado “enriçado na rede que ele próprio criou”» (informação institucional).

“O PSD/Açores entrou no debate a dizer que se devia retirar o documento, o que implicaria acabar com o debate público sobre o mesmo”.

“Se o Governo alterar este documento é a vitória do diálogo e da participação cívica que o Governo insiste em manter e que o PSD não queria...”.

Isto é informação institucional?

É isto que nos espera para a RTP-Açores. Isto é informação institucional?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto é a ação socialista!

O Orador: Isto é uma peça de propaganda escandalosa que é paga por todos os contribuintes açorianos,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto é a ação socialista!

O Orador: ... pelos contribuintes do Partido Socialista, do Partido Social Democrata. Isto é uma vergonha!

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Este tipo de peças é uma vergonha. Deveriam ter uma informação institucional e não é mais do que pura propaganda partidária atacando os outros partidos e as representações parlamentares.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Termino, Srs. Deputados.

Deputado José San-Bento (PS): Se quer falar sobre o GaCS peça um debate sobre isso!

O Orador: Eu temo que seja esse o futuro que os senhores preparam para a RTP-Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O PSD já bate palmas ao PPM!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não têm vergonha!

Deputado Berto Messias (PS): Vergonha foi o petróleo ontem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o tema da RTP-Açores vem a esta Casa. O certo é que quando este tema vem a esta Casa, de tempos a tempos, entretanto há coisas a acontecer que escapam completamente, a esta Casa e ao povo açoriano.

O certo é que este relatório vem apenas confirmar aquilo que todos/as nós temos vindo a ter consciência ao longo dos últimos anos, ou seja, que o presente, e sobretudo o futuro, da RTP-Açores está sob ameaçado, está ameaçado de morte.

Há uns tempos atrás também, na nossa Região, houve como que um sobressalto cívico no sentido de defender a RTP- Açores, a dignidade dos seus profissionais, a dignidade das condições de trabalho, o tempo de emissão, o

verdadeiro serviço público prestado pela rádio e pela televisão pública nesta Região.

Todos nós nos sobressaltámos, dentro e fora desta Casa, nesse sentido.

Mas o certo é que depois vieram as eleições legislativas.

Depois disso, praticamente não se tem ouvido falar do assunto, a não ser de um grupo de trabalho que foi constituído, com representantes do Governo Regional e da Administração da Casa Mãe, que já deveria ter completado o seu trabalho, a 31 de março. Agora, foi adiado para 31 de julho, mas ninguém nesta Casa, pelo menos em termos oficiais, sabe o que é que esse grupo de trabalho está a fazer, o que é que os representantes do Governo Regional, nele presente, estão a defender em nome da RTP-Açores. Ou seja, é todo um processo que tem sido feito à margem desta Casa, portanto, à margem do povo açoriano.

A intervenção do Sr. Vice-Presidente, para mim, foi altamente preocupante, porque eu, talvez erradamente,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Talvez erradamente!

A Oradora: ... acabo por concluir que este grupo de trabalho, que deveria ter apresentado conclusões no dia 31 de março, afinal ainda não tem nenhuma conclusão, nem está a trabalhar coisa nenhuma.

Sr. Vice-Presidente, eu nunca ouvi o Governo Regional dizer a esta Casa que este grupo de trabalho foi um *flop*, que não está a fazer nada, mas entretanto os trabalhadores, os profissionais da RTP-Açores, têm os seus postos de trabalho ameaçados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão à espera de instruções do Governo!

A Oradora: Os polos de emissão estão ameaçados, nomeadamente na Horta e em Angra.

A degradação técnica continua; a degradação das instalações continua, mas o Governo Regional esqueceu-se de dizer a esta Casa que nada está a ser feito, enquanto tudo está a ruir à volta da RTP-Açores, que é como quem diz à volta de um símbolo e de um transmissor fundamental da açorianidade.

Isso, Sr. Vice-Presidente, deixe-me dizer-lhe, é lamentável!

Também por isso o Bloco de Esquerda propôs a audição não de um assessor do Governo Regional, Sr. Deputado José Andrade. Nós propusemos, e em boa hora foi aprovada esta audição...

Deputado José Andrade (PSD): Na hora certa!

A Oradora: ... do Dr. Alberto Ponte, como máximo responsável da RTP, e do Dr. André Bradford como um dos elementos do Governo Regional que faz parte deste grupo de trabalho.

Deputado José Andrade (PSD): Não deixa de ser verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: Em boa hora foi aprovada esta audição e temos muita curiosidade em ouvir o que estas duas pessoas têm para dizer sobre esta temática.

O serviço público de rádio e televisão, no seu todo, não é só nos Açores, está sob ataque e sob ameaça. Está agora, porque há uma intensificação evidente do Governo do PSD e do CDS no ataque a este serviço público.

Sras. e Srs. Deputados, lembrem-se do que está a acontecer neste momento na Grécia a mando da *troika* e não pensem que a Grécia fica muito longe de Portugal.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os paladinos da desgraça!

A Oradora: Esta acentuação de ataque, de ameaça, no sentido de destruir o serviço público de rádio e televisão no nosso país, é uma evidência.

Os Açores não estão de fora, evidentemente, desta ameaça e deste ataque.

O desmantelamento completo do serviço público de rádio e televisão tem sido impedido, apesar de tudo, em Portugal, pela junção de muitas vontades e de diversas correntes de opinião. Isto, para dizer a verdade toda, tem sido feito não só agora em que este ataque e esta ameaça se tem intensificado com este Governo da República, mas já vem de há muito tempo atrás.

Também há governos do Partido Socialista que deram um contributo fundamental para a progressiva degradação do serviço público de rádio e televisão na nossa região.

Portanto, também não vale a pena pensar que agora é que tudo começou. Não, não! Já começou há muito tempo.

Nós, e faço *mea culpa*, dentro desta Casa e fora dela, é que temos andado bastante distraídos relativamente a esta matéria, cada um pelas suas razões.

Apesar da resistência e da junção de múltiplas vontades e de múltiplas correntes de opinião na defesa deste serviço público de rádio e televisão, ele está a sofrer, permanente e acentuadamente, de severos constrangimentos.

Como é evidente, os Açores não fogem à regra. A amostragem disso mesmo é este relatório que é absolutamente lamentável no seu conteúdo.

É lamentável, é vergonhoso, é um elemento que envergonha qualquer estado democrático, verdadeiramente democrático, de um país do mundo Ocidental.

É um documento que só não faz chorar, porque o choro raramente faz parte da política. Mas é lamentável sob todos os pontos de vista.

É lamentável, por exemplo, quando nós ficamos a saber por ele que a RTP-Açores não tem qualquer tipo de capacidade neste momento, nem tecnológica, nem humana, nem de nenhum tipo de recursos para assegurar o que quer que seja dentro da nossa Região. Tudo é casuístico e é se for possível e quando for possível.

Não há um projeto!

Não há um plano!

Não há uma estratégia!

Vai-se fazendo, vai-se acudindo aos “fogos” conforme seja possível.

Temos um acesso à RTP Internacional, de programas dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, que é feito por cunhas e por boas vontades.

Isto não envergonha o estado democrático?

Isto não envergonha o Governo Regional, esta Casa e todos os/as açorianos/as?

Que raio de serviço público de rádio e televisão é que estamos falar e que o Governo da República está a implementar no nosso país?

Demonstra também a absoluta incapacidade da RTP-Açores assegurar, no mínimo (no mínimo!), em todas as ilhas, um correspondente; de conseguir garantir a sobrevivência de três polos, nomeadamente o da Horta; de conseguir substituir trabalhadores que no exercício dos seus direitos próprios, se

reformam antecipadamente, ou não, mas têm o direito de decidir para a sua vida aquilo que entendem melhor.

E depois? Fica o vazio?

E depois? Quem é que vai para o lugar deles?

Deputado Joaquim Machado (PSD): As suas empresas!

A Oradora: E depois? Como é que se trabalha?

O apelo que faço desta bancada ao povo açoriano é: o sobressalto cívico de há um ano atrás tem que ser aumentado.

Os/as açorianos/as têm que perceber que já não é uma janela. Não tarda muito é coisa nenhuma, não há serviço público de rádio e televisão nesta Região para ninguém. E eu não estou a ser alarmista, Sras. e Srs. Deputados! Estou a ser lúcida, estou a ser realista.

O povo açoriano tem que exigir dos órgãos de poder próprio desta Região, desta Casa e do Governo Regional, respostas concretas: o que é que se está a passar; o que é que estão a decidir; o que é que vai acontecer.

Quando acordarmos já será tarde demais.

Na realidade, quase que apetecia dizer, e há uma canção muito conhecida que diz: “então o que é que se passa? Então isto não é uma ameaça?”

Lembrar-se-ão todos desta modinha. É que é mesmo uma ameaça.

Metamos isso na cabeça, tenhamos bem presente isso e levantemo-nos todos em defesa de profissionais que deram o melhor daquilo que sabiam das suas competências, do seu empenho, do seu espírito de missão em favor de um instrumento da autonomia que ninguém, nesta Região, pode dispensar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Uma brevíssima intervenção para reafirmar aquilo que já tinha dito antes em termos da preocupação com que vemos que se está a fazer a destruição do serviço público regional de televisão.

Dizer também que por isso mesmo é que propusemos uma solução, pela qual continuamos a lutar, desde as eleições.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifesta também, como aqui já foi dito, a sua confiança plena no Governo, através dos seus representantes, para defender os interesses dos Açores. Como disse antes, achamos também que já é a altura de, sobre esta matéria, termos alguma informação, mais que não seja sobre as verdadeiras razões pelas quais não houve informação.

Daí termos viabilizado uma oportuna proposta do Bloco de Esquerda no sentido de a CAPAT auscultar o primeiro representante do Governo, bem como o presidente da RTP,SA sobre o andamento dos trabalhos do grupo entretanto constituído.

Ouvi-los antes seria sempre um ato precoce, o mesmo é dizer inútil.

Ouvir agora, mais do que os representantes do grupo de trabalho, seria claro indício de que não se pretende informação, mas sim manobra tático-política.

Obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado José Andrade (PSD): Devia era ter começado diferente! Devia ter começado há mais tempo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Para o CDS não nos preocupa uma delegação qualquer do Centro Regional da Rádio e Televisão dos Açores, seja a de Angra, seja a de Ponta Delgada ou a da Horta.

Para nós, CDS, preocupa-nos o todo regional. Preocupa-nos o todo regional, quando temos seis das nove ilhas desta Região a trabalhar com um correspondente que não é tão pouco funcionário dos quadros da RTP.

Não é funcionário e não tem como principal profissão esse serviço. Faz apenas e só como *part-time* esse serviço que presta à RTP-Açores.

Isso para nós não é claramente aquilo que se quer para um serviço público de rádio e televisão eficaz no todo regional.

Poderia dar aqui inúmeros exemplos, como por exemplo a ilha de São Jorge, que infelizmente tem sido afetada por catástrofes naturais. Uma população qualquer, de uma fajã qualquer de São Jorge, que fica isolada, só é notícia na rádio e televisão, nos Açores, dois dias depois, quando numa ilha maior, às 5 da manhã, está a ser publicitada e publicada no ar a notícia.

Mas temos administradores do Centro Regional que, no âmbito da audição, se congratulam com isso e se congratulam pela eficácia do Centro Regional, quando existe esses acontecimentos numa, duas ou três ilhas. Isso para nós não é serviço público de rádio e televisão, ou pelo menos não é com eficácia.

É certo que esta não é uma responsabilidade dos trabalhadores da RTP. Esta é uma responsabilidade de quem gere a rádio e televisão nos Açores, de quem gere a rádio e televisão a nível nacional, que permite que continuamente isto aconteça. Com isso nós não podemos concordar.

Não podemos concordar quando também temos uma direção do Centro Regional que diz que, em princípio, defende os Açores. Mas é só em princípio! Diz-nos, de seguida, que afinal é só em princípio, porque primeiro tem que defender a empresa, depois tem que defender o seu conselho de administração em Lisboa, que é a sua chefia, e depois defende o centro regional.

Não é isso que queremos para os Açores, para o Serviço Público de Rádio e Televisão.

Queremos alguém que defenda a nossa Região e que defenda um verdadeiro serviço público de rádio e televisão nos Açores sem qualquer interesse pessoal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É isso que se pretende, é isso que se quer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não é isso que está a acontecer, infelizmente, na nossa Região.

Temos um conselho de administração que (é certo) se calhar não tem meios suficientes para prestar esse bom serviço que se quer para a Região, mas tem uma desorganização total. Poderia dar aqui inúmeros exemplos que nos foram

ditos pelos próprios senhores diretores no âmbito da audição na Comissão Parlamentar.

Por exemplo, para emitir uma simples Missa Pascal, tem inúmeras contradições. Primeiro, está orçamentada para ser em São Miguel e emitida a partir de São Miguel. Depois decide-se que irá ser emitida da Sé de Angra, mas a seguir já não é emitida da Sé de Angra, porque não está orçamentada a baixada da luz para emitir essa missa. Essa missa só será emitida se a Sé de Angra pagar a baixada da luz. A Sé de Angra diz que não tem condições para pagar a baixada, então não se emite a Missa Pascal nos Açores, nem da Sé, nem de São Miguel. Olha, arranjou-se uma solução boa: a missa nova do Papa Francisco. Serve bem. Foi isso que nos disse os diretores do centro regional.

Mas isto o que é?!

Que desorganização é esta?

Isto não é um bom contributo para termos um bom serviço de rádio e televisão nos Açores.

O CDS já fez a sua parte, e está pronto para continuar a fazê-la, para termos um bom serviço público de rádio e televisão. Apresentou a esta Casa um Projeto de Resolução que visava que fosse feito um trabalho. Foi aprovado por esta Casa, foi feito e permitiu, daí, sair um relatório que é muito objetivo, muito claro e muito bem realizado naquilo que se pretende para um verdadeiro serviço público de rádio e televisão numa região arquipelágica como a nossa.

Hoje, já aqui muito se falou e discutiu sobre o novo grupo de trabalho que está a trabalhar no sentido do que será o futuro da rádio e televisão nos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Qual é o Grupo de Trabalho?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Do Governo!

O Orador: Do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Governo Regional?

O Orador: Nós damos o benefício da dúvida a esse grupo de trabalho, mas insistimos e relembramos o Governo, pese embora o Governo Regional (quer o Sr. Presidente do Governo Regional, quer o próprio Vice-Presidente do

Governo Regional), hoje, já tenha dito que esse grupo de trabalho está a trabalhar com base nesse relatório que foi elaborado.

Nós damos esse benefício da dúvida ao novo grupo de trabalho, mas esperamos, com expectativa, resultados e que esses resultados venham ao encontro daquilo que verdadeiramente se pretende para este serviço de rádio e televisão, mas não é aquilo que tem acontecido nos Açores.

Por isso, é com essa expectativa que aguardamos que a esta Casa, órgão máximo da autonomia, seja dado conhecimento do andamento desses trabalhos, o que é que se está a fazer e o que é que se pretende claramente para a Região.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Muito rapidamente para, primeiro, lembrar a alguns Srs. Deputados, que se esqueceram, que estamos aqui a debater o relatório sobre a audição do Diretor Regional da RTP. É esse o conteúdo desta abordagem.

Também para afirmar – e eu subscrevo as palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares – que é lamentável a total falta de rumo que o Governo da República tem tido para com a RTP e, conseqüentemente, para com a RTP-Açores.

Deputado José Andrade (PSD): O Governo Regional não serve para nada!

O Orador: Em relação ao Governo Regional a posição é clara.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estamos à espera!

O Orador: Mantemos o que dissemos, mantemos os nossos compromissos e mantemos as nossas posições.

O problema aqui é que o Governo da República não sabe o que quer e não tem rumo sobre esta matéria.

Vou dar o exemplo concreto do grupo de trabalho que foi criado entre o Governo Regional e o Governo da República.

Esse grupo de trabalho reuniu de forma presencial uma vez. Quando estava marcada a segunda reunião, na véspera, os representantes do Governo da República telefonaram a comunicar que já não podia haver reunião porque tinha mudado o ministro e o novo ministro tinha dado indicações para não haver reunião, tinha solicitado o *dossier* para estudar e não tinha posição sobre a matéria. É exatamente o que acontece hoje, ou seja, estamos a aguardar que o novo Ministro Poiães Maduro diga o que pensa. Por outras palavras, que o Governo da República se entenda e diga o que pensa sobre a RTP-Açores e sobre a RTP.

Portanto, nesta matéria estamos muito claros, Sra. Deputada e Srs. Deputados. O Governo dos Açores mantém exatamente o que pensa.

O Governo dos Açores comunicou essa posição, em termos oficiais, e fez acompanhá-la do próprio relatório do grupo que foi criado aqui e da posição criada no âmbito da Assembleia Regional.

Da nossa parte estamos muito claros e muito definidos no nosso rumo.

Deputado José Andrade (PSD): É o que se espera, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Quem sobre esta matéria não tem rumo, não tem orientação e pediu tempo para procurar um rumo, uma orientação, e pediu tempo para ter opinião sobre isto foi o Governo da República.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sem querer repetir algumas das questões que já aqui foram abordadas, não posso deixar de considerar que aquilo que está em curso não é apenas com este Governo. Com certeza todos nos lembramos da ofensiva que foi feita pelo então Ministro Morais de Sarmiento à RTP e à sua privatização, que apenas não foi levada a bom termo porque, entretanto, a movimentação popular em defesa da

RTP-Açores e a movimentação dos seus trabalhadores impediu que isso tivesse acontecido.

Mas a verdade é que passados estes anos, e logo que o PSD retoma o poder, a estratégia é de novo tomada e aquilo que está em curso é efetivamente uma tentativa de destruição da RTP, SA, o que equivale a dizer, a destruição do Serviço Público de Rádio e Televisão no nosso país.

Sabendo-se que a RTP-Açores integra a RTP,SA, qualquer transformação que haja a nível nacional, no conceito de Serviço Público de Rádio e Televisão e na própria estrutura da empresa, terá efeitos na Região.

Esses efeitos sentem-se, têm-se sentido nos últimos anos e têm-se agudizado nos últimos anos.

Assistimos a um consulado do Dr. Pedro Bicudo, com todos os problemas que trouxe para a RTP nos Açores. Agora estamos a atravessar um outro consulado em que pouco mudou ou eventualmente se calhar até piorou.

Não será por acaso que, passado o tempo que passou sobre a tomada de posse desta nova direção da RTP-Açores, se tivesse demitido recentemente a direção de informação da RTP-Açores e entretanto estejam em causa algumas das delegações da RTP-Açores, como seja o caso do Faial que, por exemplo, quando produz o programa Parlamento, a gravação e a alimentação das câmaras que estão no estúdio são feitas por baterias, pondo em causa a gravação do programa, que pode ser interrompida por via da alimentação das câmaras que são utilizadas no estúdio.

Isto para não falar no facto da própria produção que é feita em algumas das delegações, particularmente na delegação do Faial, estar em causa com a saída de trabalhadores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No Faial, em São Jorge, no Pico, todas as ilhas pequenas!

O Orador: Certamente, Sr. Deputado. O senhor só se importa com uma ilha.

O Deputado Artur Lima apenas dirige a sua intervenção política em direção a uma ilha. É efetivamente um fervoroso defensor da sua ilha.

Normalmente, os Deputados nesta câmara têm o cuidado, independentemente de serem eleitos por esta ou por aquela ilha, de defender a Região.

Quando se defende a Região, defende-se todas as ilhas.

O Deputado Artur Lima, por vezes, se evitasse alguns apartes, penso que só tinha a ganhar.

O exemplo que estava a dar era exatamente no Faial. Neste momento, para se produzir um programa no Faial, ou para se fazer a cobertura dos trabalhos parlamentares, têm de socorrer-se de serviços externos, porque já não há funcionários da RTP que consigam, por si só, fazer este trabalho.

Depois, temos a demissão das chefias de informação que certamente não resultarão senão da forma como a RTP tem vindo a ser conduzida.

Julgo que nada melhor do que pegarmos no relatório que estamos a discutir para se perceber o que é que se está a passar.

O que se está a passar é, de facto, o “enterro” ou a preparação das “cerimónias fúnebres” da RTP-Açores, porque esta direção da RTP-Açores, quando lhe é perguntado se estão do lado da empresa ou se estão do lado da RTP-Açores, isto é, daquilo que deve ser a RTP-Açores, que é uma coisa que não foi percebida, a esta pergunta que foi feita por mim ao senhor diretor e ao senhor subdiretor (e o Deputado Luís Silveira já se referiu a isto), gostaria de ler exatamente aquilo que está no relatório:

“Para o Sr. Deputado Aníbal Pires que tem dificuldade em perceber de lado é que nós estamos.” Eventualmente tinha, deixei de ter!

“Eu, pelo menos, estou do lado de que sempre estive”, dizia o senhor Subdiretor. “Para já estou do lado da minha empresa. Sou funcionário da empresa há muitos anos.”

Eu, num aparte disse: “Da empresa!”

E o senhor Subdiretor disse: “Sim, da minha empresa. É uma empresa. Toda a gente sabe que há relações empresariais...”

É evidente que isto diz tudo.

Portanto, esta direção da RTP-Açores, aquilo que está a fazer, é a “cavar a sepultura” para acabar com a RTP-Açores.

Lamento que sejam dois açorianos a tratar do “funeral” da RTP-Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra, mas tem apenas 20 segundos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que a minha preocupação com a primeira intervenção do Sr. Vice-Presidente foi largamente suplantada (essa preocupação) pela segunda intervenção do Sr. Vice-Presidente.

É que tudo está pior do que aquilo que pensávamos. Esta é que é a verdade.

Até a este momento tínhamos uma ideia (pelo menos eu tinha!) que alguma coisa se estava a fazer. Afinal não se está a fazer nada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A culpa é da República!

A Oradora: Quando o Deputado Luís Silveira diz que é preciso dar, e o CDS dá, o benefício da dúvida ao grupo de trabalho, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho que vos dizer que já não dou benefício nenhum, pura e simplesmente porque não há grupo de trabalho.

Houve um encontro entre cavalheiros e ponto final. Nunca mais houve coisa nenhuma.

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Portanto, o grupo de trabalho não existe, ou seja, nós estamos lançados para o meio do atlântico e safemo-nos como pudermos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Relvas foi-se embora!

A Oradora: Mais uma vez não posso deixar de reiterar, muito rapidamente, duas críticas que já fiz e que vou continuar a fazer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi-se o Relvas, voltamos a marcar passo!

A Oradora: Primeiro: este grupo de trabalho que afinal não existe, começou mal não tendo lá um representante desta Casa e é perfeitamente incompreensível que não esteja lá um representante da administração da RTP-Açores.

Ninguém percebe que num grupo de trabalho que decide o futuro da RTP-Açores não tenha lá ninguém desta Casa, já o disse, e da própria RTP-Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há ou não há?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi-se o Relvas!

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Em segundo lugar, e terminando,

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tens mesmo treta de um terceirense! Eu sou um açoriano!

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Deputada já está sem tempo. Deixem-na terminar rapidamente.

A Oradora: Terminando, através da segunda intervenção do Sr. Vice-Presidente, não só este Grupo de Trabalho começou mal, como agora acabou mal.

Portanto, é urgente que esta Casa comece a pensar no que é que pode e deve fazer. Todos nós, independentemente do grupo parlamentar, independentemente do seu posicionamento ideológico.

A RTP-Açores é um bem maior, os seus profissionais são um bem maior para esta Região. Temos de fazer alguma coisa e eu apelo à unidade deste Parlamento nesse sentido.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra. Tem pouco mais de um minuto.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para afirmar que na minha opinião, e ficou claro nas diversas intervenções, a culpa da situação que a RTP-Açores vive é claramente culpa do desnorte que existiu, e que existe, no Governo da República em

relação à própria RTP, com as diversas soluções que foram preconizadas, e que aqui já falámos, desde a concessão até à privatização, com a mudança de interlocutores, etc.

Mas há uma questão que aqui não foi referida e que é também importante referir. É que muitos dos problemas com que a RTP-Açores se debate e que devem ser resolvidos a nível da gestão, como por exemplo a gestão local, como é o caso dos correspondentes (muito bem levantado aqui pelo Deputado Luís Silveira), devem-se à gestão local da RTP-Açores.

Aí é preciso recordar quem é que escolheu os atuais gestores da RTP-Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem foi? Diga!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não fui!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores devem ter sido consultados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foram os senhores que os escolheram!

O Orador: Quem é que apostou nos atuais gestores da RTP-Açores?

Quem é que os indicou?

Quem é que assumiu que eles trariam uma nova esperança para a RTP-Açores?

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Esses é que são os verdadeiros responsáveis pela situação em que está a RTP-Açores.

A terminar, apenas uma frase.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Moura está no uso da palavra.

O Orador: A solução ideal é a solução indicada pelo Partido Socialista, ou seja, uma empresa 100% regional com 100% de capitais públicos.

Obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores devem ter sido consultados!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O administrador foi nomeado por V. Exas!

O Orador: ... Srs. Deputados,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se formos por aí!

O Orador: ... Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre o Vice-Presidente do Governo e o Deputado Artur Lima)

O Orador: Sr. Vice-Presidente, posso?

Presidente: Srs. Deputados... Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor de continuar.

O Orador: É que com esta conversa não consigo.

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, eu peço-lhe o favor de me deixar fazer a intervenção.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Prescindo. Não me deixam falar. Há uma dificuldade democrática.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo.

Presidente: Sendo assim, não há mais inscrições. Penso que posso dar por concluído este ponto da agenda.

Avançamos para o ponto 10: **Anteproposta de Lei n.º 3/X – “Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de**

25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto e 2/2012, de 14 de junho)”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

O debate foi organizado pela Conferência de Líderes nos termos habituais.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM apresentou esta iniciativa na sequência de uma anterior proposta que também trouxemos a este plenário.

O nosso objetivo político era reduzir o número de deputados dos atuais 57 para 41. Esse objetivo e a proposta concreta que apresentámos em relação a essa matéria não recebeu o apoio maioritário deste Parlamento, não só não recebeu esse apoio maioritário como, neste caso específico da alteração da Lei Eleitoral, seria necessária uma maioria qualificada.

Pelas tomadas de posição dos diversos Grupos Parlamentares estávamos muito longe de poder vir a recolher esse apoio e alcançar essa votação qualificada.

Nesse sentido, o que fizemos foi avançar para uma segunda fase.

Ao Partido Popular Monárquico preocupa o facto de, se tivéssemos que disputar eleições dentro de um, dois ou três meses, não elegermos os 57 deputados que neste momento constituem esta Assembleia, mas sim 64 deputados, o que significaria um aumento de 7 deputados.

Eu considero que o Parlamento não pode de forma nenhuma correr o risco de continuar com uma legislação eleitoral que terá esse impacto.

Nesse sentido, o PPM apresenta aqui uma proposta que foi consensualizada por todos os partidos em 2012.

O texto que apresentamos é um património político dos 6 partidos políticos que continuam a compor esta Assembleia Legislativa.

Este texto que apresentamos é um património político de qualquer uma destas seis forças políticas.

A redação foi consensualizada em 2012 e esse texto pertence a nós, os seis.

Eu considero que não sendo possível obter uma redução do número de deputados, ou uma aproximação de posições, ou até a apresentação de projetos

concretos que venham a obter outros resultados, é do mais elementar bom senso regressar a uma questão que nós, este Parlamento, já conseguimos consensualizar em 2012.

Isto é regressar a 2012, consensualizar esta posição e retirar-lhe a norma que impedia de continuar em vigor.

Nesse sentido, consideramos que é possível chegar novamente a este acordo de mínimos.

Eu queria dizer o seguinte:

Esta notícia tem sido por vezes referenciada de forma errada. A legislação não estabelece que o número de deputados venha a ser 57. O que estabelece é que o máximo é 57.

Se a população, neste caso o número de recenseados, vier a diminuir, o que vamos assistir é a uma redução de deputados, o que, neste momento, não está no horizonte da evolução do número de recenseados. Aliás, a evolução tem vindo a ser completamente diferente, ou seja, o número de recenseados tem vindo a aumentar.

Nesse sentido não é previsível, a curto e a médio prazo, que se possa diminuir de forma significativa o número de recenseados. Portanto, o número de deputados deverá manter-se, no curto e no médio prazo, nos 57 deputados. Este é o nosso objetivo político.

Segunda coisa que gostava aqui de dizer:

As leis eleitorais são absolutamente estruturantes para os sistemas políticos.

Hoje em dia, o meu posicionamento, em relação à alteração de 2008, é o seguinte:

Não foi sempre este. Devo dizer que em relação a esta matéria a experiência concreta de dois atos eleitorais (2008 e 2012), demonstrou-me que o círculo de compensação que foi criado foi um bom mecanismo para assegurar uma maior proporcionalidade e uma representação mais pluralista deste Parlamento.

Mantivemos outra questão fundamental no âmbito do funcionamento parlamentar, que é de facto a capacidade de não existir uma desagregação muito grande desta câmara e a capacidade de gerar maiorias.

Vejam só que dos dez atos eleitorais disputados desde 1976 até 2012, os partidos políticos que governaram a Região, o PSD e o PS, obtiveram nove maiorias absolutas, o que significa que o sistema consegue alcançar e consegue que o partido que tem maior número de votos possa alcançar as maiorias parlamentares correspondentes e seja absolutamente representativo nesse sentido, e também que os partidos de pequena e média dimensão também estejam representados neste Parlamento.

Por exemplo, se não tivéssemos o círculo de compensação em 2008, este Parlamento teria sido constituído apenas pelo PS, pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM. Teriam ficado de fora o Bloco de Esquerda e o PCP.

A mesma coisa teria ocorrido em 2012. O PCP e o Bloco de Esquerda também teriam ficado de fora.

Tendo em conta a dimensão política, a dimensão eleitoral do PPM e a dimensão eleitoral do Bloco e do PCP, que é maior, já se vê que o sistema podia provocar uma injustiça, que é o facto de estar um partido com muitos menos votos representado e dois partidos, como Bloco de Esquerda e o PCP, não estarem representados.

Em síntese, em relação ao círculo de compensação, acho que hoje ele é um mecanismo essencial para alcançar equilíbrios, para conseguir alcançar proporcionalidade e sobretudo para conseguir alcançar representatividade das diversas correntes de opinião da sociedade açoriana.

Deputado José San-Bento (PS): É importante que o senhor diga isso. Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Nesse sentido, este Parlamento também demonstrou a solidez institucional, que é uma das características que este Parlamento tem vindo a evidenciar no quadro parlamentar nacional, em contraponto ao que acontece muitas vezes na Assembleia da República e em contraponto ao que acontece muitas vezes também na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Este Parlamento também tem vindo a conseguir criar consensos institucionais.

Deputado José San-Bento (PS): Alguns!

(Diálogo entre os Deputados José San-Bento e Aníbal Pires)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que não entrem em diálogo.

O Orador: Penso que o que tem vindo a suceder é esta capacidade de conseguirmos esta convergência institucional.

Para já considero que a nossa posição ficou bem evidenciada. É possível voltarmos a esse acordo de 2012.

A alteração legislativa de 2012, que foi assinada também por V. Exa., Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só nos 57.

O Orador: ... o património pertence aos 6 partidos.

Sr. Deputado Artur Lima, é preciso que verifique o seguinte:

A proposta de alteração é idêntica à de 2012. Só a caducidade é que sai. Mais nada. O texto é igualzinho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Altera é os dados!

O Orador: Não altera dados nenhuns, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Altera sim!

O Orador: Não altera dados nenhuns. É igual. Só retiro a caducidade.

O resto, até nas vírgulas é igual.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O tipo de letra e tudo. Menos naquele pormenorzinho!

Deputado José San-Bento (PS): É igual!

Deputados Artur Lima (CDS-PP): Não é igual!

O Orador: Votámos contra.

Sr. Deputado, o senhor deve estar a sofrer de amnésia, ou então sou eu. Já vamos ver isso.

Eu acho que isto foi aprovado por unanimidade. Como é que votou contra Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esta proposta votou a favor!

O Orador: Srs. Deputados, há muitas razões que os partidos podem ter democraticamente para renegar o que foi acordado em 2012. Uma delas não é a alteração da redação. A redação é igual e foi votada por unanimidade. Esta é que é a verdade.

Deputado José San-Bento (PS): É verdade!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 34 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, apresentada que está a Anteproposta de Lei, vamos dar início ao debate.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais:

Efetivamente a Anteproposta de Lei que foi apresentada pela Representação Parlamentar do PPM tem redação igual à que foi aqui aprovada, por unanimidade, na legislatura passada. Apenas não tem – e é bom que se diga – a norma da caducidade que lhe tinha sido introduzida. Portanto, a Anteproposta de Lei, que foi aqui aprovada na Legislatura passada, faria vigorar apenas para as Eleições Regionais de 2012.

De facto é igual e faz seguinte:

Em termos práticos limita o número máximo de deputados a 57, mas (e este pormenor, ou por maior, não deixa de ser importante) não evita a diminuição de deputados.

A questão é a seguinte:

As projeções demográficas efetivamente indicam a diminuição de população em algumas das nossas ilhas, facto preocupante e que será, com certeza, objeto de discussão noutros fóruns que não no da discussão desta Anteproposta de Lei. Mas esta Anteproposta de Lei, se vier a ser aprovada, permite efetivamente a diminuição de deputados. Permite a diminuição de deputados, e eventualmente poderá já ter incidência em 2016, em ilhas, como por exemplo, São Jorge, Pico, Graciosa e Flores.

Deputado José San-Bento (PS): E o Corvo?

O Orador: Há, no entanto, uma ilha onde esta lei não vai nunca ultrapassar esse problema.

Deputado Francisco César (PS): Que ilha é essa, Sr. Deputado?

O Orador: O Corvo nunca vai diminuir o número de deputados...

Deputado José San-Bento (PS): Elege, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): O Corvo?

O Orador: ... não pela proposta que estamos a discutir apresentada pelo PPM, mas por força de uma norma constitucional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor quer alterar a Constituição?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Constituição de 75!

(Apartes inaudíveis dos Deputados Artur Lima e José San-Bento)

O Orador: Penso que depois do Deputado Artur Lima se ter composto, acho que estou em condições de continuar.

Presidente: Claro que sim, Sr. Deputado.

O Orador: A questão efetivamente passa por aqui. A nossa Lei Eleitoral, quando foi desenhada e quando foi introduzido o círculo de compensação, valoriza e continua a valorizar os círculos eleitorais de ilha.

Acho que essa é uma opção unânime de todos os deputados e de todos os partidos políticos que têm assento neste Parlamento: a valorização dos círculos eleitorais.

Aquilo que vai acontecer, se esta câmara vier a aprovar esta proposta, é que, face àquilo que é expectável, há ilhas que vão perder deputados.

Quais são essas ilhas?

São as ilhas que neste momento estão a atravessar gravíssimos problemas, quer sociais, quer económicos, que decorrem, em muito, da perda de população, porque não encontramos ainda as fórmulas adequadas, as políticas mais adequadas, para que se evite essa sangria de população nas nossas ilhas. A questão é esta e é bom que todos tenhamos consciência disto.

A pergunta que faço ao proponente é se aquilo que eu estou a afirmar corresponde ou não à verdade.

Deputado José San-Bento (PS): Corresponde!

O Orador: Ou seja, esta proposta que V. Exa. nos traz aqui limita o número máximo de deputados, isto é, não podemos ultrapassar os 57, coisa com a qual eu até poderia concordar, digo desde já a V. Exa., mas prevê a diminuição. Quando prevê a diminuição faz uma coisa completamente diferente em relação à lei que aprovámos aqui o ano passado.

Na lei que aprovámos o ano passado garantíamos que não havia nenhuma redução, porque foi desenhada dessa maneira. O número de deputados eleitos em Santa Maria, pelas nossas ilhas fora até ao Corvo, mantinha-se exatamente igual, coisa que esta proposta não garante. É bom que tenhamos atenção àquilo que estamos a discutir. Não é o que estamos a discutir, é os efeitos que isto pode produzir.

O efeito que isto pode produzir é, de facto, a desvalorização de alguns círculos eleitorais, menos do círculo eleitoral do Corvo. Eu insisto no Corvo, porque como sabemos o proponente é eleito pelo círculo eleitoral do Corvo.

Nós faremos a revisão e daremos o nosso apoio à revisão da Constituição certamente. O problema não se situa a esse nível.

O quadro constitucional que temos no momento é este e não é outro.

Portanto, parece-me que a posição do PCP relativamente à Revisão Constitucional ser agora ou ser daqui a dois ou três anos (ou quando for possível), não está em causa. O que está em causa é isto.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando desenhou a primeira proposta que oportunamente retirou,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PCP quer rever a Constituição!

O Orador: ... tinha contratado não um gabinete jurídico, mas um gabinete de “alta-costura”. Arranjou um fato por medida.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa é boa!

O Orador: Hoje fez um *upgrade* e de facto chegou ao topo do “*designer* de moda” para garantir aquilo que é o seu interesse. Não tem em atenção aquilo que é o interesse global da Região, aquilo que é o interesse de ilhas que precisam de fomentar e implementar medidas para a fixação da população e para o crescimento da sua população. Isso, o Deputado do PPM esqueceu-se e esquece-se completamente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, lamentar novamente a postura do PCP neste debate.

A questão é a seguinte:

A proposta que aqui se traz é do património dos seis partidos, na medida em que, como já tive oportunidade de dizer numa anterior intervenção, o texto foi acordado entre os seis partidos.

A única coisa que se retira, e que era o contributo ou pelo menos um dos contributos do PCP, é a cláusula da caducidade.

Este Parlamento, estes deputados que aqui estão, foram eleitos com esta lei. Foram eleitos com esta lei! E foram eleitos exatamente, como sabe, porque é o mesmo texto.

A questão é a seguinte:

Se o Parlamento não deliberar sobre esta questão nós não estamos a fixar em 57.

Se o Parlamento não deliberar sobre esta questão estamos a aumentar o número de deputados de 57 para 64 e isso é uma enorme irresponsabilidade.

A população não se revê nisso e não se justifica.

Temos que tomar em tempo adequado (e este é o tempo suficientemente distante das eleições) uma posição para evitar que o número de deputados aumente para 64.

Se fizéssemos eleições daqui a um mês, estávamos a eleger para esta Assembleia 64 deputados, se entretanto não procedermos a nenhuma alteração.

O número de deputados das Ilhas.

Em relação ao Corvo, eu sou eleito pelo Corvo, é evidente. Tenho o maior dos orgulhos de ser eleito pela Ilha do Corvo. Tento representá-la o melhor possível.

A questão é esta:

A Ilha do Corvo, desde 76, sempre teve dois deputados. Isso resulta do quadro constitucional.

Podiam os autonomistas de 1976, que fizeram o nosso Estatuto Político-Administrativo e que fizeram a Lei Eleitoral, ter dito: Não! O Corvo não fica representado no Parlamento!

Mas não o fizeram, porque tinham uma ideia da autonomia...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E muito bem!

O Orador: ... (era uma autonomia para todas as ilhas!) em que todos participavam, em que toda a população estava representada. Era uma autonomia solidária, uma autonomia em que as ilhas com menos população, com menos recursos, também estariam representadas na democracia açoriana.

Essa foi uma opção do sistema autonómico açoriano.

Eu estou de acordo com a opção que foi feita.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E eu também!

O Orador: Esses pergaminhos são pergaminhos de que me orgulho na autonomia dos Açores.

Há outras regiões do mundo que só colocam as regiões mais poderosas e os grupos sociais mais poderosos, a ser representados.

Os autonomistas açorianos quiseram que todos estivessem presentes.

A Constituição impede que uma determinada ilha só tenha um deputado. A questão é tão simples como isso.

Aqui, a questão que se coloca é:

Nada podemos fazer, a menos que se queira alterar o quadro constitucional ou a menos que V. Exa. proponha que o círculo eleitoral do Corvo desapareça.

Eu devo dizer o seguinte:

Há aqui outros deputados eleitos pela Ilha do Corvo. Já tivemos eleitos pela Ilha do Corvo deputados do CDS, do PS, do PSD e do PPM. Já tivemos várias forças políticas representadas no Corvo.

Um dia, quiçá, o PCP pode vir a ser eleito no Corvo também, e o Bloco de Esquerda também.

Quem é que diria, há uns anos atrás, que o PPM ia ser eleito pelo Corvo?!

Como V. Exa. já foi eleito por uma pequena ilha, como as Flores. Durante muito tempo o PCP teve representação neste Parlamento graças à Ilha das Flores, graças ao círculo eleitoral da Ilha das Flores.

Meu amigo, estas são as regras do jogo, são as regras democráticas.

Diz o Sr. Deputado que não vamos eleger mais de 57, mas que pode diminuir.

Claro! Se diminuir a população! Mas isso parece-me natural.

É preciso que não se esqueça que o projeto, em 1976, partiu com 43 deputados.

O primeiro Parlamento dos Açores tinha 43 deputados.

Depois a população foi evoluindo, o número de deputados foi aumentando na medida em que existe uma relação entre o número de eleitores e o número de deputados eleitos. Isto nunca provocou nenhum problema.

Portanto, Sr. Deputado, tem que existir uma relação entre a população e o número de eleitores, e também uma relação entre o número de deputados eleitos. Parece-me absolutamente natural.

Agora digo-lhe uma coisa:

O que aconteceu na Inglaterra, por exemplo, até ao início do séc. XX, era que tínhamos condados rurais que já tinham perdido totalmente a população e continuavam representados na Câmara dos Comuns.

Na Câmara dos Comuns tínhamos condados que tinham dois habitantes e continuavam a ter deputados eleitos, enquanto tínhamos condados que não tinham população nenhuma e por efeito da Revolução Industrial tinham 50 mil, 100 mil habitantes ou 200 mil e tinham o mesmo número de deputados que condados que já tinham desaparecido por efeito da evolução histórica, por efeito da demografia.

A demografia e a evolução sociológica não são algo que se possa impedir. A história evolui, a demografia evolui, a economia evolui. Tudo isso evolui.

Os sistemas eleitorais devem acompanhar aquele que é o processo demográfico, aquele que é o processo da evolução económica. Penso que isto é evidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não acompanha! Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, o que estamos aqui a conseguir estabelecer é um mecanismo eleitoral que fundamentalmente tem o seguinte:

Defende ou não defende o pluralismo?

Defende! Temos aqui seis forças políticas.

O sistema eleitoral é o mesmo.

Seria necessário, Sr. Deputado, uma hecatombe do Partido Comunista para que o senhor não estivesse aqui.

Basta que 5 ou 6 famílias não votem em mim, eu já não estarei cá.

O senhor, seria necessário que acontecesse uma hecatombe para deixar de aqui estar.

Penso que o Partido Comunista (faço-lhe esta justiça), V. Exa., não merece que isso suceda ao partido que lidera na Região e estou convencido que não irá acontecer. Nem sequer o desejo! O Partido Comunista faz falta nesta Casa.

O que devo dizer, em relação a esta matéria, é que V. Exa. é injusto também com o posicionamento do PPM, porque, como um pequeno partido, e como Presidente a nível nacional do meu partido, se elegêssemos 64 deputados (e se eu tivesse aqui caladinho a fazer de conta que não existo), dividido pelo número de eleitores, seriam necessários menos votos para que o PPM elege-se no círculo de compensação, Sr. Deputado. Também beneficiaria a mim. Os

pequenos partidos são os mais beneficiados com o aumento do número de deputados, mas eu não estou aqui a decidir em proveito próprio.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, não diga isso!

O Orador: Eu não estou com cálculos partidários. Eu estou aqui, como os outros, com responsabilidade institucional.

Acabei há pouco de referenciar que os partidos dos Açores, nesta matéria, deram uma lição de grande responsabilidade institucional, por isso é que conseguimos convergir nesta matéria.

É muito, muito difícil, na história política dos Parlamentos, chegar a uma convergência do ponto de vista das leis eleitorais. É muito difícil. Significa que aqueles que têm interesses partidários específicos tenham que abdicar deles e os que têm interesses programáticos também tenham que abdicar deles.

Todos temos que abdicar um pouco para que se chegue a algo que é absolutamente essencial: o bem comum, o prestígio do Parlamento, a decisão sensata, uma decisão que defende a instituição representativa dos açorianos, que é o Parlamento dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não vou eternizar aqui esta discussão sobre a proposta de V. Exa. Aliás, V. Exa. não respondeu à questão que lhe coloquei. Aquilo que fez foi – permita-me a expressão, não tem nada de ofensivo – “baralhar e dar de novo”.

A questão é a seguinte:

O Sr. Deputado limita o número de mandatos. Eu até lhe disse há pouco na minha intervenção que até poderia vir a concordar com essa limitação do número de 57 deputados.

Mas a questão não é essa, Sr. Deputado. A questão, efetivamente, não é essa.

V. Exa., na primeira intervenção tentou enveredar, depois fez uma inflexão, porque percebeu que esse argumento talvez não fosse o mais adequado.

Não se trata aqui da eleição de 64 deputados. Nós não permitimos isso o ano passado e não permitiríamos certamente que isso voltasse a acontecer em circunstância alguma, desde que efetivamente isso não correspondesse a um aumento do número de residentes em cada uma das nossas ilhas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como é que V. Exa. se propunha atingir esse resultado?

O Orador: Sr. Deputado, a proposta que nos traz aqui, no meu fraco entendimento, está incompleta e é redutora, porque a nossa Lei Eleitoral quando foi pensada – e há aqui neste hemiciclo um conjunto de deputados que participou na construção da nossa Lei Eleitoral – desenharam-na e desenharam-na muito bem, garantindo a tal relação entre os eleitores e o número de eleitos e fazendo com que houvesse essa oscilação.

Se houvesse um maior número de eleitores, o número de deputados crescia por via do círculo eleitoral de ilha.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Havendo diminuição de eleitores esse número descia.

Portanto, isso está perfeitamente previsto neste quadro.

Aquilo que V. Exa. vem propor, de facto, é essa subversão, porque não permite o crescimento. Tomáramos nós, e sinceramente o digo, tomara o PCP, que algumas das nossas ilhas pudessem ter mais deputados eleitos. Era bom sinal. Era sinal de que a população tinha crescido.

V. Exa., aquilo que está a fazer, é isto: não permite o aumento, mas permite a diminuição.

Significa o quê?

Significa que a introdução deste conceito na lei desvirtua completamente o desenho da lei que foi construída aqui. Começou a ser construída na Legislatura de 2000-2004 e foi aprovada na Legislatura 2004-2008.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, agradeço a tolerância que teve comigo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta minha intervenção com uma referência, que acho que é justa, a todos aqueles que trabalharam na construção e no aperfeiçoamento do nosso sistema eleitoral, que foi, e continua a ser, um grande desafio, quer no plano legislativo, quer no plano doutrinário, porque, num contexto geográfico que é único no nosso país, há necessidade de atender a princípios como a proporcionalidade, a representatividade e a pluralidade, que são absolutamente essenciais ao funcionamento do sistema democrático.

O sistema criado inicialmente tinha as suas debilidades, naturalmente.

As alterações que foram introduzidas, com a reforma de 2006, vieram a melhorar substancialmente a relação existente entre votos obtidos e mandatos alcançados. Trouxeram uma realidade muito particular e muito importante que foi, através da criação do mecanismo do círculo regional de compensação, a pluralidade que resulta do peso efetivo dos votos dos partidos com menor expressão nos resultados eleitorais, mas que traduzem de forma mais fiel a nossa realidade, porque ela é uma realidade plural e diversa.

Posteriormente, com o novo regime do recenseamento eleitoral e com a inscrição automática dos cidadãos maiores de 17 anos, através da plataforma do Cartão de Cidadão, assistiu-se a um aumento muito significativo do número de eleitores na nossa região, com dissonâncias importantes relativamente à população residente com mais de 18 anos.

Foi esta situação que levou a que esta Assembleia aprovasse, na Legislatura passada, uma Anteproposta de Lei, subscrita por todas as forças políticas representadas neste Parlamento, e aprovada por unanimidade, que veio efetivamente limitar o número máximo de deputados, obstando essa dissonância que existia, e que existe ainda hoje, entre recenseados e número de eleitos.

Essa lei, como já aqui foi referido, tinha uma norma que implicava a sua caducidade, porque ela vigorou apenas para a eleição desta Assembleia que está hoje em funções.

O PPM entendeu, face a esta circunstância da caducidade, apresentar uma proposta que levasse a que essa norma passasse a ter um carácter definitivo.

O Partido Socialista sempre disse que se comprometia no sentido de não haver um aumento do número de deputados e reitera esse compromisso, sem prejuízo da reflexão que naturalmente continuará a fazer nessa matéria.

Mas a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires suscita-me alguns comentários, especialmente dirigidos a essa sua intervenção.

O Sr. Deputado invocou aqui tendências demográficas. É verdade. Temos uma tendência de envelhecimento da população que já vem desde os anos 70, finais dos anos 70 e início dos anos 80. Não é uma novidade, nem é sequer um exclusivo da Região Autónoma dos Açores. É um dos problemas mais graves com que a Europa se depara e Portugal também.

Temos ilhas que apontam para tendências de estabilização, algumas com perdas ainda não muito significativas do número de população.

Isto para dizer que neste preciso momento, no momento em que nos encontramos a discutir esta Anteproposta, não conhecemos – e o Sr. Deputado não trouxe aqui ao debate – elementos demográficos que apontem para uma diminuição imediata do número de deputados de ordem tal...

A diminuição do número de deputados é uma coisa natural. Decorre de um mecanismo que funciona desde o início da lei.

Aquilo que nos poderia preocupar era se essa diminuição fosse de tal ordem que levasse a uma desproporção em sentido contrário da que temos neste momento, ou seja, uma desproporção entre o número de população residente e o número de deputados eleitos, levando a uma sub-representação da população dos Açores no Parlamento.

É também importante, Sr. Deputado, ter em conta que as tendências demográficas na Região Autónoma dos Açores são, como eu disse, tendências. Não é uma tendência.

As ilhas têm, também nesta matéria, comportamentos muito diferentes e tendências diferentes.

Portanto, a questão não pode ser abordada de forma simples, nem se pode falar numa tendência.

Se noutras matérias já é assim, particularmente na questão demográfica, os Açores têm uma realidade muito rica que se pauta por ritmos e tendências diferenciados, tal como são as nossas nove ilhas.

Sr. Deputado, eu diria que nesta matéria a ficção tem que ter limites. Portanto, a partir de um determinado ponto nós não podemos acompanhá-lo, porque isso levaria a uma dissonância muito grande entre aquilo que deve ser uma lei eleitoral e os resultados dessa lei.

Dizer em conclusão que o Partido Socialista, sem prejuízo da reflexão que continuará a fazer nesta matéria, associa-se à proposta apresentada pelo PPM.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma intervenção, Sra. Presidente.

Presidente: Já não tem tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tenho tempo?

Presidente: Já não tem tempo, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires colocou-me algumas questões. Vou responder-lhe com dados.

O que é que aconteceu em relação ao número de recenseados?

Veja, Sr. Deputado Aníbal Pires. Aconteceu exatamente o contrário do que o senhor estava a afirmar.

2009 – 218 mil recenseados;

2010 – subiu para 221 mil recenseados;

2011 – subiu para 223 mil recenseados;

2012 – subiu para 225 mil recenseados.

Aumentou sempre.

Este aumento do número de recenseados faria com que o Parlamento dos Açores aumentasse de 57 para 64 deputados.

Portanto, a tendência é exatamente inversa do que os perigos que o Sr. Deputado Aníbal Pires aqui tentou sustentar.

Ou seja, a inversão do ponto de vista do número de recenseados demonstra que o que o Sr. Deputado está preocupado é com a ficção. A realidade é o aumento de número de recenseados na Região Autónoma dos Açores nos últimos quatro anos.

Devo dizer também, em relação a esta questão da Lei Eleitoral... Sr. Deputado Aníbal Pires olhe para mim, porque estou a falar consigo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tenho tempo para lhe responder!

O Orador: Mas não vou colocar-lhe nenhuma questão. Vou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esclarecê-lo!

O Orador: ... esclarecê-lo.

Deputado José San-Bento (PS): Mas ele não tem que estar a olhar para si para ouvir!

O Orador: Pois, mas assim também não está a ouvir. Se está ao telefone, não está a ouvir.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem que continuar.

O Orador: O Sr. Deputado colocou-me questões e eu estou a responder-lhe. Se quiser ouvir...

A questão que o Sr. Deputado levantou da lei estar incompleta, veja bem:

O Sr. Deputado, em 2012, assinou esta lei.

Em 2013, não está disponível e diz que é incompleta.

Qual é a diferença entre a de 2013 e a de 2012?

Apenas uma coisa: a caducidade!

A caducidade é a única alteração que tem neste texto.

Isto é factual, Sr. Deputado. Aquilo não é uma questão de opinião. São factos.

A única alteração é a questão da caducidade.

O Sr. Deputado diz-me: está incompleta e não resolve o problema.

Então o que é que resolve o problema?

Manter uma instabilidade total na Lei Eleitoral?

Aprovamos outra Lei Eleitoral com mais uma caducidade. Em 2016 aprovamos outra lei. Em 2019 aprovamos outra vez.

Se introduzíssemos um mecanismo de caducidade que completa a lei ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Alguém falou na norma da caducidade?!

O Orador: De acordo com o seu raciocínio, só está incompleta porque não tem a caducidade, porque o resto tem tudo, vírgulas e tudo.

Se seguíssemos o seu raciocínio, tínhamos aqui uma Lei Eleitoral completamente instável e um sistema político completamente instável, porque mudava de dois em dois anos, de três em três anos, com caducidade. Cada vez que se faz uma eleição, muda-se a lei. A seguir, muda-se a lei outra vez (eleições autárquicas). Isto é, absolutamente insustentável.

Introduzindo estes mecanismos de instabilidade no sistema eleitoral, criam-se mecanismos tremendos de instabilidade no sistema político. Isso não é sustentável.

Quem é que faz isto?

Ninguém faz isto.

Nenhum sistema democrático, adulto, altera a lei de dois em dois anos.

Não pode ser!

Estes mecanismos têm que ser mecanismos com estabilidade e têm que ser mecanismos que asseguram representatividade democrática, asseguram o funcionamento da lei, asseguram uma assembleia como está visto com um grande grau de proporcionalidade, asseguram uma assembleia com um grande grau de pluralismo.

Portanto, temos todos, todos os motivos, para também estabilizar o sistema e não introduzir mecanismos de caducidade em cada Lei Eleitoral que nós estabelecemos.

Sr. Deputado, eu diria que a questão que levantou da lei estar incompleta não está. A caducidade não é sustentável e provocaria mecanismos de instabilidade tremenda no sistema político açoriano.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação.

Eu fui questionado, quer pelo Partido Socialista, quer pelo PPM, diretamente.

Eu já não tenho tempo regimental.

Pedia dois minutos ao Partido Socialista para responder ao Partido Socialista, e dois minutos ao PPM para responder ao PPM.

Presidente: Sr. Deputado, de certeza que não se recorda, senão não estava a pedir, mas nós já decidimos que não haveria mais lugar a empréstimos de tempo entre bancadas.

Deputado Berto Messias (PS): Mas estaríamos disponíveis para dar!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu submeto-me à decisão tomada!

Presidente: Claro que sim, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário:

Quando se fala em deputados e em aumento do número de deputados, para alguns partidos e sobretudo para a sociedade parece que se fala em peste, não é? De facto, o sistema eleitoral dos Açores tem vindo paulatinamente a ser amadurecido e a ser melhorado. Lembramo-nos das eleições de 96 onde houve um empate com o sistema que tínhamos. Todos nos lembramos dos milhares de votos que eram desperdiçados por alguns partidos e por isso não tinham correspondente representação parlamentar aqui e outros nem conseguiam cá chegar.

Portanto, devo dizer e lembrar que foi com muito orgulho que o CDS, juntamente com o Partido Socialista, trabalhou numa proposta de lei, aliás liderada pelo Partido Socialista e que colaborámos, para alterar o sistema eleitoral.

Na altura, quase que “caía o Carmo e a Trindade”, porque era um sistema mau, porque não ia permitir maioria, porque ia dar empates, porque se ia aumentar o número de deputados, porque era uma despesa enorme, porque... Enfim!

Devo dizer que, passados estes anos, ainda bem que se aumentou estes cinco deputados.

Ainda bem que a nossa Assembleia teve outra representatividade.

Ainda bem que os açorianos tiveram oportunidade de escolher os seus legítimos representantes e quem eles querem para estar nesta Assembleia, desde o Bloco de Esquerda, ao PCP, justamente eleitos pelos açorianos, e o PPM, embora um caso mais particular. Isso é que é a Democracia a amadurecer. É cada vez mais haver representação da sociedade civil aqui.

Houve um aumento de cinco deputados, pois houve.

Agora eu pergunto: em termos democráticos, de participação cívica, houve ou não houve um ganho civilizacional? Houve ou não houve uma ganho político?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o que é que isso representa?!

O Orador: Houve ou não houve um ganho de cidadania nesta matéria?

Quanto a nós houve sem dúvida nenhuma.

Portanto, aquele gasto marginal que alguns diziam...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Residual!

O Orador: ... que podia acontecer, para nós foi benéfico, para a sociedade açoriana foi benéfico e foi benéfico de uma maneira geral para todas as ilhas.

Mas depois entrou-se a seguir na euforia (véspera de eleições regionais de 2012) de combate ao número de deputados, quase de “caçadeira” a ver quem atingia mais, quem “matava” mais e quem queria reduzir mais.

De facto, apareceram aqui inúmeras propostas.

Também aqui nos orgulhamos – o CDS – de ter feito um apelo (e muito, Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque eu já me tinha esquecido dessa parte e agora faço-lhe aqui a justiça, porque estava coberto de razão) para que se consensualizasse todas as propostas. Foi o que foi feito e vigorou para a eleição de 2012.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão foi o primeiro a apresentar uma proposta em 2012. É preciso que se lhe faça essa justiça, porque foi o PPM o primeiro partido a apresentar uma proposta em 2012 e depois seguiram-se os outros.

Para terminar queria dizer que com certeza votaremos favoravelmente esta proposta, mas não prescindiremos, no futuro, de estar atentos a eventuais melhoramentos ou correções, sempre que se verificar necessário.

E estaremos sempre, como sempre estivemos, aliás desde pelo menos 2006, disponíveis para encontrar consensos dentro desta Casa, para que cada vez mais possamos aperfeiçoar mais e melhor o nosso sistema eleitoral.

Tem sido sempre esse o caminho e o CDS orgulha-se de ter sido sempre parceiro dessa melhoria e dessa evolução positiva de representatividade, de pluralidade e de Democracia nesta Casa.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Humberto Melo tem a palavra.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dar conta de que o Partido Social Democrata vai apoiar a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e lembrar que, no início da Legislatura, tínhamos aqui proposto um caminho que tinha como um dos objetivos a redução do número de deputados. Mas ia mais longe, que era a redução.

Naturalmente o Partido Social Democrata assume a responsabilidade.

Estamos perante uma Lei Eleitoral cuja aprovação exige a maioria de dois terços.

Portanto, desde já, a limitação do número de deputados.

Continuaremos a fazer o nosso trabalho interno de reflexão e a seu tempo voltaremos a apresentar uma proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação na generalidade desta Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei foi aprovada, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa não recebeu propostas de alteração.

Pergunto se posso colocar à votação em conjunto os três artigos desta Anteproposta de Lei?

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, eu solicitava que o artigo 11º-A fosse votado separadamente.

Presidente: Portanto, o artigo 2º, neste caso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O artigo 2º, exatamente. Peço desculpa.

Presidente: Então votarei artigo a artigo.

Vamos colocar à votação o artigo 1º da Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 2º da Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 3º da Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Anteproposta de Lei n.º 3/X foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar na nossa Agenda. Ponto 11: **Projeto de Resolução n.º 25/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional que reintroduza a vacina pneumocócica no Plano Regional da Vacinação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Informo as Sras. e os Srs. Deputados que foi distribuído por todos uma proposta de substituição integral. É esta proposta que será debatida e posteriormente votada.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Sendo assim interrompemos os trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 14 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Silva para apresentação do Projeto de Resolução que consta como ponto 11 da nossa Agenda.

Deputado Francisco Silva (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O sector da saúde é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade e para nós, CDS-PP, as poupanças devem ser feitas pelo lado do desperdício, não pelo lado dos doentes.

É entendido por todos que é infinitamente mais barato prevenir do que tratar... Um dos meios mais eficazes de prevenção da doença e promoção da saúde são, justamente, as vacinas.

Não basta apregoar a prevenção é preciso promovê-la de uma forma eficaz e ativa!

O PS governa a Região vai para 17 anos. Nos últimos tempos, o PS/Açores “abriu guerra” àquilo que chama de insensibilidade social do Governo da República e auto declarou-se como o “grande” defensor do estado social na Região.

Todos se lembram que foi o PS/Açores que disponibilizou e incluiu a vacina pneumocócica no Plano Regional de Vacinação, como ninguém ainda esqueceu, sobretudo os pais, que foi o atual Secretário Regional da Saúde que retirou do Plano Regional esta vacina.

Ora, esta decisão política representa um brutal aumento de custos aos pais de crianças que tenham que se prevenir de doenças como a meningite ou, a prazo, as doenças devidas à bactéria pneumocócica que causam surdez, atraso no desenvolvimento, epilepsia e dificuldades na aprendizagem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na Região, em 2009, (e bem!) o Governo Regional passou a disponibilizar pelo Plano Regional de Vacinação uma vacina contra a doença pneumocócica aplicável às crianças até aos dois anos de idade.

Estranha e injustificadamente, através da Portaria n.º 5/2013, de 23 de janeiro, o Governo Regional determinou que a vacina contra a doença pneumocócica fosse excluída do âmbito do Plano Regional de Vacinação, com exceção de

todas as crianças nascidas até 31 de outubro de 2012 que já tivessem iniciado o esquema vacinal, assim como de todas as crianças que completassem os três meses de idade até 31 de janeiro de 2013, que devem concluí-lo.

A vacina disponível no mercado tem um preço de venda ao público superior a 71 euros, por dose. A sua administração deve ser feita em três doses para crianças até aos dois anos de idade e mais uma dose quando a criança atinge os dois anos de idade. Ora, as quatro doses perfazem um total de 290 euros para a família e por criança.

Nas circunstâncias socioeconómicas atuais esta decisão da Secretaria Regional da Saúde revela insensibilidade social, que importa corrigir, sendo indutora de profundas e inaceitáveis desigualdades sociais com as quais não devemos compactuar, porquanto a prevenção fica apenas acessível a agregados familiares com maiores rendimentos.

As crianças não podem ser prejudicadas na sua qualidade de vida e no acesso aos cuidados de saúde em consequência da situação económica das famílias em que nascem.

Contudo, os tempos são de dificuldades também para a Administração Regional, pelo que o Governo não consegue assumir os encargos com a comparticipação a 100% da vacina, havendo a necessidade de encontrar uma forma de comparticipação justa e equitativa para que as famílias de baixos recursos e da classe média possam aceder a este importante meio de prevenção da doença.

Com a nossa proposta uma família (de 4 pessoas) com um rendimento mensal de 1700 euros assumirá (descontando-se as despesas com impostos e contribuições pagas, despesas com saúde e educação e encargos com habitação, entre outros despesas legais) uma comparticipação da vacina de 30%... o Governo pagará os restantes 70%.

Uma família (casal com dois filhos) que ganhe cerca de 3000 euros por mês ficará com uma comparticipação de 57% da vacina, suportando o Governo Regional o custo restante.

Um casal que receba o ordenado mínimo (cerca de 1000 euros mensais) suportará um encargo com a vacina de apenas 25% do seu custo total.

Acrescenta-se ainda, de inteira justiça, que as famílias com crianças gémeas ficarão isentas do pagamento de uma das vacinas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A inclusão da vacina pneumocócica no Plano Regional de Vacinação apresenta-se como uma medida importante de saúde pública. Por outro lado, garante a todas as crianças o direito à saúde independentemente das condições económicas das suas famílias.

Importa ainda salientar que a própria Organização Mundial de Saúde recomenda aos países a inclusão desta vacina nos respetivos planos de vacinação.

Assim, o CDS-PP traz a este Parlamento um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo Regional que reintroduza a vacina pneumocócica no Plano Regional de Vacinação.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Exma. Senhora Presidente, Exmos. Senhores Membros do Governo, Exmos./as Senhores Deputados e Deputadas:

O sistema de vacinação das crianças na Região Autónoma dos Açores tem resultados muito bons.

Na avaliação do Plano Nacional da Vacinação nos Açores, incidente na taxa de cobertura de cada vacina por grupos de idades, registou-se um aumento das taxas de cobertura de vacinas da população infantil, sendo a taxa mais baixa, nos Açores, de cobertura vacinal por estratificação etária, cerca de noventa e oito por cento (98%).

É de realçar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda taxas de coberturas vacinais da ordem dos noventa e cinco por cento (95%).

Estamos bem e muito se deve ao empenho dos profissionais de saúde e ao nosso Sistema Regional de Saúde.

A Vacina Pneumocócica é uma vacina que atualmente não está contemplada no Plano Nacional de Vacinação e foi retirada do Plano Regional através da Portaria nº 5/2013 do respetivo calendário de imunização, com exceção de todas as crianças nascidas até 31 de outubro de 2012 que já tivessem iniciado o esquema vacinal e todas as crianças que já tivessem iniciado a respetiva vacina.

A Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que reintroduza da vacina Pneumocócica no Plano Regional de Vacinação”, agora em discussão, foi alterada pelo proponente e contempla, agora, a vacinação às crianças com participação familiar mediante os escalões de rendimento *per capita* de acordo com a tabela em vigor, em suma, as crianças com maior dificuldade económica serão mais apoiadas.

Todos queríamos e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, também, que todas as vacinas disponíveis fossem administradas a todas as crianças açorianas todavia, para manter a elevada percentagem de cobertura das vacinas preconizadas no Plano Regional de Vacinação, a toda a população, foi necessário tomar medidas para manter todas as vacinas estabelecidas no Plano Nacional de Vacinação de uma forma eficaz e preventiva.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende, no entanto, que devemos ter, também, atenção especial aos grupos de risco, em relação à vacina pneumocócica.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aconselha ao Governo Regional dos Açores que deve dar atenção a grupos vulneráveis.

Às pessoas com mais de 60 anos, principalmente se residirem em asilos ou casas de apoio a idosos;

Às pessoas com mais de 2 anos que apresentem condições que predisponham (direta ou indiretamente) às infeções pneumocócicas recorrentes, particularmente às formas graves, como: Esplenectomia (cirúrgica ou funcional,

como na anemia falciforme); Deficiência de imunoglobulinas; Neoplasias malignas; SIDA; Fístula líquórica 798; Doenças pulmonares (enfisema e bronquite crônica); Insuficiência cardíaca, renal ou hepática; Diabetes; Alcoolismo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente o Projeto de Resolução porque entende que o Governo Regional dos Açores deve fazer um esforço para promover a saúde e prevenir a doença aos utentes e apoiar os mais vulneráveis e as pessoas com mais dificuldades económicas, atendendo à posição da Sociedade Portuguesa de Pediatria e da Sociedade de Infeciologia Pediátrica.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai solidarizar-se com esta proposta do CDS-PP aqui apresentada, e alterada, votando-a favoravelmente, e regozijando-se com o facto de o Governo ter voltado atrás em relação às suas intenções.

Como bem disse o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral e o próprio proponente, o CDS-PP, o Governo Regional dos Açores tinha retirado esta vacina do Plano Regional de Vacinação, em janeiro deste ano.

Em comissão, o Sr. Secretário Regional tinha manifestado a sua disponibilidade para a introduzir, mas com uma condição, apenas e só se a nível da República, isto é, a nível da Direção-Geral de Saúde, se viesse a comprovar que a vacina nas suas treze valências fosse realmente eficiente.

Regoziamo-nos com essa postura de recue por parte do Governo Regional. Deve ser por nós sublinhada e mais não significa do que o exercício das próprias prerrogativas autonómicas. Isto é, ao contrário do que muitas vezes acontece, o PS e o Governo nos Açores governou e não se desculpabilizou com a República para tomar uma decisão contrária àquilo que a República decidiu.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): As teorias que os senhores inventam!

O Orador: Aliás, a consubstanciar a posição que estou aqui a defender está um Projeto de Resolução, apresentado pelo mesmo Grupo Parlamentar do CDS-PP na Assembleia da República, e aprovado por unanimidade a 11 de janeiro de 2013, que recomendava a realização de estudos técnicos no sentido de avaliar a possibilidade da inclusão da vacina pneumocócica no Plano Nacional de Vacinação.

Ainda bem que o PS e o Governo, ao contrário daquilo que o Sr. Secretário Regional afirmou em Comissão, não se regulam por esses resultados.

Exerceu as suas prerrogativas autonómicas...

Deputado Francisco César (PS): Ainda não exerceu lá fora!

O Orador: ... e, ao abrigo das suas competências próprias na área da saúde, decidiu reintroduzir a vacina pneumocócica...

Deputado Francisco César (PS): O PSD ainda não exerceu lá fora!

O Orador: ... no Plano Regional de Vacinação, não a tornando totalmente gratuita, mas exigindo às famílias uma comparticipação de acordo com esta tabela que aqui está e que espero que, em função daquilo que está aqui proposto, a operacionalização, ou seja, a demonstração do rendimento dos familiares no sentido de ter acesso a uma determinada percentagem de comparticipação, se faça de forma célere, de modo a que o que aqui está proposto seja realmente implementado e não se chegue à conclusão que os custos administrativos para a sua operacionalização justifiquem a diferença entre a gratuitidade total e a comparticipação das famílias.

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): É de lembrar que o PSD lá fora não votou!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ah votou, votou!

Deputado Francisco César (PS): A Prevenar não!

Deputado Luís Maurício (PSD): Está em estudo!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes:

A Representação Parlamentar do PCP, digamos, tinha uma preferência pela proposta inicial. Não vai colocar em causa, por isso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu também tinha!

O Orador: Pois, Sr. Deputado, mas julgo que tratando-se de uma importante medida de prevenção, ela deveria fazer parte do Plano Regional de Vacinação e devia ser gratuita.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é que é justiça social!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, quanto é que V. Exa. paga de IRS?

Não acha que o seu IRS serve exatamente para pagar isto? O senhor sabe melhor do que eu.

Portanto, a justiça social faz-se por via da cobrança dos impostos, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então devia ser igual para tudo!

O Orador: Com certeza, Sr. Vice-Presidente. A questão é esta:

A justiça social faz-se por via da cobrança do IRS. É por isso que há diferentes escalões, é por isso que quem ganha mais paga mais e o destino dessa receita é exatamente para ser encaminhada para o setor da saúde...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então não deveria haver ação social escolar!

O Orador: Não, não!

Sabe por que é que há a ação social escolar?

É porque V. Exa. não garante o princípio da gratuitidade do ensino obrigatório. É que se os governos garantissem a gratuitidade não era necessário haver ação social escolar, mas como não garantem a gratuitidade têm de vir à ação social escolar. Pois é, Sr. Vice-Presidente!

Não é uma questão de justiça social. Estamos a falar de um assunto muito sério e muito claro, que é a introdução de uma medida preventiva relativamente a uma situação que pode criar vários problemas no crescimento e no desenvolvimento das crianças e de outros grupos, como foi aqui referido pelo Deputado Ricardo Cabral.

Eu até posso perceber esta inflexão do CDS-PP. Não será por causa disso que nós não iremos dar o apoio a este Projeto de Resolução, a esta recomendação ao Governo Regional.

Mas já que estou no uso da palavra gostaria de dizer o seguinte, e penso que há aqui alguns colegas deputados que estarão muito melhor informados do que eu sobre isto. Trata-se aqui do seguinte, e isto tem uma historiazinha:

Havia uma vacina com este efeito, só com quatro valências.

Deputados Domingos Cunha e Ricardo Cabral (PS): Com sete!

Deputado Luís Maurício (PSD): Com sete valências a contar com esta!

O Orador: Entretanto (e isto é para uma conversa que tivemos aqui ontem) essa vacina foi retirada do mercado e foi introduzida esta com treze valências pelo fabricante que é a “Pfizer”, não é? É, Sr. Deputado!

Isto leva-nos para a tal história das farmacêuticas e da importância da influência que as indústrias farmacêuticas têm nos custos com a saúde.

Enquanto não se atuar aí, penso que teremos sempre alguns problemas com as dívidas da saúde.

Deputado Luís Maurício (PSD): Está a ser injusto com o Ministro Paulo Macedo! Todos nós beneficiamos aqui!

O Orador: De facto, há aqui este histórico que era preciso relembrar. A “Pfizer” retirou do mercado uma vacina muito mais barata do que esta, introduziu-lhe mais uma quantidade de valências e a outra ficou indisponível. Isto para quê? Para obrigar os Estados, para obrigar os cidadãos, a pagar mais por um produto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não concordo! Não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se a esta iniciativa do CDS-PP.

Consideramos que atua num campo fundamental, que é o campo da prevenção. Aí, o esforço que o nosso Sistema Regional de Saúde deve fazer será sempre um esforço adequado, que é agir na área da prevenção, tendo em conta que os estudos médicos apontam para que esta vacina traz vantagens na área da prevenção.

Por isso felicito o CDS pela apresentação desta iniciativa.

O PPM votará favoravelmente a mesma.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo vamos passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Silva pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Silva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

O CDS-PP quer congratular-se pelo facto de todos os partidos políticos terem aderido a esta nossa iniciativa.

Quero afirmar que, no fundo, quem fica a ganhar são as famílias açorinas.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Agora, sim, avançamos para o ponto 12 da ordem de trabalhos:

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 38/X – “Intempéries - Apoio aos Municípios de Angra do

Heroísmo, Nordeste e Povoação”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Segundo o artigo 146º do Regimento, o requerente pode usar da palavra até 10 minutos, assim como um representante de cada um dos grupos e representações parlamentares.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores reconhece, e sempre reconheceu, a necessidade de solidariedade do Governo da República perante as intempéries que aconteceram no passado dia 14 de março.

Os açorianos são também portugueses!

Porém, esta solidariedade parece que ainda não chegou.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E não chegou!

Deputado Francisco César (PS): Parece!

Deputado Francisco Coelho (PS): O Governo dos Açores que pague!

O Orador: Esta característica não é só uma característica deste Governo da República. É uma característica que tem marcado os vários Governos da República.

A história fala por si.

Deputado Francisco Coelho (PS): É a lei de meios na Madeira, fala por si!

Deputado Luís Maurício (PSD): É antes disso!

O Orador: O PSD-Açores, nesta matéria e neste Parlamento, tem votado favoravelmente todas as iniciativas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o sismo do Faial!

O Orador: ... relacionadas com essas intempéries.

Tem votado favoravelmente, porque para o PSD-Açores primeiro estão os açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nota-se! Defendem os açorianos e põem os açorianos a pagar!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Vamos deixar o Sr. Deputado António Ventura concluir a sua apresentação. Tem a palavra Sr. Deputado.

O Orador: Neste sentido, apresentamos esta proposta com carácter de urgência, porque na mesma linha em que o Governo Regional solicitou o apoio do Governo da República, os municípios também devem ter a solidariedade do Governo Regional.

Antes que chegue o próximo Inverno, e porque existem sempre trâmites administrativos, era de todo útil e necessário que, hoje, nesta Assembleia, fosse aprovado este Projeto de Resolução no sentido destes três municípios afetados pelas intempéries terem o apoio desejado e rápido para fazerem as intervenções que são necessárias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputados Duarte Freitas e António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Berto Messias (PS): JS!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias e ex-líder da JS, informo V. Exa. que nós também temos Juventude Popular. Portanto, dispensamos perfeitamente a JS...

Deputado Berto Messias (PS): Muito recente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É uma juventude muito jovem!

O Orador: ... e ainda mais de catequizar e de politizar as escolas. Muito obrigado.

Vamos à matéria de facto. Sra. Presidente, permita-me este ligeiro aparte nesta sexta-feira de São João, quase festiva em Angra.

Este Projeto do Partido Social Democrata justifica-se perfeitamente, o que é aliás reconhecido pelo PS e pelos autarcas do PS no concelho de Angra, que era necessário atuar, e com urgência, sobre as estradas e os estragos que houve no concelho de Angra do Heroísmo. Também no Nordeste e na Povoação.

Nesse sentido, todos os autarcas, o poder local e até o poder regional, com visitas do Presidente do Governo, reconhecem a gravidade e os prejuízos avultados que aqui aconteceram. Por isso é urgente que se atue.

Nesse sentido, o CDS votará favoravelmente esta urgência apresentada pelo Partido Social Democrata.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

A primeira referência que importa aqui fazer é que o Governo da República, chamado a cumprir o dever de solidariedade nacional para com a Região Autónoma dos Açores, através de duas resoluções aprovadas por unanimidade, uma nesta Assembleia e a outra na Assembleia da República, nada fez.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Viu-se na Agualva! Curiosamente o governo de José Sócrates fez o mesmo com a ribeira de Agualva!

A Oradora: Isso é falso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não se pode falar de Sócrates. Já passou dois anos e meio!

A Oradora: O que o Sr. Deputado está a dizer é falso, mas nós não estamos aqui a discutir a Agualva, acho eu. Poderemos discuti-la em sede própria, não agora que estamos a discutir o pedido de urgência apresentado pelo PSD.

Essas resoluções procuravam alertar para a necessidade de dar conteúdo ao princípio constitucional da solidariedade nacional que obriga o Estado para com as suas regiões autónomas, porque nós não somos regiões autónomas de outro Estado qualquer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Somos Regiões Autónomas do Estado português.

Face a essa omissão grave do Governo da República, o PS fez entrar na segunda-feira um requerimento perguntando qual o ponto de situação sobre a disponibilização de meios financeiros pelo Governo da República à Região Autónoma e perguntando também que resposta deu o Governo da República a esta Assembleia.

Fez também entrar uma Anteproposta de Lei que visa fixar os meios como deve ser operacionalizado este princípio da solidariedade nacional.

O que nos parece que de facto é verdadeiramente urgente é que o Governo da República assuma as suas responsabilidades para com a Região Autónoma nesta matéria.

Não deixa de ser interessante a tentativa de desculpabilização do Governo da República, que o Sr. Deputado acabou de fazer, invocando a história...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos na urgência!

A Oradora: ... como se a história pudesse legitimar esta atuação do Governo da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Isso não é a defesa do interesse dos Açores!

Fica mal, fica muito mal à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores fazer aquilo que o Sr. Deputado acabou de fazer.

Deputado António Ventura (PSD): Nós conhecemos. Gostaríamos era de saber onde é que os senhores estavam em 2009!

A Orador: Devo também acrescentar que da parte dos Governos Regionais do Partido Socialista nunca foi necessária nenhuma resolução desta Assembleia para que eles exercessem os seus deveres de solidariedade...

Deputado António Ventura (PSD): Nunca exerceram!

A Oradora: ... para com os municípios, na medida em que é razoável exigí-lo do Governo Regional.

O que acontece é que os senhores estão a exigir mais do Governo Regional do que exigem do Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: É interessante de observar.

O que esta resolução pretende fazer é transferir a responsabilidade do Governo da República para o Governo Regional. O senhor até invocou a história para o fazer, o que não deixa de ser um exercício que deve ser sublinhado para que os açorianos percebam como é que estas coisas funcionam.

Com esta proposta, o PSD pretende anular o sentido de uma iniciativa que o PSD aprovou nesta Assembleia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores estão a fugir das vossas responsabilidades!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma propostazinha para abafar a do PS!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, sendo que aquilo que é pedido é uma transferência de responsabilidades do Governo da República para o Governo Regional;

Sendo que aquilo que é pedido é que esta Assembleia dê o dito por não dito, porque no fundo é o que os senhores pedem, é que esta Assembleia dê o dito por não dito;

Obviamente que essa é uma decisão que não pode ser tomada fora da ponderação e da análise que deve ser feita em sede de Comissão.

É lá que esta Proposta de Resolução será analisada, porque o PS não aprovará o vosso pedido de urgência.

Obrigada.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é que é uma fuga!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Luís Maurício pediu a palavra? Não pode intervir.

Deputado Luís Maurício (PSD): Pois. Fiz uma pergunta que já sei a resposta!
Eu prescindo!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): Então se já sabe a resposta, por que é que estava a perguntar?

Presidente: Srs. Deputados...

Não havendo mais inscrições vamos passar de imediato à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Deputado António Ventura (PSD): Isto é que é uma fuga!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É a fuga das galinhas!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): As coisas são como são, não são como o Sr. Deputado quer que pareçam!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária vai anunciar o resultado da votação. Agradeço algum silêncio.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não temos “rabos de palha a esconder” e fomos sempre coerentes, não agora, mas longo da nossa história, na defesa das/os açorianas/os ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, sim! Já vamos ver a seguir!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quando foi necessário estar contra o Governo da República.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não foi esse o entendimento do PS ao longo dos tempos. Senão vejamos:

Hoje, aquilo que o PS acusa ter sido o procedimento antirregião Autónoma dos Açores, que nós nos solidarizamos mediante uma aprovação unânime...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... de uma resolução por vós proposta nesta Casa, dizendo que o posicionamento do Primeiro-Ministro se tinha apenas e só sujeito a um telefonema ao Presidente do Governo, olhe, foi o mesmo comportamento que o Ministro José Sócrates, Primeiro-Ministro de então – aquando das enxurradas de 2009 na Agualva e nas Quatro Ribeiras, teve perante vós.

O que eu aqui tenho é uma nota do GaCS, de dezembro de 2009, onde se diz (passo a citar):

“Entretanto, Carlos César recebeu um telefonema do Primeiro-Ministro, José Sócrates, que quis inteirar-se pessoalmente da situação e manifestar solidariedade para com as pessoas afetadas pelas chuvas torrenciais.”

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oiçam bem!

O Orador: Mas nós não temos lições a receber da vossa parte sobre a defesa das/os açorianas/os.

O que nós vos queremos exigir, e foi isso que os senhores não quiseram aqui fazer, é a solidariedade do Governo Regional para com as autarquias, para com a autarquia do Nordeste que já fez o levantamento dos seus estragos: 416 mil euros.

Enviou uma carta ao Presidente do Governo Vasco Cordeiro, a 5 de abril, e até hoje teve resposta?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que os senhores querem?

É essa falta de solidariedade que os senhores transportam para as autarquias, a mesma que os senhores e nós recusamos na defesa das/os açorianas/os relativamente ao relacionamento da República com a Região? É isso que os senhores querem?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): E a sua declaração de voto é?

O Orador: Mas vou citar-lhe mais.

Sr. Vice-Presidente do Governo, caros companheiros do Governo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

A mesma nota do GaCS, de 15 de dezembro de 2009, relativamente às enxurradas ocorridas no concelho da Praia da Vitória, nomeadamente nos locais mais afetados – estou a citar a vossa agência de informação – Aqualva e Quatro Ribeiras, dizia assim:

“Ficou também decidido, depois do Presidente Carlos César ter visitado os locais, que o Governo Regional vai apoiar a Câmara Municipal da Praia da Vitória nas intervenções que são da responsabilidade da autarquia”.

Deputado António Ventura (PSD): Ora aí está!

O Orador: Foi isso que os senhores fizeram em 2009. Só que a diferença é que o Primeiro-Ministro de então era José Sócrates e era socialista.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima)

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Isto é uma declaração de voto, Sra. Presidente?!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não estão a gostar!

O Orador: Os senhores calaram-se e não levantaram a voz no interesse dos munícipes da Praia da Vitória e agora estão a acobardar-se perante os nordestenses, perante os terceirenses e perante os povoacenses. Foi isso que os senhores não foram capazes de fazer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Vou dizer mais, Srs. Deputados.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas isto é uma declaração de voto?

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: É uma declaração de voto, é.

Vou dizer mais, Sra. Deputada:

É que esse auxílio que os senhores decidiram, e bem, em 2009, mas que agora, e mal, se recusam a fazer,...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Ninguém se recusa!

O Orador: ... vem suportado no Plano e Orçamento da Região, na rubrica 12.3, onde estão inscritas verbas para a limpeza e renaturalização da ribeira da Aqualva.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é falso!

O Orador: Para isso os senhores foram capazes de fazer. Para ajudar os municípios na situação atual não são capazes de ter o mesmo comportamento que tiveram em 2009.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E usam a República!

O Orador: Quando o Governo Central é socialista, os senhores calam-se a acobardam-se!

Quando o Governo da República não é da vossa cor deixam de governar e desculpabilizam a República com tudo aquilo que os senhores não são capazes de fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Sr. Vice-Presidente pediu a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para um duplo protesto!

Presidente: O Sr. Vice-Presidente não pode protestar declarações de voto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não posso protestar as declarações do Sr. Deputado?

Presidente: Não. Não é permitido. O n.º 2 do artigo 88º não permite protestos a declarações de voto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então fica assinalado...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não pode!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... que o Sr. Deputado fez estas afirmações sem poderem ser contrariadas.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, eu compreendo o profundo incómodo,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não tenho incómodo nenhum!

A Oradora: ... que lhe causa o comportamento do Governo da República, porque afinal é o Governo do PPD/PSD e do CDS-PP.

Deputado Luís Maurício (PSD): Arranje outros argumentos, Sra. Deputada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que ainda não fiz a minha declaração de voto!

A Oradora: Compreendo o incómodo que lhe causa ficar demonstrado em toda a linha que o PSD-Açores não tem qualquer poder de influência junto do PSD nacional.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E em 2009 onde é que a senhora estava? Onde é que o PS estava?

A Oradora: Se tivesse algum poder de influência junto do PSD nacional nesta como noutras matérias importantíssimas para a Região, os senhores já teriam conseguido sensibilizar o vosso Governo...

Deputado Luís Maurício (PSD): Em 2009 onde é que a vossa sensibilização estava?

A Oradora: ... para que atuasse de forma diferente.

Aquilo que os factos demonstram é que os senhores lá fora não são tidos nem achados, como, aliás, infelizmente,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... este Governo da República, liderado pelo vosso PSD,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vosso que já foi nosso!

A Oradora: ... não quer saber das suas regiões autónomas.

Eu compreendo que isso lhe cause profundo incómodo.

Compreendo que por causa disso o senhor venha aqui invocar o processo de Agualva e da Praia da Vitória, que (e é preciso que se diga) tem uma dimensão bastante diferente deste processo agora.

Só por aí, Sr. Deputado, não é legítima avocação que o senhor faz do processo de 2009...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ah, não é?!

A Oradora: ... para compará-lo com a situação que os Açores viveram este ano.

Deputado Luís Maurício (PSD): É preciso ter lata, Sra. Deputada!

A Oradora: Não é legítima, Sr. Deputado, mas o desespero a isso obriga.

Porque a verdade é aquilo que ficou hoje muito claro para as/os açorianos/os...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É que os senhores têm duas caras!

A Oradora: Não. Nós não temos. Os senhores sim.

Deputado Luís Maurício (PSD): Olhe, faça uma vacina pneumocócica!

A Oradora: Quando o Governo da República não cumpre para com a Região Autónoma dos Açores, a primeira coisa que os senhores fazem é apontar o dedo ao Governo Regional e exigir dele a resolução de problemas que deve ser obtida através do Governo da República.

Os senhores não têm tido qualquer pudor em usar desse estratagema e isso é que choca.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que choca são os seus argumentos!

A Oradora: Se os Srs. Deputados tiveram oportunidade de ler a Anteproposta de Lei que o PS apresentou...

Deputado Luís Maurício (PSD): Com certeza, Sra. Deputada!

A Oradora: ... verificaram que a situação dos municípios está lá contemplada. Nós não nos esquecemos dos municípios. Como não o fizemos no passado, não o fazemos agora e não o faremos no futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, toda a argumentação que o senhor invocou em torno desta questão, cai por terra com a leitura da Anteproposta de Lei que o PS apresentou.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): É uma habilidadezinha!

A Oradora: Esta Anteproposta de Lei constitui um meio idóneo para ultrapassar este problema.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Não é os senhores virem aqui dizer ao Governo Regional que faça o que o Governo da República devia fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Inconsequente!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Façam o mesmo que fizeram em 2009!

A Oradora: O que resolve este problema é a Anteproposta de Lei que o Partido Socialista apresentou.

Por conseguinte, eu reitero que aquilo que os senhores pedem a esta Assembleia é de tal modo grave e é de tal modo atentatório da nossa autonomia e do respeito que os Açores devem merecer aos órgãos de soberania que nós não podemos aprovar este pedido de urgência e por isso não o fizemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Vice-Presidente pediu a palavra para?

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, eu não gosto de usar esta figura, mas acho que neste momento deve ser usada. É para defesa da honra do Governo, tendo em conta as declarações do Sr. Deputado...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, a senhora vai deixar?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente...

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu justifico.

A questão da honra tem a ver com a acusação...

(Protestos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... do Sr. Deputado, que o Governo não defendeu os Açores e teve duas posturas distintas em relação a dois Governos.

Penso que é matéria mais do que suficiente para defender a honra do Governo.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e os Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, pedi a palavra para exercer o meu direito de protesto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Protesta sobre uma defesa da honra?!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Vice-Presidente pediu a palavra para defesa da honra.

Deputado Luís Maurício (PSD): Da honra de quem, Sra. Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Do Governo!

Deputado Luís Maurício (PSD): Vai usar da palavra outra vez?

Presidente: Não!

O PSD tem naturalmente oportunidade, depois do Sr. Vice-Presidente usar da palavra, poder usar também.

Portanto, a Mesa concede a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Registo o nervosismo da bancada do PSD!

Registo todos os meios e tentativas utilizados pelo PSD para que o Governo não pudesse falar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, cometeu dois erros. Eu não quero chamar outra palavra, mas foram erros.

Primeiro erro: a ação que citou no Plano de 2013 corresponde ao financiamento de uma obra da responsabilidade do Governo Regional dos Açores, não um apoio à Câmara Municipal da Praia da Vitória. Isso que disse é falso.

Segunda questão: ao contrário do que o Sr. Deputado disse, e lamento que tenha selecionado uma parte de uma notícia do GaCS e não tenha visto na mesma altura, nomeadamente a 16 de dezembro de 2009, uma notícia que saiu e passo a citar:

“O governo português disponibilizou 250 mil euros para o Fundo de Ação Social,...

Deputado António Marinho (PSD): Isto é não é defesa da honra nenhuma!

O Orador: ... numa medida destinada a permitir o apoio imediato às vítimas do mau tempo na Terceira, Açores, revelou hoje a Secretária Regional da Solidariedade Social.

A disponibilização desta verba foi anunciada pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, num contacto telefónico que manteve com o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César.”

Lamento profundamente que num momento em que devíamos estar todos unidos a defender os Açores, perante a indisponibilidade do Governo da República de apoiar a calamidade do passado mês de março,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto é defesa da honra? Desculpe lá, não é!

O Orador: ... o senhor introduza uma politiquice, faltando à verdade perante um momento em que devia unir os açorianos todos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício...

Deputado Berto Messias (PS): Só leu parte de um comunicado. É lamentável!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Luís Maurício tem naturalmente os mesmos três minutos para usar da palavra.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentavelmente o Sr. Vice-Presidente do Governo confundiu a defesa da honra, que não lhe foi em nada atingida, com uma divergência política que o senhor não soube assumir e que não tinha figura regimental para contrapor. Usou um falso esquema...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Que chatice!... Dizer a verdade é uma grande chatice!

O Orador: ... para poder usar da palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, eu não tenho medo nenhum que o senhor use da palavra, nem argumente da forma como argumentou. A mim não me intimida!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Que chatice!...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ouçam, ouçam!

O Orador: O que lhe quero também citar é aquilo que o Jornal da Praia transcreve, relativamente a uma entrevista feita ao Dr. Roberto Monteiro, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, onde ele diz, a propósito dessas mesmas enxurradas em 2009 (essas catástrofes naturais):

“Ora, quer no caso da Aqualva em 2009, quer agora com o caso do Porto Judeu, sabemos bem qual é a ajuda que nos dão: nenhuma, ou mandam-nos à banca. Ora, se assim é nesta solidariedade que já estava na lei...”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para onde é que foi o dinheiro?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Orador: Sr. Vice-Presidente, sobre isso estamos conversados.

Quero dizer-lhe mais:

Eu não lhe reconheço, a si, pessoalmente, nem ao seu Governo, a convicção de se considerar o único baluarte da defesa das/os açorianos/os.

Deputados Luís Rendeiro e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Conceda, a todos os outros partidos que aqui estão nesta Casa, o mesmo direito.

Não lhe considero como uma pessoa superior, com capacidade acima do natural, para defender o que quer que seja...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Arrogância!

Deputado Berto Messias (PS): O verniz a estalar!

O Orador: ... que os outros aqui nesta Casa não possam defender.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez reafirmo, a exemplo daquilo que fizemos com o Governo da República em diferentes circunstâncias, ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... a nossa oposição perante o comportamento da República. Queremos aqui de uma forma clara reiterar a vossa falta de solidariedade para com os municípios e aquilo que foi o vosso comportamento em 2009, quando lá

estava José Sócrates, e o vosso comportamento atual, quando está na República um Governo do PSD e do CDS.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Duarte Freitas (PSD): É preciso saber para onde é que esse dinheiro foi, se não chegou à Câmara da Praia!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foi para o Fundo de Socorro Social. Foi para pagar a viatura!

Deputado Berto Messias (PS): Estão com os ouvidos a estalar! O que vale é que a seguir vamos discutir os subsídios!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão vai fazer a sua declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Eu devo dizer...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancadas do PS)

O Orador: Sra. Presidente, hoje já tive que desistir de aqui tomar a palavra, porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está a tornar impossível que as pessoas possam falar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescinda!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer aqui um ponto de ordem...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, o Parlamento não é uma selva.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Oh Sr. Deputado!

O Orador: No Parlamento temos que ter o direito de nos pronunciar em inteira liberdade de expressão. Está a ser impossível, cada vez que se discorda, tomar a palavra e aqui poderemos pronunciar-nos em ambiente de liberdade e em ambiente que todos possam perceber o que estamos a defender, as diferentes posições.

Apelo que se respeitem as opiniões de cada um e que todos possam falar em liberdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Piros (PCP): V. Exa. respeite o passado!

O Orador: Pelo amor de Deus.

A minha opinião, e sei que isso provocará protestos, é a seguinte:

O Governo Regional e o Partido Socialista, nesta matéria, estão a atuar como o Pôncio Pilatos desta história.

Sabemos, e o PPM teve oportunidade também de se juntar aos protestos e de condenar veementemente aquela que foi a posição do Governo da República. Começo logo por aí.

O comportamento do Governo da República foi lamentável e é condenável – ponto nº 1.

Ponto nº 2 – então se o Governo da República tomou este posicionamento, é evidente que devemos continuar a desenvolver todos os esforços para que o Governo da República altere o seu posicionamento e não vamos desistir disso.

Entretanto há municípios nos Açores, há populações dos Açores que foram largamente afetadas. Vamos fazer o quê? Ficar de braços cruzados...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não, Sr. Deputado. Apresentamos um diploma. Não estamos de braços cruzados!

O Orador: ... enquanto existem outros açorianos e outros municípios que precisam da ajuda do Governo Regional? Mas o Governo Regional está mais entretido, enquanto precisam de ajuda, em alimentar estas guerras, do ponto de vista político e partidário.

Eu não estou disponível para estas coisas. Eu não estou disponível para este tipo de posicionamento partidário.

A mim o que me interessa não é o que o Governo da República faz ou o partido A ou B.

A mim o que me interessa é que são populações e municípios que precisam de ajuda.

O Governo Regional tem que dizer presente, presente!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Oh senhor, está aqui a Anteposta de Lei!

O Orador: O que é que vamos continuar a fazer?

Vamos exigir que o Governo da República cumpra com aquilo que são as suas obrigações.

Mas entretanto quem é que tem o dever autonómico, o dever de solidariedade, de não faltar neste momento?

Quem tem o dever de não faltar neste momento é o Governo Regional e é o Partido Socialista.

Mas não! Estão mais entretidos nas tricas partidárias, estão mais entretidos em tirar proveitos partidários desta questão.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não é verdade!

O Orador: É uma vergonha tirar proveitos partidários com o sofrimento dos outros.

Deputado Francisco César (PS): É verdade! Foi exatamente o que o senhor acabou de fazer!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 26 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar na nossa ordem de trabalhos, entrando no ponto 14: **Pedido de urgência sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/X – “Regula para o ano de 2013, a calendarização do processamento do subsídio de férias e das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes”**.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este pedido de urgência assenta na importância fundamental de o procedimento para aprovação desta proposta de diploma ter a maior rapidez possível.

É bom lembrar que hoje foi publicado, em tempo recorde (acho que foi o diploma legislativo mais rapidamente promulgado e publicado da história da nossa Democracia), um diploma, aprovado na Assembleia da República, que, no seu artigo 1º, diz explicitamente – repito: explicitamente! – “o subsídio de férias só poderá ser pago aos funcionários públicos dos Açores no mês de novembro”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era o que o senhor estava à espera!

O Orador: O que estamos aqui a decidir é da urgência da Região ter uma legislação que contrarie a legislação que hoje foi publicada em Diário da República, onde a Assembleia da República, com os votos do PSD e com os votos do PP (é bom que os açorianos saibam!), decidiu que os funcionários públicos dos Açores só poderiam receber o subsídio de férias em novembro.

O que queremos propor, com a urgência, é legislação que contrarie esta decisão tomada pelo PSD e pelo PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS/PP!

O Orador: CDS-PP!

Curiosamente, foi uma decisão tomada por todos os deputados do PSD.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Obviamente que a Representação Parlamentar do PCP irá aprovar esta urgência, mas permitam-me que teça aqui algumas considerações.

Em primeiro lugar, lamento profundamente que a República se tenha imiscuído, ao colocar no articulado do diploma que o Sr. Vice-Presidente referiu agora, em matérias que não são da sua competência, mas a verdade é esta: a partir do momento em que o acórdão do Tribunal Constitucional foi divulgado, o que ficou em vigor foi a Lei da Contratação Pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, julgo que, em devida altura, se deveria ter processado o subsídio de férias a todos os trabalhadores da Administração Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso é que temos autonomia!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É isso que estamos a fazer!

O Orador: Portanto, digamos que a via açoriana deveria ter sido essa: dar cumprimento ao quadro legal então em vigor depois do acórdão do Tribunal Constitucional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não foi o senhor deputado que dizia que não tínhamos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E continuo a dizer!

O Orador: Mas a verdade é que a via açoriana que o Partido Socialista tem vindo repetidamente a utilizar, para justificar um determinado modelo político e de governação, é uma via muito estreita, é uma via reduzida.

Uma verdadeira via açoriana teria sido, na devida altura, aprovar as propostas do PCP e de outros partidos para a devolução dos subsídios de férias e de Natal que foram subtraídos aos trabalhadores da Administração Pública em 2012.

Isso, sim, era a afirmação de uma via de desenvolvimento, de uma via açoriana.

Isso, sim, seria o uso das capacidades e das competências autonómicas da Região, até porque já ouvimos também, pela boca de alguns dirigentes do Partido Socialista, da importância que tem o pagamento desse subsídio de férias

para a própria dinamização da economia, assim como teria tido em 2012 se tivesse sido procedido o pagamento desses subsídios de férias e de Natal. Possivelmente algumas pequenas empresas regionais não teriam entrado em insolvência, não teriam encerrado as suas portas e possivelmente não teria havido tantos despedimentos.

Infelizmente, a via açoriana do Partido Socialista é apenas uma simples vereda. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

É óbvio que isto é apenas uma desculpa de mau pagador, que o PS apresenta aqui hoje. Desculpa de mau pagador!...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Extraordinário! Mandou pagar em novembro, e acho que estamos a arranjar desculpas!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Desculpa de mau pagador que vem hoje aqui com esta urgência, quando sabe que na Região Autónoma dos Açores há municípios que já pagaram o subsídio de férias em junho,...

Deputado José San-Bento (PS): Era a outra lei!

O Orador: ... que a lei da contratação pública está em vigor após o Tribunal Constitucional ter declarado inconstitucionais aquelas normas, o que quer dizer que estava em vigor para a Administração Pública Regional.

O Sr. Vice-Presidente e o Governo não pagaram porque não quiseram,...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, por que é que insiste?!

O Orador: ... ou porque não tinham dinheiro, ou porque o empréstimo ainda não estava feito.

Esta urgência é falsa! É uma falsa urgência!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):Vote contra a urgência!

O Orador: Quer dizer, como dizia o Sr. Deputado José San-Bento, que ora diz uma coisa, ora diz o seu contrário,...

Deputado José San-Bento (PS): Não disse nada!

O Orador: ... que é preciso o orçamento retificativo (disse o Sr. Deputado José San-Bento, aqui, no plenário passado).

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Disse e bem! Na Assembleia da República!

O Orador: Não, não! Na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Onde é que isso está escrito?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No diário das sessões.

O Orador: Está escrito no diário das sessões.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não está!

O Orador: E até se quiser, eu tenho a gravação para o senhor ouvir.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: Solicito um intervalo de meia hora, se faz favor.

Presidente: Desculpe...

O Orador: Eu vou acabar a minha intervenção e a seguir já peço um intervalo de meia hora, para desmentir o Sr. Deputado Francisco César e o Sr. Deputado José San-Bento...

Deputado José San-Bento (PS): A mim não me vai desmentir!

O Orador: ... que disse aqui uma coisa e vem aqui negar o que disse no plenário passado.

O senhor disse no plenário passado exatamente que era preciso um orçamento retificativo da Região Autónoma dos Açores e que demoraria três a quatro semanas. Foi isso que o senhor disse. O senhor nega que disse isso?... O senhor nega que disse isso?

Deputado José San-Bento (PS): Eu disse isso!

O Orador: Ah! Pronto! Então está a desmentir o seu colega Francisco César.

Sra. Presidente, o Sr. Vice-Presidente não pagou o subsídio de férias porque não quis, porque quer fazer propaganda eleitoral...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, sim!

O Orador: ... para as eleições autárquicas.

O Sr. Vice-Presidente quer fazer eleitoralismo com isso.

Sr. Vice-Presidente, já lhe perguntei uma vez e o senhor não me respondeu.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vote contra!

O Orador: Em que dia vai pagar o subsídio de férias em julho?

Garante-nos que no dia 15 de julho paga o subsídio de férias aos açorianos?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, só para esclarecer que, como sabe, o Sr. Vice-Presidente não pode responder a essa questão, uma vez que não pode voltar a usar da palavra.

Deputados Joaquim Machado (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Mas pode responder o Grupo Parlamentar do PS!

Deputado Duarte Freitas (PSD): E pode pedir uma defesa da honra!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a esta iniciativa do Governo Regional, tudo já foi dito pelo Sr. Deputado Aníbal Pires e pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Na verdade, esta iniciativa foi tomada sob a marcha dos acontecimentos políticos. É evidente que o tempo correto era tê-lo feito no mês de junho, a partir do momento em que o Tribunal Constitucional diz que aquela norma é ilegal e que os subsídios têm que ser pagos.

O que é que está em vigor?

Qual é a obrigação?

A obrigação, a partir daí, é pagar no mês de junho.

Acontece que nesta matéria os municípios dos Açores demonstraram mais autonomia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já pagaram!

O Orador: ... do que o próprio Governo Regional, do que a própria autonomia regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E são dependentes da República!

O Orador: A questão aqui não é só uma questão de falta de vontade política.

De facto, em relação ao Governo Regional, nesta matéria, fica-lhe muito, muito mal esta diminuição/secundarização que fizeram das competências autonómicas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque muitas vezes condenamos aqui os atropelos do centralismo em relação à autonomia açoriana, mas o Governo Regional, nesta matéria, é o primeiro culpado, porque tem as competências e não as exerce. De quem é a culpa?

A culpa é também do Governo da República ou dos centralistas?

A culpa é de quem tem medo de exercer as suas competências autonómicas e que só o faz quando percebe que a máscara caiu, que os municípios açorianos cumprem a lei, pagam a tempo e a horas.

O Governo Regional fica numa situação política absolutamente insustentável. Essa é que é a questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Ao contrário do Governo da República!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está inquieto para ir para a República!

O Orador: Portanto, esta urgência é uma tentativa de disfarce do enorme desastre político do Partido Socialista, e nomeadamente do Governo Regional, nesta matéria. Esta é que é a questão. Tanto que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional já abandonou o debate, a meio do debate, porque não teve coragem de estar a ouvir estas questões.

Deputado José San-Bento (PS): Não pode falar mais!

O Orador: Penso que os Grupos Parlamentares e as Assembleias devem ser respeitados.

Não é por acaso que o Estatuto Político-Administrativo prevê que o Governo, ainda por cima quando tem uma iniciativa nesta matéria, esteja aqui a ouvir quais são as opiniões do povo dos Açores, que nós representamos.

Nesse sentido, o que eu considero é que tudo isto é um enorme desastre, mas o que é fundamental aqui, e termino, Sra. Presidente, é que não só é um desastre para o povo dos Açores, mas é um desastre do ponto de vista político para a autonomia dos Açores, porque o Governo Regional, da forma como conduziu este processo, diminuiu a autonomia política dos Açores, de forma propositada e desastrada. Essa é a questão. Mas eu não quero aqui desculpas em relação a esta matéria.

O PPM irá votar esta urgência, porque neste momento não queremos criar nenhum género de desculpas ao Governo Regional, que nesta matéria já vai atrasado, já com urgência para cumprir o que já devia ter cumprido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O pedido de urgência que vamos aqui votar implica que saibamos o que é que neste diploma é urgente, por que é que é a urgência e para que é a sua urgência.

Comecemos pelo princípio.

O pagamento do subsídio de férias, determinado pelo Tribunal Constitucional, é uma boa notícia. É, sobretudo, uma ajuda preciosa às famílias, às empresas e, portanto, também para a economia.

Por isso, importava assegurar o cumprimento dessa responsabilidade do Estado em tempo útil, isto é, no mês de junho, como determina a lei e era habitual. Decorre daqui uma primeira conclusão: o Governo da República devia ter pago imediatamente o subsídio de férias, em junho, aos funcionários públicos.

Também nos Açores era possível e desejável cumprir o acórdão do Tribunal Constitucional.

Deputado José San-Bento (PS): Eu já estou inscrito!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São as suas declarações, Sr. Deputado!

O Orador: Bastava que para tanto houvesse vontade e que o Governo Regional tivesse dado instruções nesse sentido à Administração Pública Regional.

Segunda conclusão:

O Governo Regional não quis pagar em junho o subsídio de férias nos Açores, um facto cronológico, sem comentários, nem insinuações.

O Governo Regional está disposto a pagar o subsídio de férias, três dias depois de uma câmara municipal dos Açores ter feito o anúncio desse pagamento. Por sinal era uma câmara do PSD, a de Ponta Delgada.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Ainda!

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual foi? Qual foi?

O Orador: Aliás, outras câmaras, muitas câmaras, incluindo as do Partido Socialista, fizeram e estão fazendo o pagamento desse subsídio aos seus funcionários, com base na lei geral que vigorou até ontem e que devia ter sido utilizada, também pelo Governo Regional, para cumprir em tempo útil a sua obrigação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já pagaram na República?!

O PSD não tem nada a ver com isto! Muito bem!

O Orador: Vejamos agora o que é urgente.

Antes de cumprir a tempo e horas a sua obrigação, que neste caso é também um direito dos funcionários públicos, e fazer uma guerrinha, o Governo Regional não hesita, faz um número político e o resto logo se vê.

Isso leva-nos às seguintes constatações sobre esta urgência.

Primeira constatação: o Acórdão do Tribunal Constitucional, do qual decorre a obrigação do pagamento do subsídio de férias, foi produzido no dia 5 de abril (já lá vão 76 dias!).

Segunda constatação: o Governo Regional ficou, desde essa data, obrigado ao pagamento do subsídio de férias aos funcionários públicos dos Açores.

Mais uma constatação: a capacidade legislativa que vamos exercer através deste Decreto Legislativo, para que a Administração Regional possa receber este

subsídio em julho, sempre existiu. Portanto, podia ter sido exercida em tempo útil para se fazer o pagamento em junho.

Quarta constatação: foi o Partido Socialista quem aqui chumbou, neste Parlamento, no dia 15 de maio, uma proposta da oposição que recomendava o pagamento do subsídio já no mês de junho.

Conclusão: o Governo Regional e o PS acharam que não era urgente, nem importante, o pagamento do subsídio em junho.

Deputado Pedro Moura (PS): Mas em julho é!

Deputado José San-Bento (PS): Essa está mal explicada!

O Orador: Quinta constatação: a Proposta de Lei que regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias, veio a parecer desta Assembleia sob a forma de Proposta de Lei.

O que é que disse esta Assembleia? O que é que consta do Relatório da Comissão que a analisou?

Diz isto: “Atentos os circunstancialismos excepcionais, considera-se que a melhor forma de proceder consiste na consagração do pagamento mensal do subsídio de férias em duodécimos, em substituição do pagamento assim efetuado para o subsídio de Natal...”

Qual foi a posição do Partido Socialista, perante esta lei publicada hoje, relativamente a essa disposição que obriga a Região a pagar nos modos em que a República vai fazer?

Qual foi, Srs. Deputados do Partido Socialista?

Qual foi o vosso voto sobre este diploma que tinha exatamente a redação que a Lei tem?

Os senhores abstiveram-se!

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual foi?

O Orador: Abstiveram-se!

Deputado José San-Bento (PS): E dissemos o quê?

O Orador: Mas há mais. Ainda não acabou.

Enquanto o PS se abstinha em comissão num parecer sobre esta Lei, o Governo Regional, também chamado a pronunciar-se, pronunciou-se desfavoravelmente, relativamente a dois artigos.

Sobre os dois artigos, em nenhuma das argumentações que o Governo Regional enviou à Assembleia da República protestou contra o facto de haver obrigatoriedade de pagar o subsídio de férias nos Açores, exatamente nos mesmos termos e nos mesmos tempos em que se ia fazer a nível nacional.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Só provam que foram atrás da Câmara de Ponta Delgada!

O Orador: Mas mais. Já que queremos falar do Partido Socialista, tenho mais umas coisas para dizer sobre o Partido Socialista em relação a esta matéria.

O Partido Socialista da Madeira deu um parecer favorável a este diploma.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Estava entre colegas!

O Orador: E o que fizeram os camaradas socialistas na República? O que fez o Partido Socialista na República? Digam lá!

Digam como é que o Partido Socialista na República votou esta matéria?

Deputado José San-Bento (PS): Eu reconheço-lhe o esforço!

O Orador: Primeiro: na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, o Partido Socialista, representado pelo Deputado Galamba, absteve nomeadamente no artigo 1º, que o Sr. Vice-Presidente veio aqui invocar, que é um artigo que condiciona as Regiões Autónomas.

Votação na especialidade.

Presidente: Sr. Deputado, relembro que estamos no debate sobre a urgência apresentada.

O Orador: Sim. É a urgência. É para nós vermos a urgência que efetivamente este diploma tem.

No dia 5 de junho, 28 dias depois do Governo Regional e a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores...

Deputado Berto Messias (PS): O satélite deles, ou eles o teu satélite!

O Orador: ... terem produzido os seus pareceres, qual foi a votação do Partido Socialista, na especialidade, sobre este artigo?

Absteve-se!

Deputado Berto Messias (PS): Estamos esmagados! Neste momento não sabemos o que havemos de dizer!

O Orador: Discussão do diploma na generalidade.

Estiveram presentes os dois deputados do PS-Açores, na Assembleia da República.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor fez uma investigação destas? Isso é uma aturada investigação!

O Orador: A Sra. Presidente vai permitir-me, que nesta argumentação sobre a urgência, eu possa fazer um aparte ao Sr. Deputado José San-Bento, que me interpelou dizendo que eu fiz uma aturada investigação.

Deputado José San-Bento (PS): E é verdade!

Presidente: O Sr. Deputado José San-Bento fez um aparte.

O Orador: Eu exerço as minhas funções com o máximo de responsabilidade e competência que consigo levar. Trabalho honestamente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E os outros? Nós não? É só V. Exa.?

O Orador: ... porque julgo que os açorianos nos pagam exatamente para isso. Não sei se esta é a atitude de todos os Srs. Deputados, mas faço o meu trabalho com consciência.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas vou terminar esta parte das posições do Partido Socialista a nível nacional.

Na votação na generalidade, só o Deputado Carlos Enes esteve presente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: Só o Deputado Carlos Enes esteve presente.

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: O Deputado Ricardo Rodrigues teve falta justificada por trabalho político.

Deputado Francisco César (PS): Sabe onde é que ele estava, não sabe?!

Estava mais o Dr. Mota Amaral!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com quem?

Deputado Francisco César (PS): Com o Dr. Mota Amaral na Holanda!

O Orador: E qual foi a posição do PSD-Açores sobre esta matéria?

No parecer que a Comissão produziu, nós mostrámo-nos favoráveis à proposta, na condição (e vou citar a página do 4 do relatório, Sra. Presidente) “de ser salvaguardada a possibilidade da Administração Regional Autónoma poder decidir de forma diferente a reposição dos subsídios”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chega, chega!

O Orador: Estou quase a acabar.

Sétima constatação:

O Governo Regional e o PS-Açores tiveram conhecimento...

Deputado Berto Messias (PS): Mas essa referência é baseada em quê, Sr. Deputado?!

O Orador: ... do modo de pagamento que a República ia utilizar, vinte dias antes do plenário de maio,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... no qual foi chumbado o pedido de urgência por um partido da oposição.

Se fosse vontade do Governo Regional e do PS pagar o subsídio de férias a tempo e horas, ...

Deputado Berto Messias (PS): Pagar a tempo e horas! É preciso ter lata!

O Orador: ... teriam feito a apresentação desta proposta de Decreto Legislativo que agora temos aqui na frente.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Oitava.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata! Adiam o pagamento para novembro e falam em pagar a tempo e horas!

O Orador: Temos mais uma: o Partido Socialista de José Seguro, ontem, fez um desafio ao Governo da República. O desafio foi este: pague-se imediatamente o subsídio de férias, na pior das hipóteses, até ao dia 15 de julho.

Mais uma constatação, Sra. Presidente, da urgência deste diploma. É que o Governo Regional e o Partido Socialista dos Açores nem sequer vão conseguir cumprir aquilo que António José Seguro está a exigir ao Governo da República, porque no dia 15 de julho, esta Proposta de Decreto Legislativo que aqui temos, ainda não será um diploma regional.

Deputado Berto Messias (PS): Eu estou esmagado!

O Orador: Vou acabar.

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Daqui resulta mais uma conclusão óbvia: nalgumas matérias, o PS-Açores consegue ser ainda pior do que o PS de José Seguro e isso é uma coisa muito difícil.

Vamos finalmente ver para que serve a urgência.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Mais um minuto, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor o que não explicou foi a urgência. Isso é que não explicou!

Presidente: Trinta segundos, Sr. Deputado.

O Orador: Apesar de tudo o que se disse, o pagamento do subsídio de férias é um dever do Governo e um direito dos funcionários públicos.

É uma boa notícia para as famílias.

Acreditamos que o Governo Regional pôs toda a segurança legislativa na redação deste diploma.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Vou repetir: acreditamos que o Governo Regional pôs toda a segurança legislativa na redação deste diploma que permitirá a sua vigência e, portanto, o pagamento do subsídio de férias já em junho. É isso que explica a urgência.

Como dissemos e reafirmámos...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Vou dizer o sentido de voto do PSD.

Presidente: Já teve tempo para o dizer. Portanto, tem mesmo que terminar.

O Orador: Como sempre dissemos, o dinheiro está melhor no bolso dos contribuintes do que nos cofres do Estado ou do Governo Regional.

Por isso, vamos votar favoravelmente este pedido de urgência para que os funcionários dos Açores possam efetivamente receber o seu subsídio já no mês de julho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é a Alvarino Pinheiro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há um mês tivemos oportunidade de debater neste Parlamento este tema com uma proposta de resolução que foi aqui apresentada.

Nessa altura, e para satisfação do Deputado Artur Lima, tive oportunidade de referir qual era a leitura que o Grupo Parlamentar do PS fazia, do ponto de vista da prudência que achávamos que devia existir, para se reunir as condições para se poder cumprir o pagamento desta prestação.

Na altura, tive oportunidade de explicar que ela deveria decorrer tendo também em conta a necessidade do orçamento rectificativo na Região, o que vai acontecer posteriormente. Na altura não tínhamos condições...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Sr. Deputado, de maneira nenhuma. Ouça bem o que eu digo.

... de assegurar a informação que permitiu as condições para financiar, nos termos que já foram aqui há dois dias explicados pelo Sr. Vice-Presidente, esta prestação.

Sr. Deputado, desse ponto de vista, total clareza da nossa parte.

Há pressupostos que dissemos na altura...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga lá o que disse! Repita aí!

O Orador: ... e reafirmamos com base na informação que estava disponível, mas felizmente a Região...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que o senhor disse?

O Orador: Eu já referi.

Sr. Deputado, eu acabei de explicar isso. Não me vou repetir aqui.

Felizmente que a Região reuniu condições para poder liquidar esta despesa de mais de 20 milhões de euros, como eu também referi na altura, o mais rápido possível.

Queria aqui deixar absolutamente claro que sempre tivemos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o orçamento retificativo?

O Orador: Eu já referi isso, Sr. Deputado. Não ouviu o que eu estava a dizer? Virá!

Queria referir que precisamente da nossa parte, do ponto de vista do PS, estivemos sempre de boa-fé neste processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Ao contrário de outros, procurámos esclarecer as pessoas, falar verdade e contribuir, como achamos que é nossa obrigação, para se gerar confiança e otimismo na nossa sociedade.

Reconhecemos também o esforço, porque é justo, ao Governo Regional, de procurar reunir as condições para, na maior brevidade possível, poder assumir esse compromisso.

Deixem-me que vos diga, Srs. Deputados:

Em qualquer parlamento do mundo, hoje, teríamos assistimos aqui a vários partidos da oposição que se deveriam ter retratado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é que traz o orçamento retificativo?

O Orador: Não teria vindo mal nenhum ao mundo terem afirmado:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: O senhor, por exemplo!

... “saudamos o Governo, concordamos com esta medida e reconhecemos que o Governo fez um esforço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tratado em quê?

O Orador: ... para repor aquilo...

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores são centenários!

O Orador: ... que nunca deveria ter sido retirado”.

Deputado Berto Messias (PS): São centenários! Não têm sentido de estado!

O Orador: Eu não vou fazer referências àquilo que disse o Bloco de Esquerda, mas faço àquilo que são as referências que o CDS na altura referiu.

O senhor afirmou que o Governo não queria pagar o subsídio de férias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Afirmei e repeti hoje!

O Orador: O senhor utilizou apartes que não dignificam este Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?!

O Orador: “*No money, no funny!*”. “Os senhores estão tesos”, e coisas do género.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que isso está escrito?

Deputado Berto Messias (PS): Está no diário das sessões!

O Orador: Posso conceder-lhe, Sr. Deputado.

O senhor disse que o Governo estava falido.

Sr. Deputado Artur Lima, eu queria precisamente referir que esperava,...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Berto Messias)

O Orador: Sr. Deputado, o senhor depois não ouve. Sra. Presidente, eu peço alguma condescendência.

O Sr. Deputado não presta atenção ao que eu procuro referir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Presto, presto!

O Orador: ... e depois queixa-se.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que eu esperava (e eu digo-lhe isso com a maior franqueza), apesar daquilo que eu já referi em relação ao seu partido, uma postura diferente, um discurso radicalizado, mas isso é um caminho que o senhor tem toda a legitimidade para seguir.

Agora há uma coisa que devo dizer que eu esperava de si. Eu esperava que o senhor, hoje, aqui, se tivesse retratado daquilo que disse e tivesse felicitado o Governo pelo esforço e por apresentar esta proposta entre nós.

Em relação ao PSD, queria também dizer que o Sr. Deputado Joaquim Machado, na altura, teve o cuidado de referir que o PS não queria cumprir os seus compromissos.

O Sr. Deputado disse também que o PS só fazia propaganda. Fez também um conjunto de citações descontextualizadas de declarações do Presidente do Governo que eu acho que não foram corretas. Prova-se agora que são desleais.

O Sr. Deputado começou a sua primeira intervenção, depois de regressar a este Parlamento, facto que nós saudamos, a elevar a componente ética da participação política.

Deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, daquilo que conheço de si, também esperava que tivesse outro registo neste debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ética?! Mas quem é este senhor para vir falar de ética?

O Orador: O que está aqui em causa, indo agora ao essencial, é que estamos perante uma situação em que é inacreditável o que se assiste aqui.

Os açorianos precisam de conhecer a oposição que têm, uma oposição que não hesita (alguns partidos, não são todos, mas nomeadamente o PSD e também o CDS) em iludir os açorianos, em contorcer a verdade e em acabar por não contribuir para o esclarecimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Contorcer a verdade?!

O Orador: Sim, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fundamente lá!

O Orador: Já fundamentei.

Isso é que é importante e os açorianos também têm que saber isso.

O que está aqui em causa é uma medida que teve a ver com a governação do seu partido, uma medida que não estava em Memorando nenhum. É uma opção do Governo do PSD e do CDS-PP.

Virem aqui acusar o Governo Regional de estar atrasado e de não querer repor esses subsídios, quando os vossos partidos recentemente aprovaram legislação que proíbe o pagamento em junho dessa prestação e que obriga ao pagamento em novembro, é o cúmulo da desfaçatez.

Deputados Francisco Coelho e Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isto é incoerência absoluta, é uma desfaçatez que ninguém compreende.

Por isso, Srs. Deputados, isto prova também, no que diz respeito ao PSD (não resisto a isso!), aquilo que é atualmente a trapalhada total.

Ainda ontem vimos aqui uma proposta, que curiosamente alguma da comunicação social não achou a piada que ela merecia, penso que não têm o sentido de humor que eu esperava, uma situação anedótica, em relação a uma proposta do PSD. Foi isso que aconteceu.

Anteriormente tinha havido uma outra proposta que o PSD não conseguiu justificar e teve que votar para passar imediatamente à votação. É este PSD que parece que só trabalha para o boneco.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É o PSD mais inconsistente que eu já vi na minha vida.

Deputados Joaquim Machado e Luís Garcia (PSD): Isto é a urgência?

O Orador: Este PSD, que é da liderança de Duarte Freitas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Termino, Sra. Presidente, com um apelo, um apelo a um político que eu, pessoalmente, respeito muito e tenho enorme consideração.

Espero que o Deputado Humberto Melo tenha capacidade de pôr mão na liderança deste partido.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Tenho esperança que o Deputado Humberto Melo ajude PSD a vir ao menos à tona de água...

Deputados Joaquim Machado e Luís Garcia (PSD): Isto é a urgência?

Presidente: Sr. Deputado, estamos a discutir a urgência.

O Orador: ... e deixar de ser aquilo que é um partido que não está à altura dos acontecimentos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional do Turismo)

Deputado Luís Garcia (PSD): Se o senhor ouvir as palmas do seu partido, dizem tudo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, reconheço que tem sido uma jornada longa, mas não posso deixar de apelar à nossa capacidade de manter o debate dentro daquilo que são os limites da Democracia e que esta Casa exige.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Vamos continuar os nossos trabalhos fazendo agora a votação do pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Deputado Francisco Coelho (PS): Então?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já concordávamos antes. Os senhores é que não concordavam!

Deputado Francisco Coelho (PS): Diga isso ao seu colega Paulo Portas, na República!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já terminou o debate do ponto 14. Vamos avançar na nossa Agenda.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

Os pontos 15 e 17 da Agenda da Reunião correspondem a dois pedidos de urgência referentes a matéria legislativa que já foi, na anterior Legislatura, debatida e aprovada nesta Casa.

Como sabem, a aprovação do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores trouxe, na altura, a necessidade de se aprovar um conjunto de atos legislativos e atualizar outros.

Para esse efeito foi criada, na anterior Legislatura, uma Comissão Eventual para a operacionalização do Estatuto.

Entre as iniciativas legislativas produzidas por essa Comissão encontram-se a Anteposta referente às Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Anteposta que estabelece o Regime do Referendo Regional.

Estas iniciativas foram aprovadas por esta Assembleia e remetidas à Assembleia da República.

No entanto, com o *términus* da anterior Legislatura, a Assembleia da República, em 4 de novembro de 2012, considerou que estas iniciativas tinham caducado.

Havendo a imperiosa necessidade de se renovar estas iniciativas, todos os Grupos e Representações Parlamentares, com assento nesta Assembleia, decidiram renovar a iniciativa de forma a prosseguirmos com a operacionalização do nosso Estatuto.

Feita esta pequena introdução, vou passar de imediato à votação do ponto 15, nomeadamente o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – Anteposta de Lei n.º 4/X - “Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, votemos de seguida a **Anteproposta de Lei n.º 4/X - “Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação do **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – Anteproposta de Lei n.º 5/X - “Estabelece o Regime do Referendo Regional”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, votemos então a **Anteproposta de Lei n.º 5/X - “Estabelece o Regime do Referendo Regional”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão assim aprovadas estas duas antepropostas que remeteremos à Assembleia da República com carácter de urgência, nos termos do nº 2, do artigo 156º, do nosso Regimento.

Como se recordam, o ponto 19 da Agenda da Reunião foi apresentado ontem pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, pelo que passamos para o ponto 20 da nossa Agenda de Trabalho: o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão - Anteproposta de Lei n.º 6/X – “Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho para apresentar a urgência.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É entendimento do Partido Socialista, na sequência, aliás, do que parece ser uma unanimidade nesta Casa que, a respeito das intempéries que assolaram a Região, devem ser devidamente compensados e devem ser auxiliados, quer as famílias, quer as autarquias, quer os órgãos de governo da Região.

No entendimento do Partido Socialista, a melhor forma de o fazer é solicitando ao Governo da República a reprogramação de um conjunto de Fundos Comunitários que devem assim, exceccionalmente, acrescer aos fundos normais que foram destinados à Região Autónoma dos Açores.

Atendendo a que estamos no fim de um Quadro Comunitário, parece-nos que se justifica bem assim a urgência desta proposta.

Acresce que ela parece-nos ser suficientemente clara e precisa para não sofrer grande prejuízo por não passar pelo processo legislativo comum e pela Comissão competente em razão da matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de meia hora, se faz favor.

Presidente: Nós íamos iniciar a votação. Vamos fazer a votação pelo menos do pedido de urgência, Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, Sra. Presidente, mas depois solicitava o intervalo.

Presidente: Vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora proceder ao intervalo regimental.

Regressamos dentro de 30 minutos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 47 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, antes de darmos início à apresentação da Anteproposta por parte do Partido Socialista, a Mesa pretende fazer um esclarecimento.

Há pouco, quando votámos as antepropostas referentes à operacionalização do Estatuto, não coloquei à votação na especialidade, nem na globalidade.

Para que não restem dúvidas da sua aprovação, vamos repetir a votação para que fique tudo completo.

Referente à **Anteproposta de Lei n.º 4/X - “Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**, vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Na generalidade a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Na votação na especialidade, colocarei à votação todos os artigos em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: No que concerne à **Anteproposta de Lei n.º 5/X - “Estabelece o Regime do Referendo Regional”**, passemos à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Na generalidade a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocarei, naturalmente, até porque é extenso, todos os artigos à votação em conjunto, na especialidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora sim, avançamos para o ponto 21 da Agenda da Reunião.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho, para apresentação da **Anteproposta de Lei n.º 6/X - Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional.**

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Conforme tive já oportunidade de dizer, na sequência das intempéries que assolaram a Região no último Inverno, designadamente no dia 14 de março deste ano, houve um vasto conjunto de prejuízos, sobretudo em três municípios da nossa Região Autónoma, que foram já devidamente contabilizados pelo Governo Regional e tornada essa contabilização e inventariação pública no montante global de 35 milhões de euros, num conjunto de infraestruturas, desde

estradas, infraestruturas de apoio à atividade agrícola, à necessidade de regularização de cursos de água e adoção de medidas preventivas, de redes de saneamento e de eletricidade, de habitação, de atividades económicas, de reconstrução e de recuperação dos estabelecimentos comerciais, de reposição de *stocks*, de portos e infraestruturas do litoral.

Esses prejuízos têm a ver naturalmente com famílias, com empresas, com municípios e com a Região Autónoma dos Açores e os seus órgãos de Governo próprio, tendo o Governo Regional estimado, nesse inventário, que 10%, ou seja, cerca de 3,5 milhões de euros, terão a ver com prejuízos que terão de ser suportados pelos municípios e o restante pelo Governo Regional.

Esta Assembleia teve, em tempo, oportunidade de tomar posição sobre esta matéria, designadamente através da aprovação unânime de uma resolução, apelando ao cumprimento e à efetivação da solidariedade da República e do princípio da coesão nacional e da solidariedade inserido na nossa Constituição.

Também a Assembleia da República aprovou uma iniciativa deste género por unanimidade.

Tanto quanto temos conhecimento, o Governo da República, em termos práticos e concretos, apenas demonstrou essa solidariedade, relativamente aos municípios afetados, através da autorização de um aumento do limite legal de endividamento.

Parece-nos pouco. Creio que unanimemente nos parece pouco.

Face àquilo que já fizemos e ao tempo transcorrido, pensamos que é altura, dentro das nossas competências do Estado de Direito, de fazer ainda mais.

Pensamos que talvez facilite se apresentarmos uma Anteproposta de Lei onde, concretamente, apontemos os montantes envolvidos e apontemos uma solução que é a de o Governo da República aumentar o *plafond* dos Fundos Comunitários em causa para que a Região e os municípios se possam candidatar, ainda assim suportando, conforme é regra em grande parte dos Fundos Comunitários, 15% desse montante e dessa despesa.

Isto não implica assim o recurso a qualquer fundo direto do Orçamento de Estado. Isto significa prosseguir não só com uma obrigação Constitucional e

Estatutária, mas até tem precedentes legislativos, como todos sabemos, relativamente ao que aconteceu na Madeira sob proposta do Conselho de Ministros do Governo de José Sócrates e da Lei que foi aprovada.

Pensamos que é razoável, que é justo e temos a esperança que nesta matéria continuaremos a ter o consenso que nos tem unido até aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PCP irá dar o seu voto favorável a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Queria apenas aqui recordar, que logo no plenário subsequente às intempéries que assolaram a Região, e que provocaram os prejuízos que todos conhecemos e também a morte de alguns nossos concidadãos, o PCP anunciou aqui, ao Sr. Presidente do Governo Regional, que iria tomar as iniciativas que julgasse adequadas e mais apropriadas na República para que fosse acionado o mecanismo que está previsto na Lei das Finanças Regionais para situações deste género.

O Deputado Francisco Coelho fez menção a esse Projeto de Resolução que foi aprovado por unanimidade na República, tendo no entanto obliterado o autor da proposta. Venho apenas recordá-lo, até porque o PCP não esteve à espera de coisa nenhuma.

Fez aquilo que lhe competia. Não fez nem mais, nem menos do que aquilo que lhe competia.

Propôs, recomendou ao Governo da República, em sede da Assembleia da República, através do seu Grupo Parlamentar, que fosse acionado aquele mecanismo. E mais, e que fosse encontrada uma solução entre os órgão de Governo próprio da Região, designadamente o Governo da República e o Governo da Região, para que se encontrassem as melhores formas de pôr isto em prática.

Efetivamente houve um esforço de concertação na República. A recomendação foi aprovada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi só aprovada, foi concertada!

O Orador: Hoje estamos aqui, penso eu, a darmos o contributo da Região para se encontrar uma solução.

Lamento que se tenha perdido demasiado tempo à volta desta questão que afetou as populações, com alguns duelos políticos à volta desta questão que poderiam ter sido claramente evitados, tivéssemos nós tido o bom senso de encontrar as melhores soluções e tomar medidas, ao invés de nos perdermos em discursos estéreis.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como direta representante dos cidadãos do concelho da Povoação e tendo sido neste concelho que se registou, como é do conhecimento de todos, a maior tragédia das intempéries que assolaram a Região no dia 14 de março de 2013, com a perda irreparável de três vidas no Faial da Terra, sinto obrigação moral de voltar a intervir.

No Plenário de abril de 2013 tive a oportunidade de intervir aquando da discussão do Projeto de Resolução apresentado por este grupo parlamentar e que tinha por título “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a região recentemente”.

Nessa rápida intervenção disse e cito:

“Atenta a dimensão da tragédia, é lamentável e incompreensível que o Governo da República num momento em que devia imediatamente dar a mão aos Açorianos, prontificando-se assim para prestar toda a ajuda necessária, se tenha

limitado a aprovar uma resolução em sede de Conselho de Ministros, alegadamente para minimizar as consequências das intempéries, que unicamente possibilita que os municípios afetados ultrapassem os limites de endividamento.”

Passados que estão mais de dois meses da aprovação, por unanimidade, nesta casa, da Resolução anteriormente referida, está a situação resolvida?

A resposta, infelizmente, é dada por esta iniciativa do nosso grupo parlamentar, a qual contará, estou certa, com o apoio generalizado de todas as bancadas.

Já todos percebemos qual o valor dado pelo Governo da República às Resoluções desta Assembleia, pelo que optámos, desta vez, por materializar as legítimas expectativas dos Açorianos, através de uma verdadeira iniciativa legislativa como é a proposta de lei, a qual se solicita que, depois de aqui aprovada, seja rapidamente discutida e votada na Assembleia da República.

Esperemos, pois, que os representantes do Povo Açoriano na Assembleia da República tenham a força suficiente para possibilitar a aprovação desta proposta que, mais não pretende, do que obrigar o Governo da República a cumprir um dever ético e legal decorrente do princípio da solidariedade nacional!

Tenhamos fé!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para realçar e reforçar aquilo que tem sido a coerência do PSD a partir das intempéries de 14 de março, salvaguardando sempre a defesa dos açorianos, sempre que esteja em causa a sua segurança e a sua qualidade de vida.

Tivemos oportunidade de votar favoravelmente a resolução que aqui foi aprovada unanimemente e é o que faremos hoje em relação a este instrumento

que o Governo apresentou, porque entendemos que é uma forma de resolver e de contribuir para a resolução da situação.

À República o que a República deve.

À Região o que a Região deve.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação na generalidade desta Anteproposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Na generalidade a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação na especialidade.

Proponho à câmara a votação em conjunto dos artigos.

Não havendo oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Encerrámos o ponto 21 da Agenda da Reunião.

Entramos no ponto 22: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão - Projeto de Resolução n.º 40/X - "Manutenção da maioria do Capital Social da Empresa de Eletricidade dos Açores - EDA na esfera pública"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para justificar a urgência.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Muito rapidamente, Sra. Presidente, para explicar a razão de ser do nosso pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

A simplicidade deste pedido tem a ver, por um lado, com a componente resolutiva apresentada que apenas, sinteticamente, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores mantenha a maioria do capital social da EDA tal como resulta daquilo que são os compromissos eleitorais de todos os partidos com assento parlamentar e também do próprio Programa do Governo.

Sendo uma situação desta simplicidade, pensamos que está claramente justificada a sua urgência, até porque há necessidade de uma clarificação desta matéria, atendendo a que já a Comissão de Trabalhadores e alguns sindicatos começam a ficar preocupados.

Sendo uma matéria tão simples de esclarecer, julgamos que podemos fazê-lo aqui com a rapidez que este instrumento regimental nos permite.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro Governo:

Penso que todos temos presente que o funcionamento normal desta Assembleia implica que as diversas iniciativas apresentadas devem baixar à respetiva comissão competente.

O mesmo é dizer que o mecanismo da urgência e da dispensa da análise em comissão é obviamente excepcional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já estão a fazer as malas!

O Orador: No que diz respeito a esta iniciativa que visa uma tomada de decisão política relativa ao futuro da EDA – uma das maiores senão a maior empresa dos Açores, com o mais rico património, número de trabalhadores e

utilidade social, sendo aliás concessionária de um importante serviço público – pensamos que qualquer iniciativa deve ser exaustivamente ponderada.

Estas são, pois, razões mais do que suficientes, na nossa opinião, para reprovarmos a excecionalidade requerida e pretendermos a baixa à comissão competente desta iniciativa, e comprometemo-nos, em sede de comissão, a fazer uma ponderada e exaustiva análise, bem como todas as diligências tidas por pertinentes, com vista a uma responsável e fundamentada decisão acerca desta proposta de resolução.

Obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Não posso deixar de estar mais de acordo com aquilo que acabou de afirmar o Deputado Pedro Moura.

A figura da urgência e da dispensa de análise em Comissão deve ser uma figura usada excecionalmente.

Era bom que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista atentasse às sábias e avisadas palavras do Deputado Pedro Moura.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Fica para memória futura!

O Orador: Eu sei que V. Exa. concorda comigo e temos que tratar disso.

Deputado Francisco César (PS): Temos que tratar disso?! É que eu não percebi!

O Orador: Temos, temos!

Relativamente à substância, da urgência apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, de facto, é uma situação que nos preocupa. Aliás, penso que até nos considerandos desta proposta está uma referência – não é penso, está, porque eu já li – a uma pergunta que foi feita na anterior legislatura diretamente ao então

Deputado Vasco Cordeiro. Também foi feita essa pergunta à Deputada Berta Cabral, que na altura estava aqui.

O Deputado Vasco Cordeiro respondeu sobre este assunto.

Portanto, é uma questão que nos vem a preocupar há muito tempo.

A importância que esta questão tem (e permita-me, Sr. Deputado Duarte Freitas, que lhe diga; sei que V. Exa. domina muito melhor do que eu o Regimento) era preferível usar (é a minha opinião) uma figura regimental que por acaso hoje, e pela primeira vez que eu me lembre nesta legislatura, foi usada há pouco: a urgência, com análise em Comissão, o que apressa, como V. Exa. sabe, o processo em termos de comissão. Portanto, havia a garantia de que no próximo plenário este assunto seria discutido.

Parece-me que face à importância que tem o objeto desta resolução, no sentido de esclarecermos isto e sobretudo de tudo fazermos para preservar aquele património, que é um património público, considero que deve seguir o trâmite normal. Deveria ser com urgência, mas passar pela comissão.

Se me permite, deixo-lhe esta sugestão.

V. Exa. fará o que muito bem entender.

Sendo assim, não voto favoravelmente a urgência, porque considero que isto deve passar pela Comissão, embora V. Exa. saiba que pode apressar a análise deste Projeto de Resolução na Comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Em relação a esta matéria, eu tenho uma posição completamente diferente da que agora foi devidamente enunciada pela Representação Parlamentar do PCP.

Devo dizer o seguinte:

Na minha perspetiva, este é daqueles assuntos em que a descida à Comissão deve ser devidamente deliberada. Por quê? Porque isto é uma questão política.

Aqui há uma questão fundamental, uma questão de princípio e uma questão essencialmente política, eu diria até ideológica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É ideológica, sim senhor!

O Orador: Sim, sim. Há aqui até uma questão ideológica.

Eu não vejo que dados podem ser acrescentados em sede de comissão, em relação ao que os partidos políticos já conhecem neste momento, que todos os intervenientes neste debate já não tenham. Quais são?

O Governo já tem a sua posição; os grupos parlamentares têm a sua posição. Obviamente o que teriam que fazer era exteriorizar essa posição. Portanto, assumir aqui a sua posição política.

Na Comissão, não serão acrescentados nenhuns dados que me façam alterar a minha posição em relação a esta matéria.

Eu não sei se algum Grupo Parlamentar irá alterar a sua posição...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... nesta matéria, com quaisquer dados que lhes sejam dados.

Para mim, a questão é a seguinte:

É ou não é um assunto estratégico para os Açores e para o futuro dos Açores?

É!

Na Comissão há algum dado que possa ser dado que altere esta perceção e a absoluta crença de que assim é?

Nenhum dado pode ser acrescentado a esse nível.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida que estamos...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Aníbal Pires)

Presidente: Srs. Deputados, estão a interferir...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, fale à vontade. Qual é o problema?

O Orador: Com certeza!

Presidente: O Sr. Deputado está a tentar falar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então que fale!

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

A questão é esta: estamos, com certeza, no âmbito da decisão política.

O que eu estava aqui a dizer é que, na parte que me toca, Representação Parlamentar do PPM, não há nenhum dado que o partido neste momento desconheça. Temos a nossa posição tomada em relação a esta matéria.

Consideramos que é um setor estratégico, é a defesa dos interesses dos Açores.

Agora o que é importante e o que é muito relevante, da parte do Governo Regional e do Partido Socialista, em relação a esta matéria, é que não tenha coragem.

Isto é uma questão muito simples. Se não existissem dúvidas por parte do Partido Socialista em relação a esta matéria,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... o Partido Socialista viabilizava este debate de urgência e depois o Governo Regional dizia: “não meus senhores, nós não vamos alienar a participação que temos na EDA”. Debate terminado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Só se a eletricidade não é bem público!

O Orador: Afinal, não!

Afinal existem dúvidas!

Afinal, o Partido Socialista, sobre esta questão, tem dúvidas.

Afinal, o Partido Socialista, que estado social é que defende nesta matéria?

Deputado Francisco César (PS): Estado social?

O Orador: Estado social, sim! Ou a EDA, o interesse dos consumidores e o interesse estratégico da Região não são fundamentais? Ou aqui o interesse que queremos assegurar, livrando-nos de monopólios privados, em relação a esta matéria, não faz parte do seu estado social?

Que socialismo é o seu?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vê-se mesmo que não sabe do que é que está a falar!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, que socialismo é o seu?!

A EDA não faz parte do âmbito do estado social que o Partido Socialista defende?!

É uma novidade importante neste debate.

Para nós, faz parte evidentemente dessa matéria.

Deputado Francisco César (PS): Nós, quem, Sr. Deputado?

O Orador: Nós, PPM!

Agora, o que lhe devo dizer é que esta iniciativa era muito simples. Tínhamos aqui um posicionamento muito simples.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E sobre a privatização da ANA disse alguma coisa?!

O Orador: O Governo devia dizer, neste momento, que “estamos a favor da defesa...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sobre a privatização da ANA o Líder do PPM a nível nacional disse alguma coisa?

O Orador: ... do interesse regional; para nós este é setor estratégico e não equacionamos essa possibilidade”. Era isso que os senhores tinham que dizer.

Não há aqui a necessidade de um debate em Comissão. Há a urgência do debate político, porque estas questões têm que ser estabilizadas. É urgente que não existam dúvidas sobre esta matéria.

Por isso mesmo é que vamos votar a favor da urgência.

Agora, a questão existe e ficou provado quando os senhores chumbam e mais uma vez têm oportunidade de mostrar o vosso posicionamento de uma forma clara, de uma forma objetiva, em defesa dos interesses dos Açores.

Quando têm essa oportunidade, o que os senhores dizem é: “nós temos dúvidas; nós provavelmente temos outro projeto em relação à EDA, nós provavelmente vamos mesmo alienar a EDA e a participação da Região nesta empresa.” Foi isto que os senhores disseram.

Para nós é urgente. Para os senhores, os senhores têm dúvidas e acabam aqui de comprovar que a questão existe, porque não têm uma resposta clara para ela ou pelo menos não têm a coragem de a assumir neste debate.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem dito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições. Vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que grande esquerda!

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Hoje tínhamos aqui, perante nós, a oportunidade de confirmarmos...

Deputado Francisco César (PS): Sobre as privatizações o senhor não disse nada!

O Orador: ... aquilo que todos os partidos têm vindo a dizer...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, não é nada disso!

O Orador: ... nesta casa.

Na proposta de programa eleitoral do Partido Socialista, na sua página 18, vinha claramente referido que o Partido Socialista não pretendia privatizar empresas produtoras de bens públicos (em qualquer sítio do mundo a energia é um bem público) e que não privatizaria empresas estratégicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na página 15 do Programa do Governo, o Governo Regional propôs de novo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Está ou não está?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei que está!

O Orador: ... e consignou no seu programa, que não iria privatizar empresas que produzam bens públicos ou empresas estratégicas.

O Sr. Presidente do Governo, no dia 20 de novembro de 2012, disse e clarificou qual era o entendimento dele acerca de empresas estratégicas. Cito:

“Obviamente que em circunstâncias em que há empresas que se assumem de importância estratégica para a nossa Região – o caso da EDA, da SATA [está aqui preto no branco] – nós não temos qualquer motivo para, neste momento, equacionar aquilo que é a necessidade da sua privatização ou de parte do seu capital social”.

Isto é elementar. Isto é cristalino.

O que nos surpreendeu verdadeiramente foi, no dia 10 de maio de 2013, o Sr. Presidente do Governo, numa reunião com o Sindicato de Sinergia, referir que está a fazer estudos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estudar faz bem a todos!

O Orador: ... para saber o futuro e a estratégia da empresa. Isso deixou-me claramente surpreendido.

Foi o primeiro impacto; foi uma surpresa no momento. Mas depois lembrei-me: a verdade é que, não em novembro mas em março, aquando da aprovação do Plano e Orçamento, sabemos bem que havia um artigo do Plano e do Orçamento que dizia que não permitia a privatização de empresas estratégicas.

A verdade é que, contra toda a oposição, o Partido Socialista votou pela eliminação da parte desse artigo que impedia a privatização de empresas estratégicas.

A verdade também é que no relatório da IGF, de agosto do ano passado, já se referia que o Governo Regional tinha afirmado, perante a IGF, que estava a desenvolver estudos na perspetiva de privatizar a EDA. Soubemos isto tudo *a posteriori*.

Apesar de sabermos isto *a posteriori*, o Partido Socialista, no seu Programa Eleitoral e no Programa do Governo, disse o contrário, negou. Começa a abrir a porta já no Plano e Orçamento para 2013.

Agora continua a abrir esta porta a nível da conversa que tem com os sindicatos.

É fundamental esclarecermos aqui. Isto era daquelas matérias que faz-me lembrar o anterior Presidente do Governo, Carlos César, que aqui, num determinado momento, virou-se para as bancadas da oposição e disse: “isto é tão simples quanto isto: os senhores podem dar à cabeça que sim, ou que não.”

A pergunta que eu faço à bancada do Partido Socialista e ao Sr. Vice-Presidente, é simples para os açorianos como isto:

Os senhores vão cumprir o seu compromisso eleitoral de não privatizar a EDA ou vão privatizar a EDA?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mais uma pergunta que não posso responder!

O Orador: Basta dizer, Sr. Vice-Presidente, com a cabeça, que sim ou não! Os açorianos ficarão esclarecidos.

Eu faço a mesma pergunta, nos mesmos termos, que o seu anterior Presidente do Governo Carlos César fez.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas eu não posso responder!

O Orador: Não precisa responder, Sr. Vice-Presidente. Basta dizer com a cabeça que sim ou não, e isto será muito esclarecedor...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: .. para todos os açorianos. Basta dizer isto e faço minhas as palavras...

Presidente: Sr. Deputado, a pergunta é retórica.

O Orador: ... do anterior Presidente do Governo Regional. Basta sim ou não, com a cabeça.

Se o senhor não diz nada...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, isto não pode ser!

O Orador: ... então temos aqui uma boa resposta, tal como o chumbo desta urgência também foi.

Queria terminar dizendo o seguinte:

O Partido Socialista não tendo escrito no seu programa eleitoral, no Programa do Governo, que quer uma RTP 100% regional e 100% pública, afirmou-o aqui hoje. É verdade!

Pelo contrário, tendo dito no programa eleitoral e no Programa do Governo que não queria uma EDA privatizada, agora vem dizer exatamente o contrário.

Grande coerência, a do Partido Socialista!

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: Termino aqui com esta afirmação:

Da parte do PSD-Açores, continuaremos coerentes. Somos contra a privatização do restante capital da EDA (somos contra a privatização do restante capital da EDA!).

Fomos, somos e seremos!

Se o Partido Socialista mudar a sua opinião terá muito que esclarecer aos açorianos.

Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, devo dizer que no contrato eleitoral que os socialistas, nos Açores, fizeram com os açorianos, há três matérias que são estratégicas e elementares:

- reforçar e melhorar o Serviço Regional de Saúde (mas estão a fazer cortes!);
- reforçar e melhorar o ensino (vamos ver o que é que vai acontecer!);
- manter a EDA (se calhar vão privatizar!).

Isto são matérias estruturais de um Programa do Governo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Gostava de saber também um dia por que é que se fazem estes cortes todos e por que é que se vendem algumas coisas, que são das poucas que valem dinheiro e que estão no setor público, se está tudo tão bem financeiramente?!

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sei que estamos a terminar, mas não posso deixar de alertar que nesta figura regimental não devem interpelar as outras bancadas, uma vez que depois não há forma de se responder.

A Mesa entendeu que a pergunta era retórica.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Na altura de Carlos César aconteceu uma coisa assim! O Sr. Presidente do Governo passou por uma destas!

Presidente: Pois, mas na altura não era eu a Presidente.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra para uma declaração de voto.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados Duarte Freitas e Francisco César)

(*) Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Partido Socialista e o Governo não mudaram nada daquilo que sempre disseram sobre a EDA.

O que o candidato Vasco Cordeiro disse sobre a EDA não apontava no sentido da privatização. Já depois disso, ele reafirmou o mesmo na Assembleia. A posição não aponta no sentido da privatização. Em parte nenhuma do Programa do Governo está escrito que a EDA é para privatizar ou não é para privatizar.

O certo é que achamos que neste momento é um não assunto,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não está escrito no Programa! Só se fizerem um desenho!

O Orador:... uma vez que se mantém a posição do Governo.

Falar deste assunto que é um não assunto,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Programa do Governo agora vai ter um desenho!

O Orador: ... parece-nos que não tem nada a ver com o esclarecer a posição e o futuro da EDA, mas sim é uma manobra tático-política que está a destabilizar a EDA, que é uma empresa muito importante para o futuro dos Açores.

Reafirmamos: não há qualquer alteração à posição do Governo que não aponte no sentido da privatização da EDA.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Então por que é que não aprovaram?

O Orador: Por isso não achamos necessidade, se não há nenhuma alteração, de falar aqui sobre o assunto.

Obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Programa do Governo não diz nem que sim, nem que não. Tem que se fazer um desenho!

Deputado Berto Messias (PS): Não diz, como os senhores bem sabem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu sei o que é que eles querem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu também!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Anibal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A Representação Parlamentar do PCP votou contra este pedido de urgência.

O assunto é urgente, mas considera sobretudo que é importante ir à Comissão, desde logo, porque possibilita a audição dos sindicatos, dos trabalhadores da EDA e da Comissão dos Trabalhadores da EDA.

Se hoje fizéssemos aqui esse debate, eles ficariam à margem do mesmo e...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... não teríamos a contribuição (o pensamento!) dos trabalhadores, da Comissão de Trabalhadores, dos sindicatos e também do Conselho de Administração da EDA que, com certeza serão objeto de audição em sede de Comissão.

Portanto, estaríamos aqui a deixar de parte desta discussão os interessados, por isso julgo que deve ir à Comissão.

Não posso deixar de referir, e até com agrado, ao contrário do que se possa pensar, que alguns partidos, situados no espectro mais à direita, tenham reconhecido, até pelas intervenções aqui proferidas, designadamente por uma intervenção, o seguinte:

Reconheceram que as privatizações têm como efeito a diminuição do serviço, a qualidade do serviço público e, mais, o seu encarecimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Algumas!

O Orador: Sim, sim. Mas foi aquilo que V. Exa...

Eu estou a congratular-me com isso, com o facto de V. Exas. virem para a posição que o PCP tem defendido. É que privatizar não é sinónimo de melhoria dos serviços públicos. Não é! E não é sinónimo de embaratecimento do bem que é produzido.

Eu só me posso congratular que um partido da ultradireita tenha vindo a reconhecer publicamente, aqui e hoje, sobre esta matéria, que afinal de contas as privatizações podem e têm esse efeito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A energia é um setor estratégico para qualquer país, para qualquer região, sobretudo para uma Região pequena como a nossa, arquipelágica como a nossa, que é um conjunto de pequenos sistemas de energia.

Por isso é fundamental, até pelo seu preço e pelo diferencial de custo em relação ao território continental, manter a EDA sobre esfera governamental do Governo dos Açores, por um motivo simples, se mais não houvesse, Sr. Vice-Presidente – e o CDS é a favor que se mantenha o capital do Governo no capital social da EDA: é porque se privatizar, a geotermia vai ao ar.

Como o senhor sabe, a EDA, EP já se manifestou, já deu a sua opinião, sobre o projeto geotérmico da Terceira e nós já vimos os avanços e recuos que os senhores fazem.

Se isso for privatizado não há avanço. Há fundamento total da geotermia.

Os Açores, no seu conjunto, podem ser exemplares na produção da energia geotérmica, diminuindo as importações, substancialmente.

Por isso é que a EDA é uma empresa estratégica e devemos conservar o capital, porque o que os senhores têm feito ao longo destes anos é pura e simplesmente, em relação à Terceira, brincar com a geotermia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a ver se tem alguém lá em cima?

O Orador: De ano a ano, o Governo vai alijando as suas responsabilidades

(Risos do Sr. Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar na declaração de voto sobre a EDA.

O Orador: Eu continuo a falar sobre a EDA, Sra. Presidente.

O Sr. Vice-Presidente é que está muito divertido com a geotermia. Deve achar-lhe graça.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto é uma brincadeirinha!

O Orador: Também lhe devo explicar, se me permite a latitude do aparte, que isso também faz parte de um processo de nervosismo que às vezes dá para rir.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim! É com os nervos!

O Orador: Há uns que dá para chorar, outros dá para rir.

Sr. Vice-Presidente, a geotermia na Terceira dá-lhe para rir.

Deputado José San-Bento (PS): Sim!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu devo ter um problema de nervos!

O Orador: Ouça! A geotermia na Terceira dá-lhe para rir, mas a geotermia na Terceira dá para chorar aos terceirenses e aos açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Dá, dá!

O Orador: É isso que tem acontecido até agora.

Por isso, e resumindo, o capital social do Governo Regional deve manter-se ainda na EDA, por esse motivo e mais alguns.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Começo por referir o seguinte:

O PPM votou a favor desta urgência e teria votado a favor desta recomendação que aqui é proposta.

Lembro o que aqui era proposto: “A Região Autónoma dos Açores deve manter a maioria do capital social da Empresa de Eletricidade dos Açores, tal como resulta dos compromissos eleitorais assumidos pelos partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Seria isto que teria sido votado.

Alguns partidos necessitam de estudar mais para votar esta resolução; alguns partidos não têm certezas em relação a esta matéria; alguns partidos têm dúvidas que a Região Autónoma dos Açores deve manter a maioria do capital social da Empresa de Eletricidade dos Açores; alguns partidos têm dúvidas em relação a esta matéria.

São essas dúvidas, permitam-me que vos diga (ao Partido Comunista e ao Partido Socialista), que justamente criam instabilidade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores tiveram oportunidade agora de dizer que “essa questão não existe, vamos arrumar com essa questão...”

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se não existe, não está arrumada!

O Orador: ... e dizer aos trabalhadores da EDA, dizer aos agentes económicos, nós vamos votar a favor desta resolução”. Pronto! Problema de instabilidade resolvido.

Quem é que prolonga a dúvida?

Quem é que prolonga a instabilidade em relação a esse setor?

Quem é que precisa de ser ouvido em Comissão para continuar a apoiar esta posição?

É exatamente a esquerda parlamentar açoriana. Isto é que é incrível!

Quem chegasse agora de Marte, olhasse e lhe dissesse “aqui estão os partidos de centro, moderados, e aqui está a esquerda”, não acreditava e dizia “isto é o mundo ao contrário”.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não, não! A dinâmica é que é ao contrário! Não há via Marte!

O Orador: A esquerda, o PCP e o Partido Socialista, precisam de regressar aos manuais de ação política, lerem mais um bocadinho e perceberem o que é que é ser de esquerda.

Ser de esquerda é defender um setor estratégico.

Mais que ser de esquerda! Além de ser de esquerda, é ter o tal patriotismo autonómico que eu falo, porque esta é uma empresa estratégica para os Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não há qualquer dúvida!

O Orador: Esta empresa, é uma empresa estratégica para os Açores. Portanto, esta é uma esquerda ao contrário.

A esquerda, nos Açores, é uma esquerda ao contrário!

Em relação a esta matéria, não temos nenhuma dúvida. São os senhores que criam a instabilidade no setor. São os senhores que a prolongam, porque os senhores tinham tirado todas as dúvidas agora. Tiveram essa oportunidade!

Afinal... Afinal...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Afinal... Afinal... Afinal havia outra!

O Orador:... os senhores preferem manter a instabilidade neste setor.

Deixe que lhe diga, Sr. Deputado, porque se referiu ao PPM: nós nunca fomos um partido (como é que o senhor referiu?!) da ultradireita. Nunca o fomos!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8! É pá! Só restam 8 Deputados do PSD e dois é porque são do Faial!

O Orador: O senhor, os portugueses e os açorianos conhecem bem a história do PPM.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isto é tão importante que o PSD só tem cá 8 deputados!

O Orador: O PPM sempre foi um partido centrista, um partido moderado, um partido patriótico, um partido a favor das Autonomias e do municipalismo.

Este sempre foi o posicionamento, e todos os portugueses sabem, ideológico do PPM.

V. Exa. é que vai ter que explicar aos trabalhadores da EDA,...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Segunda-feira, às 11 e meia, na Delegação da ALRAA, em Ponta Delgada!

O Orador: ... tendo oportunidade de ter votado e dizer-lhes “fiquem descansados porque nós aprovámos que a Região deve manter a maioria do capital social da Empresa de Eletricidade dos Açores”, por que é que o senhor inviabilizou neste Parlamento essa tomada de posição.

Eu gostava de saber como é que o Sr. Deputado o vai fazer.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O Sr. Deputado já foi de esquerda!

O Orador: Para terminar, eu não sei como é que o senhor vai sair da situação e do beco em que se colocou.

O senhor demonstrou aqui que tem dúvidas também. Se não tivesse, tinha votado a favor desta matéria.

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar as outras bancadas.

O Orador: O senhor colocou-se num beco sem saída.

Agora, explique aos trabalhadores da EDA, aos sindicalistas e aos militantes do Partido Comunista, que são muitos nesta área, por que é que tendo oportunidade de lhes dizer, hoje, neste momento, “não senhor, não será privatizada”...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*): E a sua declaração de voto, Sr. Deputado?!

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: ...por que é que votou contra esta posição.

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar as outras bancadas.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra por 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

A questão é a seguinte, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eu percebo...

Presidente: Não pode interpelar o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem que interpelar a Mesa.

O Orador: Sra. Presidente, eu então interpelo a Mesa.

Foram feitas afirmações na intervenção anterior que induzem em erro quem nos está a acompanhar (induzem em erro quem nos está a acompanhar!).

Eu tenho direito à defesa da honra ou protesto, como V. Exa. muito bem entender.

Presidente: Sr. Deputado, eu percebo aquilo que coloca à Mesa, mas como eu já tive oportunidade de avisar, logo quando começaram as declarações de voto, as declarações de voto são figuras regimentais que não permitem que outras bancadas possam usar da palavra.

Eu alertei os Srs. Deputados para terem o cuidado de não usarem retórica nas suas intervenções e não interpelarem as outras bancadas.

Portanto, não tenho forma de lhe dar a palavra.

O Orador: Eu adjectivei como de ultradireita o PPM (adjectivei!). Na opinião do Deputado Paulo Estêvão isso pode não corresponder efetivamente à verdade. Sim senhor!

Agora há aqui uma situação que é diferente e tem a ver com o seguinte:...

Presidente: Sr. Deputado,

O Orador: O Deputado Paulo Estêvão induziu ou pretendeu induzir em erro qual a posição do PCP e aquilo que estamos a discutir.

Aquilo que estamos a discutir é a urgência, não é o objeto do Projeto de Resolução.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, não vamos prolongar este debate.

Espero que para o próximo plenário todos usem com mais moderação as figuras regimentais ao nosso dispor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Penso que já está toda a gente esclarecida!

Presidente: Concluído este ponto da Agenda, passo a ler a Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de junho”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Concluídos os nossos trabalhos, bom fim-de-semana, bom regresso a casa e um bom São João.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime jurídico de manutenção e inspeção de ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes, monta-cargas e plataformas destinadas a movimentar pessoas, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, e revoga o Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro - MEE - (rEG. dl 220/2013) – n.º 45/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 26 ;

Assunto: Aprova o Regulamento do Espetáculo Tauromáquico - PCM - (Reg. DL 232/2013) – n.º 47/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 26.

2 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico - PCM - (Reg. PL 233/2013 – n.º 46/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 26.

3 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que desenvolva os estudos técnicos necessários com vista à criação de um sistema de proteção e incentivo à reutilização produtiva das zonas de currais de vinha dos Açores, bem como reforce os apoios à criação de atividades turísticas relacionadas com a produção de vinho e com a paisagem da vinha.](#) n.º 39/X

Autor: PCP

Entrada: 2013 – 06 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 17;

Assunto: [Manutenção da Maioria do Capital Social da Empresa de Electricidade dos Açores - EDA na Esfera Pública](#) - - n.º 40/X

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 06 – 19

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

4 – Antepropostas de Lei:

Assunto: [Anteproposta de Lei n.º 4/X - Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Autores: Os Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM

Entrada: 2013 – 06 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Assunto: [Estabelece o Regime do Referendo Regional – n.º 5/X](#)

Autor: Os Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM

Entrada: 2013 – 06 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Assunto: [Anteposta de Lei n.º 6/X - Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional](#)

Autor: PS

Entrada: 2013 – 06 – 19.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Termas do Carapacho](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2013.06.17

Referência: 54.04.04 – N.º 124/X;

Assunto: [Ponto de situação sobre o cumprimento pelo Governo da República do princípio da solidariedade nacional relativamente às intempéries ocorridas nos Açores a 14 de março de 2013](#)

Autores: Berto Messias, José Carlos Sa-Bento, Miguel Costa Francisco César e Arlinda Maria Focha Nunes (PS)

Data de Entrada: 2013.06.18

Referência: 54.02.00 – N.º 125/X;

7 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Património Cultural Imóvel](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.17

Referência: 54.03.00 – N.º 91/X;

Assunto: [Atraso no pagamento do apoio financeiro à compra de gasóleo para as Pescas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.17

Referência: 54.06.00 – N.º 92/X;

Assunto: [Apoio Domiciliário](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.17

Referência: 54.04.00 – N.º 97/X;

Assunto: [Governo desrespeita Comissão de análise das candidaturas ao PROMÉDIA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.17

Referência: 54.03.00 – N.º 116/X.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar pedido de dispensa de entrega mensal de declarações rendimentos relativos à pequena pesca

Autor: O Presidente da Cooperativa de Abrigo, OP – CRL – Organização de Produtores da Pesca, Francisco Liberato Fernandes

Data de Entrada: 2013 – 06 – 17;

Assunto: Ofício a remeter os relatórios de auditorias e a verificação interna de contas de gerência aprovados e a seguir indicados:

- Audit. n.º 5/2013-FS/SRATC (Proc.º n.º 12/106.01) – “Auditoria ao enquadramento legal dos apoios atribuídos pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos”;
- Audit. n.º 6/2013-FS/SRATC (Proc.º n.º 13/104.06) – “Auditoria ao Contrato-Programa entre o Município de Angra do Heroísmo e a Associação Cultural Angrense”;
- Audit. n.º 10/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 12/109.02) – “Freguesia do Concelho da Ribeira Grande”

Autor: O juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013 – 06 – 17;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução – “Manutenção da Maioria do Capital Social da Empresa de Electricidade dos Açores - EDA na Esfera Pública” - n.º 40/X

Autor: PSD

Entrada: 2013 – 06 – 19;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 6/X - Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Autor: PS

Entrada: 2013 – 06 – 19;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do Projeto de Resolução n.º 32/x – “Recomenda ao Governo Regional o pagamento integral do subsídio de férias de 2013, no próximo mês de Junho”

Autor: BE

Entrada: 2013 – 06 – 19.

9 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 32/X - “Recomenda ao Governo Regional o pagamento integral do subsídio de férias de 2013”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013 – 06 – 18;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 422/XII – “Defende os serviços públicos e os postos de trabalho afetos à atividade empresarial local e das participações locais - primeira alteração à Lei 50/2012, de 31 de agosto, que institui o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais”](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013 – 06 – 20;

Assunto: [No âmbito do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de Junho de 2013](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 06 – 18;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece as regras que constituem o sistema de identificação dos equídeos nascidos, ou introduzidos, em Portugal, assegurando a execução e garantindo o cumprimento, no ordenamento jurídico nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 504/2008, da Comissão, de 6 de junho de 2008, no que respeita a métodos para identificação de equídeos – MAMAOT – \(Reg. DL 190/2013\) – nº 39/X](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 06 – 20;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 151/XII – Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.](#)- n.º 41/X

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 06 – 20;

Assunto: [Proposta de Lei 149/XII – Aumento do Salário Mínimo Nacional – n.º 40/X](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 06 – 20.

10 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia Legislativa da RAA n.º s 20, 21, 22, 23 e 24, bem como as Separatas n.º s 5 e 6.

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

Pl'a redatora: *Noélia Escobar*

